



Departamento de História

Perfis de Chefes de Missão acreditados em Lisboa durante a
II Guerra Mundial

António Augusto de Sampayo e Mello Barreto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2013



Perfis de Chefes de Missão acreditados em Lisboa durante a
II Guerra Mundial

António Augusto de Sampayo e Mello Barreto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2013

AGRADECIMENTOS

O autor agradece o apoio que lhe foi prestado pelas seguintes entidades:

Embaixada do Brasil, Embaixada de Espanha, Embaixada de França, Embaixada dos Estados Unidos, Embaixada de Itália, Embaixada do Japão, Embaixada do Reino Unido, Embaixada de Portugal em Tóquio e Fundação Medeiros e Almeida

RESUMO

Perfis dos Chefes de Missão acreditados em Lisboa durante a II Guerra Mundial constitui uma abordagem das características e do desempenho dos embaixadores e dos ministros plenipotenciários que serviram na capital portuguesa entre 1939 e 1945, principalmente os que constituíram o núcleo dos Aliados (China, Estados Unidos, França e Reino Unido), do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), do Brasil e de Espanha.

Nela estabelece-se uma relação entre a neutralidade portuguesa, que se demonstra ser alinhada, desde o início do conflito, com o Reino Unido, e o maior ou menor investimento diplomático e político de cada uma das partes, em número e qualificação de agentes.

ABSTRACT

Profiles of the Heads of Mission accredited in Lisbon during World War II is an approach of the characteristics and performance of ambassadors and plenipotentiary ministers who served in the Portuguese capital between 1939 and 1945, especially those who formed the core of the Allies (China, United States, France and the UK), Axis (Germany, Italy and Japan), Brazil and Spain.

It establishes a relationship between the Portuguese neutrality, which proves to be aligned, from the beginning of the conflict, with the United Kingdom, and more or less diplomatic and political investment of each party, in number and qualification of staff.

PALAVRAS-CHAVE

Neutralidade; Chefes de Missão; Embaixadas; Legações

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I - Número de Ministros dos Negócios Estrangeiros, por país (1939-1945) – 50-51

QUADRO II – Ministros dos Negócios Estrangeiros (geral) – 52-53

QUADRO III – Chefes de Missão acreditados em Lisboa - 63

QUADRO IV – Anos de nascimento e idades de chefes de missão no posto de Lisboa - 65

QUADRO V – Idades no início de funções de chefes de missão no posto de Lisboa - 66

QUADRO VI – Recepções - Iniciativa - 68

QUADRO VII – Recepções – Por país - 70

QUADRO VIII - Distribuição de diplomatas por Lisboa e *Linha* - 72

QUADRO IX – Horários de Expediente - 81

INTRODUÇÃO – 1

Uma falha bibliográfica - 5

CAPÍTULO I - A NEUTRALIZAÇÃO DA PENÍNSULA E A DIPLOMACIA DE COMBATE

- 7

1. A definição e a defesa das neutralidades - 7

2. A neutralização da Península Ibérica - 11

3. A Diplomacia de Combate - 11

3.1. Os Ministérios, a questão ideológica e as nomeações - 12

3.1.1. Os casos alemão, italiano e espanhol - 12

3.1.2. Os casos inglês e norte-americano - 21

4. *Persona Grata* e *Persona no Grata* – 23

CAPÍTULO II – A ACREDITAÇÃO E AS RELAÇÕES COM O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - 29

1. O discurso das Credenciais: um cartão de apresentação - 29
2. Os *Ocupados* - 41
3. Relacionamento com o Ministro dos Estrangeiros de Portugal - 44

CAPÍTULO III – ORIGEM, FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA E PERMANÊNCIA - 55

1. Origem Social e Parentesco - 55
2. Formação académica, experiência diplomática e permanência - 61

CAPÍTULO IV – MISSÃO E RELAÇÕES - 67

1. As Recepções Mundanas - 67
2. As Comemorações - 72
3. As Condecorações - 75
 - 3.1. Os chefes de missão condecorados por Portugal - 76
 - 3.2. Portugueses agraciados pelos chefes de missão - 79
4. As Relações Funcionais - 80
 - 4.1. Os Horários de Funcionamento - 80
 - 4.2. Os Serviços de Informação e Propaganda e os Institutos Culturais - 82
 - 4.3. Os Serviços de Espionagem - 83

CONCLUSÃO - 85

FONTES - 87

BIBLIOGRAFIA - 91

ANEXOS

- ANEXO A – Carta de *Sir* Ronald Campbell ao *Daily Telegraph*, reproduzida pelo *Diário da Manhã* (1 de Junho de 1949) - I
- ANEXO B - Telegramas Recebidos (1940) – Legação de Portugal em Paris, Pasta da Legação em Paris (AHDMNE, Maço 200) - IV
- ANEXO C - Telegrama de 8 de Novembro de 1944, do ministro de Portugal em Berlim, Tovar, (AHDMNE, GSG – Maço 6, Pasta 8) - X

- ANEXO D - Campbell, o projecto de União Franco-Britânica e a partida de De Gaulle para Londres; A Rendição de Itália foi preparada em Lisboa na Rua de São Francisco Borja, n.º 63 - XII
- ANEXO E – Condolências de Salazar a *Sir* Ronald Campbell pela morte de sua mulher - XVI
- ANEXO F – Funeral de Bert Fish, ministro dos Estados Unidos da América - XX
- ANEXO G – Elementos Curriculares - XXIV
- ANEXO H - Chefes de Missão acreditados nas capitais neutras da Europa - XXXII
- ANEXO I - Recepções por anos - XXXVIII
- ANEXO J - O ministro da Alemanha com a placa da Ordem de Cristo - XLII
- ANEXO L – *Souvenir Pieux* do Ministro da Bélgica - XLIV
- ANEXO M – Os Institutos Culturais - XLVI
- ANEXO N – Fotos de Chefes de Missão - XLIX

CURRICULUM VITAE - LVI

INTRODUÇÃO

A determinação dos *Perfis de Chefes de Missão Acreditados em Lisboa durante a II Guerra Mundial*, objectivo deste trabalho, incide essencialmente sobre os representantes diplomáticos dos principais contendores (Alemanha, China, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), do Brasil e de Espanha, que desempenharam funções na capital portuguesa.

Ao longo do texto e em abordagem transversal aos temas, procurar-se-ão respostas, que contribuam para o retrato pessoal, social, profissional ou político de cada um deles, associando-lhe, sempre que possível, as capacidades reveladas no seu desempenho em Lisboa.

A declarada neutralidade portuguesa e ou a sua preservada aliança com o Reino Unido terão determinado, nas diferentes chancelarias os critérios de escolha dos *chefes de missão* enviados para Lisboa? A sua designação para a capital portuguesa obedeceu a critérios ideológicos? Tinham as *Necessidades* preconceito ideológico para a concessão de *agrément* a propostos *chefes de missão*? Os representantes diplomáticos dos países ocupados pelo Eixo continuavam em exercício de funções? Que tipo de relacionamento se estabeleceu entre os *chefes de missão* e o ministro português dos Negócios Estrangeiros? Quantos deles haviam acompanhado, a partir de Lisboa, a Guerra Civil de Espanha? Quais os que permaneceram mais tempo em Lisboa? Quais os que mais se destacaram? E como actuavam? Como se procuravam inserir na sociedade portuguesa e influenciá-la? Que origem social, formação académica, experiência diplomática ou outra tinham estes *chefes de missão*? Que tipo de relações tinham com os serviços culturais, de informação e de propaganda dos seus países? E com os serviços de “inteligência”?

Os quatro capítulos que antecedem a Conclusão, procuram responder a estas e outras questões.

Assim, no I Capítulo, é traçado o enquadramento político em que se desenvolve a actividade dos *chefes de missão*, isto é, as distintas neutralidades portuguesa e espanhola e o esforço luso-britânico para a preservação da Península, como espaço neutro. E é neste quadro, em que se reconhece a *Diplomacia de Combate*, que a questão ideológica é abordada, como possível factor de escolha e de acreditação dos *chefes de missão*.

No II Capítulo, acreditação já efectivada, não só se analisa o discurso de apresentação das cartas credenciais (*cartão de apresentação* formal dos *chefes de missão* e das instruções dos seus governos), como o relacionamento dos representantes diplomáticos com o ministro português dos Estrangeiros.

O objecto de análise do III Capítulo, é sobretudo o homem concreto, que chefia a missão diplomática, e o do IV Capítulo, é o registo da aplicação da sua capacidade para, por iniciativa própria ou como intermediário, motivar a sociedade portuguesa para a sua causa nacional.

A recolha de informações relativas ao *discurso das credenciais* (Cap. II) às *recepções mundanas* e às *comemorações* (Cap. IV) foi essencialmente realizada, a partir de exaustiva busca no *Diário*

de Lisboa, que também permitiu suprir algumas omissões do Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas.

Vários são, hoje, os estudos que se debruçam sobre a política externa portuguesa deste período e até sobre a caracterização do corpo diplomático ao seu serviço, no entanto, com exceção de parcelares retratos de alguns diplomatas ou de abordagens não personalizadas, desconhece-se, na historiografia portuguesa, qualquer tentativa de definição dos perfis dos diplomatas então acreditados em Lisboa. Tampouco se vê registo de abordagem idêntica em historiografia estrangeira.

Em complemento da obrigatória consulta de *jornais* e de *revistas* da época, que nos legam um retrato quotidiano da vida da sociedade portuguesa e do convívio desta com a sociedade diplomática, impõe-se a leitura de algumas obras recentes, como *Lisboa – A Guerra nas Sombras da Cidade da Luz, 1939-1945*¹, de Neil Lochery, ou *Passagem para Lisboa – A Vida boémia e Clandestina dos Refugiados da Europa Nazi*, de Ronald Weber². Dela se poderão colher elementos para a reconstituição de alguns cenários e para melhor ajuizar o valor real de aparentes encontros fortuitos ou de inocentes serviços prestados por agentes diplomáticos.

Também a “literatura” relacionada com os serviços de *inteligência*, não pode ser ignorada, dadas a estreita colaboração e a muito frequente “união pessoal” entre o prestador de serviços secretos e o diplomata. Neste particular revela-se do maior interesse a leitura de *Traição a Salazar*³, de José António Barreiros.

A consulta dos fundos de arquivos é indispensável. O valioso espólio do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de consulta obrigatória, apesar de revelar algumas inesperadas falhas de registo no que respeita aos *curricula* de chefes de missão e de outros diplomatas com posto em Lisboa. Um precioso auxiliar da investigação, é o conjunto dos XVI volumes de *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*, editado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, verdadeiro digesto da correspondência diplomática (telegramas, ofícios e notas) e de relatos produzidos na própria *Secretaria de Estado*, abrangendo quer o período da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), quer o da II Guerra Mundial (1939-1945), quer ainda o do imediato pós-guerra.

A consulta dos *Anuários Diplomáticos* e dos *Cadernos do Corpo Diplomático*, editados anualmente pelo M.N.E., é também indispensável, designadamente para situar cronológica e geograficamente a presença dos *chefes de missão* em Lisboa. E, com evidente utilidade para

¹ Lochery, Neil (2012), *Lisboa – A Guerra nas Sombras da Cidade da Luz, 1939-1945*, Queluz de Baixo, Presença.

² Weber, Ronald (2012), *Passagem para Lisboa – A Vida boémia e Clandestina dos Refugiados da Europa Nazi*, Lisboa, Clube do Leitor.

³ Barreiros, José António (2012), *Traição a Salazar*, Lisboa, Oficina do Livro.

cruzamento de dados e estudo comparativo, nomeadamente quando se consideram os casos de dupla acreditação, deverão consultar-se as *Listas del Cuerpo Diplomatico*, publicadas pelo Ministério espanhol dos Estrangeiros.

Outra indispensável fonte de consulta é a que nos facultam as *biografias* e os *livros de memórias*, escritas quer pelos chefes de missão, quer por outros funcionários diplomáticos, estrangeiros e portugueses, quer ainda por jornalistas ou simples observadores.

A leitura de *Salazar*⁴, de Franco Nogueira (volumes II e III), obra, escrita no exílio londrino do seu autor, distante dos arquivos portugueses, que conseqüente e lamentavelmente não cita, mas próximo dos britânicos, transmite, um utilíssimo manancial de confirmáveis informações e de pistas para o conhecimento da vida política portuguesa nas suas dimensões interna e externa. Muito recentemente, Bernardo Futscher Pereira, também ele, diplomata, trouxe à luz, em *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*⁵, novas e conjugáveis informações, que poderão contribuir para a emergência de um novo axioma histórico da política externa daquele período. Neste âmbito merecem ainda especial referência o *Portugal na Segunda Guerra Mundial*⁶, de António Telo, e o *Salazar*⁷, de Filipe Ribeiro de Meneses, duas admiráveis sínteses de profusa informação, trazendo novos elementos para esclarecimento da resposta da política externa portuguesa aos desafios do Mundo de então.

No que em particular respeita às relações luso-espanholas, é indispensável ler Pedro Theotónio Pereira, *Correspondência para Salazar, (1943-1944)*⁸, igualmente cobrindo quer o período da Guerra Civil espanhola, quer o da II Guerra Mundial (1939-1945). A consulta da *correspondência* havida entre os chefes de missão e o respectivo ministério dos negócios estrangeiros, ou o do país receptor, é sempre de grande utilidade e, como se vê, nem sempre requer a visita aos arquivos, dada a publicação de vários acervos documentais. Destes é também exemplo *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar – Correspondência Política - 1926-1955*⁹, utilíssima recolha da troca epistolar entre o embaixador de Portugal em Londres, Armindo Monteiro, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Oliveira Salazar.

*Ambassadeur en Mission Spécial*¹⁰, ou as memórias do chefe da missão britânica em Madrid, entre 1940-1944, Sir Samuel Hoare, são de inestimável utilidade não só pelo valor da avaliação pessoal que este nos dá da política espanhola e das suas principais figuras, como das informações que nos permite colher da sua estreita cooperação com Sir Ronald Campbell, seu

⁴ Franco Nogueira (1977), *Salazar - Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Vol. II, Coimbra, Atlântida Editora; Idem (1978), *Salazar - As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora.

⁵ Futscher Pereira, Bernardo (2012), *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Afragide, Dom Quixote.

⁶ Telo, António (1987), *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

⁷ Ribeiro de Meneses, Filipe (2010), *Salazar*, Afragide, Dom Quixote.

⁸ Theotónio Pereira, Pedro (1987), *Correspondência para Salazar (1931-1939)*, Vol. I, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista / Presidência do Conselho de Ministros.

⁹ Rosas, Fernando, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira (1996), *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar - Correspondência Política (1926-1955)*, Lisboa, Estampa.

¹⁰ Hoare, Sir Samuel (1946), *Ambassadeur en Mission Spécial*, Paris, Vent du Large.

colega em Lisboa, e da cumplicidade, que na capital espanhola, mantém com o Embaixador de Portugal, Pedro Theotónio Pereira. A leitura desta obra dá-nos também um valioso contributo para o conhecimento dos perfis dos seus homólogos, aliados e adversários, e para a compreensão do ambiente madrileno da época. Idêntica utilidade têm as memórias do Embaixador dos Estados Unidos na capital vizinha, *Wartime Mission in Spain (1942-1945)*¹¹, que ao contrário de Hoare, fará uma apreciação globalmente positiva da política externa espanhola, defendendo nomeadamente que a Espanha franquista desenvolveu uma política favorável aos Aliados. E a crítica a ambos poderá ser encontrada em *Embajadores de España*¹², obra da autoria de José Maria de Areilza, com prólogo de Gregório Maraño, dado à estampa dois anos após o termo do conflito mundial.

Um útil paralelo é-nos dado por *J'Étais Là*¹³, a memória escrita do Almirante William D. Leahy, Embaixador dos Estados Unidos junto de Pétain e, logo depois, chefe do Estado-Maior dos Presidentes Roosevelt e Truman, que ilustra a malha das relações de e com o Governo de Vichy e regista a avaliação política que faz e transmite ao seu governo.

O *Diário Português (1941-1945)*¹⁴, de Mircea Eliade, o controverso intelectual romeno que, entre 1940 e 1944, desempenhou sucessivamente as funções de secretário cultural, secretário de imprensa e conselheiro cultural da legação do seu país em Lisboa, é obra de indispensável leitura não só pelas apreciações que faz sobre a sociedade e o meio intelectual português, como pelas inúmeras e úteis referências que nos dá de membros do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa. Incontornáveis ainda as *Memoirs – 1925-1950*¹⁵, de George F. Kennan, conselheiro e Encarregado de Negócios a. i. (1943) da Embaixada dos Estados Unidos, cujas fina sensibilidade, elevada preparação e rica experiência diplomática, plasmadas na própria obra, explicam o sucesso das diligências respeitantes aos Açores, por ele próprio concebidas e executadas.

Impõe-se finalmente a consulta dos livros de memórias dos mais altos decisores políticos, considerada essencial não só para a compreensão dos acontecimentos da época, como para a análise das leituras coevas por aqueles feitas - explicativas ou justificativas -, não raro com juízos pessoais sobre os protagonistas, políticos ou diplomatas. Vejam-se quanto a estes: as *Mémoires sur la Deuxième Guerre Mondiale*¹⁶, do então Primeiro-Ministro britânico (Sir Winston Churchill), as *Mémoires de Guerre*¹⁷, do chefe da França Livre (De Gaulle), *Laval*

¹¹ Hayes, Carlton (1945), *Wartime Mission in Spain (1942-1945)*, New York, Macmillan.

¹² Areilza, José Maria de (1947), *Embajadores sobre España*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.

¹³ Leahy, William D. (1949), *J' étai là*, Paris, Plon.

¹⁴ Eliade, Mircea (2008), *Diário Português (1941-1945)*, Lisboa, Guerra & Paz.

¹⁵ Kennan, George F. (1967), *Memoirs (1925-1950)*, Boston, Atlantic Monthly Press Book.

¹⁶ Churchill, Winston (1948), *Mémoires sur la Deuxième Guerre Mondiale*, Vols. I,II,III, Paris, Plon.

¹⁷ Gaulle, Charles de (1973), *Mémoires de Guerre – L'unité (1942-1944)*, Paris, Le Livre de Poche Historique; Idem (1999), *Mémoires de Guerre – L'appel (1940-1942)*, Paris, Pocket; Idem (1999), *Mémoires de Guerre – Le Salut (1944-1946)*, Paris, Plon.

*Parle – Notes et Mémoires*¹⁸, do chefe do Governo de Vichy (Pierre Laval), *Diary 1937-1943*¹⁹, o diário do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália, (conde Galeazzo Ciano, genro de Mussolini) ou o *Journal*²⁰, diário do Ministro da Propaganda do Reich (Joseph Goebbels), todos de imprescindível leitura.

Uma falha bibliográfica

Por estranho que possa parecer, grande número das obras consagradas à II Guerra Mundial, pouca ou nenhuma referência faz à Península Ibérica, à sua estratégica posição geográfica ou à relevância das políticas de cada um dos Estados peninsulares. Com raras exceções – como a do encontro entre Franco e Hitler, em Hendaya, ou a do acolhimento e trânsito de refugiados por Lisboa – tudo se passa como se nada se tivesse passado, na Península. Tampouco ou muito raramente são citados os principais protagonistas políticos portugueses e espanhóis, ou os *chefes de missão* acreditados em Lisboa e em Madrid, cuja acção dificilmente se poderá considerar negligenciável. Também as fontes e a bibliografia que apresentam só raramente contemplam documentação ou autores de Portugal e Espanha. A título de exemplo, em *La Seconde Guerre Mondiale*²¹, de Pierre Miquel, nenhum dos autores mencionados tem origem peninsular. O mesmo acontece nos sete volumes de *História Polémica da Segunda Guerra Mundial*²², de Eddy Bauer, e na *História da II Guerra Mundial*²³, de R.A.C. Parker, que não cita nem fontes nem autor de origem portuguesa ou espanhola. Também em *A Segunda Guerra Mundial*²⁴, de Martin Gilbert, apenas se descortina por entre centenas de autores referenciados, um único peninsular, Carlos Caballero Jurado, nascido em Ciudad Real. Mais recentemente, em *La Segunda Guerra Mundial*²⁵, de Antony Beevor, apenas são referidos três espanhóis (Tussel, Moreno Juliá e Reverte) e nenhum português.

Esta evidente falha bibliográfica, em parte, explicável por a maioria dos investigadores estrangeiros não compreender a Língua de Camões e, noutra parte, por em Portugal não se desenvolver o indispensável trabalho de tradução de fontes documentais para língua veicular –

¹⁸ Laval, Pierre (1947), *Laval Parle – Notes et Mémoires*, Genève, Les Éditions du Cheval Ailé.

¹⁹ Ciano, Galeazzo (2002), *Diary 1937-1943*, New York, Enigma Books.

²⁰ Goebbels, Joseph (2005), *Journal (1943-1945)*, Paris, Tallandier; Idem (2007) *Journal (1933-1939)*, Paris, Tallandier.

²¹ Miquel, Pierre (1986), *La Seconde Guerre Mondiale*, Paris, Fayard.

²² Bauer, Eddy (1967), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1939)*, Lisboa, Publicações Europa América; Bauer (Idem), *H.P.S.G.M. (1940)*, Lisboa, P.E.A.; Bauer (Idem), *H.P.S.G.M. (1941)*, Lisboa, P.E.A.; Bauer (Idem), *H.P.S.G.M. (1942)*, Lisboa, P.E.A.; Bauer (1968), *H.P.S.G.M. (1943)*, Lisboa, P.E.A.; Bauer (1969), *H.P.S.G.M. (1944)*, Lisboa, P.E.A.; Bauer (1970), *H.P.S.G.M. (1945)*, Lisboa, P.E.A..

²³ Parker, R. A. C. (2006), *História da Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Ed. 70.

²⁴ Gilbert, Martin (2009), *A Segunda Guerra Mundial*, Alfragide, D. Quixote.

²⁵ Beevor, Antony (2012), *La Segunda Guerra Mundial*, Barcelona, Pasado & Presente.

ao menos, para a Língua de Shakespeare -, co-responsabiliza uns e outros por indesculpáveis ausências e até apoucamento da memória histórica.

CAPÍTULO I – A NEUTRALIZAÇÃO DA PENÍNSULA E A *DIPLOMACIA DE COMBATE*

1. A definição e a defesa das neutralidades

No dia 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia e, dois dias depois, o Reino Unido e a França, países comprometidos com a salvaguarda da independência polaca, não tendo obtido resposta satisfatória do Reich à sua exigência de retirada dos exércitos ocupantes, declaram-lhe guerra. Estava iniciada a II Guerra Mundial. A 2, isto é, na iminência (e véspera) da declaração de guerra britânica à Alemanha, o Governo português, publica uma *declaração de neutralidade*, sublinhando que “felizmente, os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade. (...)”. Fáz-lo, após comunicar a sua soberana decisão ao Governo britânico, asseverando ser conveniente para o Reino Unido a existência de um espaço de neutralidade na Península, princípio já enunciado no seu discurso de 22 de Maio de 1939²⁶, de que, aliás, já era instrumento o *Pacto Peninsular ou Pacto Ibérico*²⁷, assinado seis meses antes, entre Portugal e a Espanha e, finalmente, reiterando a fidelidade à Aliança. Aliás, como nos recorda David Castaño, numa boa síntese do pensamento de Salazar, as traves mestras da política externa portuguesa estavam definidas, no essencial, desde 1935, isto é, já antes da eclosão da Guerra Civil de Espanha.²⁸

Agora, importava a Portugal que se consolidasse a estabilidade política no país vizinho, condição de observância do Pacto Luso-Espanhol. Também neste sentido, a 30 de Agosto, nas vésperas da eclosão do conflito, o ministro dos Estrangeiros de Espanha afirmava ao embaixador Theotónio Pereira: “a nossa posição é a mesma. Portugal ocupa setenta e cinco por cento da nossa política externa. A sua amizade, o seu apoio, o seu conselho são-nos preciosos. Há uma resposta que nos salva neste momento em mil transe perigosos. Não podemos, estamos ligados a Portugal. Pode assegurar ao seu governo que é isto que pensamos e que é esta a nossa posição leal e firme”²⁹. Portugal declarara uma sustentada neutralidade, que não obstante o

²⁶ Salazar, já no seu discurso de: “... Quem quer que haja reflectido na política tradicional inglesa e no sentido essencialmente defensivo da sua actuação internacional terá podido compreender quanto a Inglaterra deve apreciar a criação desta verdadeira zona de paz na Península, dado que um dos Estados é seu velho aliado e o outro foi sempre seu amigo; (...)” (*Diário de Lisboa*, 22.05.1939, p. 1).

²⁷ Trata-se do Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol, assinado em 17 de Março de 1939, assinado por Salazar e Nicolau Franco e complementado pelo Protocolo Adicional de 29 de Julho de 1940.

²⁸ “1) não envolvimento, sempre que possível, nas questões europeias; 2) manutenção da amizade peninsular; 3) aposta na vertente atlântica e no império; e 4) aliança com a Inglaterra, principal potência do Atlântico.” (Castaño, David (2006), *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943-1949*, Lisboa, Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático, p. 20).

²⁹ Franco Nogueira (1978), *Salazar – As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora, p. 225.

rigorismo formal foi desde o início alinhada ou *colaborante* com o Reino Unido³⁰, sem todavia lhe ser subserviente³¹, e apenas evidenciada a partir de 1943, quando mercê do pedido britânico de cedência de facilidades nos Açores, que evocava a Aliança, as concede, sem deixar de sublinhar a regularidade do processo e a preservação do estatuto de neutralidade na maior parte do território. Como diz Fernando Rosas, Portugal adoptou uma “neutralidade politicamente activa no quadro da aliança e não meramente expectante ou marginal”³². E é justamente nesse quadro de neutralidade alinhada com o Reino Unido, que com este estudará preventivos planos de defesa nacional – o que nunca fará com a Alemanha -, continuará a reconhecer os governos exilados em Londres, não reconhecerá os Estados e Governos implantados pelo Eixo, nem acreditará, como *chefe de missão*, representante eivado de protagonismo ideológico, que este lhe queira enviar.

Por sua vez, a neutralidade espanhola, definida por decreto de 4 de Setembro de 1939, não evoca valor algum senão o das leis vigentes e o dos princípios de direito público internacional, em texto evidentemente decalcado do da declaração de neutralidade de 8 de Agosto de 1914, respeitante à I Guerra Mundial³³.

É que, a Espanha, ao contrário de Portugal, não tem aliança internacional que, querendo evocar e honrar, lhe imponha alguma reserva e, por outro lado, os ainda frescos ressentimentos com a Inglaterra e a França, decorrentes da Guerra Civil, e a novel vigência (23.08.1939) do pacto de

³⁰ Independentemente do traçado respeito pela *Secular Aliança*, o realismo político não deixava ignorar que as fronteiras do Império Colonial português eram com os Aliados.

³¹ “Em reunião confidencial com os governadores civis, durante a segunda grande guerra, Salazar expunha o caso das nossas relações com o Reino Unido: A Inglaterra, tendo atravessado séculos de grandeza e de poder, não obstante a sua doutrina da liberdade e do princípio proclamado de que cada povo se regerá pelas leis de independência e soberania, habituou-se a estranhar que outros lhe criem dificuldades ou não acorram prontamente a servi-la, mesmo sem que o solicite. Não compreende de princípio atitudes que a contrariem. Deveremos nós continuar a usar para com ela aquela política de subserviência a que a tínhamos habituado? Vista bem a lógica das coisas, seria preferível adoptar uma política de prudente dignidade, de honestidade nos processos e de seriedade nos princípios. Inicialmente, tremendas dificuldades daqui nos adviriam, eis uma constante da História. Mas, sendo subservientes? É certo que facilidades momentâneas nos seriam dadas; contudo, a Inglaterra é um país nobre e, como todos os senhores, no fim tem desprezo pelos subservientes. Nestas condições, antes a política da “nobreza”. Perde-se no princípio, mas ganha-se no fim, e é este que coroa a obra. (Barradas de Oliveira (1978), “O Príncipe Encarcerado – Apontamentos para um perfil psicológico de Salazar”, in *Quem Era Salazar?*, Lisboa, Resistência, p. 73).

³² Rosas, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974), História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 302.

³³ “Declarada por desgracia la guerra, entre Alemania, de un lado, y Russia, Francia y el Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda, sucessivamente, de otro, y existiendo el estado de guerra en Austria-Hungría y Belgica, el Gobierno de S.M. se cree en el deber de ordenar la más estricta neutralidad a los súbditos españoles, com arreglo à las leyes vigentes y a los principios de Derecho público internacional. (...)” (*ABC de Madrid*, 08.08.1914, p. 6); “Constando oficialmente el estado de guerra, que por desgracia existe, entre Inglaterra, Francia y Polonia, de un lado, y Alemania, de outro, se ordena por el presente decreto, la más estricta neutralidad a los súbditos españoles, com arreglo à las leyes vigentes y a los principios de derecho público internacional.” (*La Vanguardia Española*, 05.09.1939, p. 1)

não agressão germano-soviético - desnorteante aliança de contrários - não lhe são inspiradores de texto mais original.

À época, a Alemanha e a Itália, apoiantes de Franco durante a Guerra Civil, gozam de considerável simpatia junto de vários responsáveis políticos e de largas camadas da sociedade, facto que não deixa de condicionar alguns aspectos da política externa de Espanha, sem, todavia, alterar o essencial do seu traçado, em grande medida *respaldado* nos pactos com Portugal.

Definida inicialmente como *estrita*, a neutralidade espanhola, nem sempre, se manifestou linear, já que, em alguns momentos e campos, como os das relações diplomáticas ou das facilidades logísticas, revelou um oscilante alinhamento.

A participação dos voluntários da *División Azul* nos combates da Frente Leste, ao lado das tropas alemãs e das de outros países envolvidos na *Cruzada contra o Bolchevismo* foi disto exemplo. Para estes divisionários espanhóis a sua participação na guerra não era mais do que a continuidade da *Cruzada*, empreendida durante a Guerra Civil, e, para o Estado Espanhol, não significava nem determinava a quebra da neutralidade, que todavia, passara a designar por *não beligerância*.

Porém, pouco depois, este proclamado estatuto seria rebaptizado de *neutralidade*, que o embaixador americano Hayes classificaria de *neutralidade benevolente*, traduzida na concessão de facilidades aos Aliados (uso de pistas de aviação e facilidades dadas aos serviços de inteligência).

Segundo Bartolomé Bennassar³⁴, a partir do Inverno de 42-43, Franco jogava em dois tabuleiros e usava uma linguagem dupla: “la théorie des deux guerres qu’il expose à Samuel Hoare le 6 janvier 1943 et qu’il affînera bientôt en passant de deux à trois lui paraît commode pour justifier auprès de ses interlocuteurs les contradictions de sa politique qui ne sont qu’apparentes.” (...) “de la théorie des trois guerres que professait le chef de l’Etat: dans la première qui opposait l’Allemagne à l’URSS, l’Espagne était à cote des Allemands; dans la deuxième où s’affrontaient les puissances de l’Axe et les démocraties occidentales, elle était neutre; enfin, dans la troisième qui mettait face à face le Japon et cês mêmes démocraties occidentales, elle était acquise à la cause des Etats-Unis et de la Grande-Bretagne”³⁵.

Porém, por paradoxal que esta teoria das *três guerras* pareça num Estado que proclama a *neutralidade* ou a *não beligerância*, a verdade é que o facto não constituía então caso único. Também durante toda a II Guerra, a União Soviética manteve-se neutral na encarniçada luta que opunha os (seus) Aliados ao Japão.

³⁴ Com vasta obra publicada, Bartolomé Benassar, nascido em Nîmes (1929), é professor emérito de História Contemporânea na Universidade de Toulouse e considerado “uma autoridade na História de Espanha moderna e contemporânea” (http://es.wikipedia.org/wiki/Bartolom%C3%A9_Benassar).

³⁵ Benassar, Bartolomé (2002), *Franco*, Paris, Perrin, pp. 154 e 156.

A própria *neutralidade* norte-americana, oficialmente em vigor desde 1 de Setembro de 1939 e até 7 de Dezembro de 1941, isto é, nos dois anos que separaram o início da invasão alemã da Polónia do ataque japonês à frota dos E.U.A., em Pearl Harbour, de *neutralidade* terá tido muito pouco a não ser o facto de nesse período as suas forças não participarem activamente nos palcos de guerra³⁶. Tratou-se, em todo o caso, de uma *neutralidade atípica*, dado que, não respeitou, progressivamente, vários dos requisitos impostos pelo Direito Internacional, como: a) não fornecer a nenhum dos beligerantes armas de guerra e outras coisas que possam ter uso militar; b) não permitir que navios de guerra dos beligerantes sejam armados nos seus portos. Com efeito, a aprovação pelo Congresso, em finais de 1939, do sistema *cash and carry*, permitindo a aquisição e transporte de material bélico teoricamente a qualquer dos beligerantes, constituiu uma derrogação dos *Neutrality Acts* de 1936. Mais tarde, ainda a seis meses da entrada dos E.U.A. na Guerra, a assinatura da Lei *Lend-Lease* (11 de Março de 1941), autorizando o Presidente a “vender, ceder, trocar, alugar ou dotar por outros meios” o material necessário à defesa de governo amigo, que o transportasse pelos seus próprios meios veio reforçar a política de auxílio ao Reino Unido. Também não era entendível como manifestação neutral a própria *Carta do Atlântico*, declaração conjunta de Roosevelt e Churchill, de 14 de Agosto de 1941, prevendo a “destruição final da tirania nazi” (ponto 6.º) e definindo as regras do relacionamento internacional do pós-guerra. Esta declaração inspiraria a Conferência Inter-Americana do Rio de Janeiro³⁷, convocada pelos E.U.A. e realizada naquela cidade, em Janeiro de 1942, isto é, cerca de um mês após Pearl Harbour. Dela resultou uma recomendação – e não uma decisão – para que os vinte e um países Latino-Americanos cortassem relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. Foi o que o Brasil fez, logo de seguida, e, em Agosto do mesmo ano, em resposta ao afundamento de navios seus por submarinos alemães, declarou guerra ao Eixo. Abandonada a neutralidade brasileira, Portugal via esboroado um desígnio estratégico que acalentara, mas ironicamente ganhava um intérprete de peso junto dos Aliados. Outra neutralidade já abandonada, com evidentes reflexos no curso da guerra, fora a da Itália³⁸, quando em Junho de 1940, invadira o sudeste da França, alastrando a guerra ao Mediterrâneo. Mas também neste caso, a ironia da história, aumentando o valor estratégico da Península, dava a Portugal mais lastro para defender a sua neutralidade.

³⁶ “Os Estados Unidos, efectivamente, portavam-se como semi-beligerantes” (Aron, Raymond (1983), *O Espectador Comprometido*, Lisboa, Moraes, p. 82).

³⁷ *Reunião dos chanceleres do Rio de Janeiro*, s/a, publicado pelo C.P.D.O.C. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. (<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/ReuniaoChanceleres>) ; <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=11079>.

³⁸ “No dia 10 de Junho de 1940, quando a Itália declarou guerra à Inglaterra e à França, o desiludido Salazar limitou-se a substituir a velha fotografia a preto e branco de Mussolini na sua secretária, por uma fotografia do Papa.” (Lochery, Neill (2012), *Lisboa – A Guerra nas Sombras da Cidade da Luz*, Lisboa, Editorial Presença, p. 101.

2. A neutralização da Península Ibérica

Tal como no tempo de Wellington, a *Península* constituía para os Britânicos, um objectivo militar estratégico fundamental. Agora, importava sobretudo que, em vez de cenário de batalhas, se transformasse num inexpugnável espaço de neutralidade, não utilizável pelo inimigo.

E para tal era de grande utilidade que Portugal e a Espanha se mantivessem neutrais. Como recordaria, mais tarde, *Sir Ronald Campbell*, embaixador em Lisboa, de 1940 a 1945, “Não podíamos, nessa altura, auxiliar Portugal a defender-se, e o que precisávamos era que os submarinos alemães não operassem dos portos portugueses e os bombardeiros não tivessem bases nos campos de aviação portugueses”³⁹. As mesmas preocupações e convicção estratégicas, seriam transmitidas por *Lord Halifax*, chefe do *Foreign Office*, a *Sir Samuel Hoare*, quando o nomeou embaixador em Madrid, observando-lhe que o desenrolar da guerra fizera crescer ainda mais a importância da *Península* ⁴⁰.

Oito meses mais tarde, já com vivência pessoal do desafio peninsular, o próprio Hoare, em Madrid, lembraria ao coronel *Donovan*⁴¹, enviado especial do Presidente Roosevelt, que “do ponto de vista do Reino Unido, a Península Ibérica constitui a única porta aberta que nos resta para a Europa e o encerramento do estreito de Gibraltar⁴² teria sem dúvida por efeito prolongar a guerra (...). Se conseguíssemos contar com a amizade da Espanha, não nos faltaria oportunidade para retomarmos a ofensiva”⁴³. Hoare iria mais longe, sugerindo mesmo que Roosevelt colocasse a Península Ibérica e as costas africanas norte e ocidental sob a sua tutela. Fossem quais fossem as conjecturas e as projecções, a verdade é que, em cada dia, ia tomando corpo, uma estratégia triangular Londres-Lisboa-Madrid e nela, a capital portuguesa desempenharia um papel de relevantíssima importância.

3. A Diplomacia de Combate

³⁹ Carta de *Sir Ronald Campbell* para o *Daily Telegraph*, reproduzida pelo *Diário da Manhã* (01.06.1949). ANEXO A.

⁴⁰ Hoare, *Sir Samuel* (1946), *Ambassadeur en Mission Spéciale*, Paris, Vent du Large, p. 17.

⁴¹ *Sir Samuel Hoare* apresentou credenciais a 8 de Junho de 1940, e *Donovan* chegou a Madrid a 26 de Fevereiro de 1941; “*Donovan est un républicain; le choix de sa personne pour cette mission fait partie du rapprochement tenté par Roosevelt avec Wilkie, leader républicain récemment battu par lui aux élections présidentielles. La vivacité intellectuelle et l'énergie physique de Donovan frappent Samuel Hoare, ambassadeur à Madrid (...).*” (Launay, Jacques de (1966), *Histoire de la Diplomatie Secrète de 1914 a 1945*, Verviers, Ed. Gérard et C^o/Bruxelles, Ed. Brepols, Marabout Université, p. 287.

⁴² Churchill, em mensagem para Roosevelt (23.11.1940), sublinharia que se “os Alemães viessem a ocupar os dois lados do estreito de Gibraltar, isso traduzir-se-ia num agravamento muito pesado do nosso esforço naval, que já é considerável. Os Alemães não tardariam a dispor de baterias utilizando o radar (isto é, capazes de serem apontadas na obscuridade), que impediriam a passagem tanto de noite como de dia.” (Churchill, Winston (1949), *L'Heure Tragique – Mai-Décembre 1949*, Paris, Plon, pp. 226,227.

⁴³ Hoare, *Idem*, 158

Calvet de Magalhães, em *A Diplomacia Pura*, lembrando que o objecto da diplomacia “é o de manter e desenvolver as boas relações entre os Estados e de resolver pacificamente os conflitos ou diferendos que entre eles possam surgir” alerta para o facto de certos Estados utilizarem “a diplomacia como um instrumento de penetração ideológica noutros países ou como um meio de manter um estado de tensão internacional que convém aos seus interesses políticos internos.” É o que define como *diplomacia de combate*, uma “verdadeira patologia diplomática”⁴⁴.

Embora, no plano teórico não seja difícil distinguir a *diplomacia pura* da *diplomacia de combate* ou das duas mais *patologias diplomáticas*, a que o autor se refere (*diplomacia paralela e espionagem e contra-espionagem diplomáticas*)⁴⁵ reconheça-se que, no plano prático, aquela distinção é menos clara, podendo até observar-se que a simples transposição do choque das ideologias para o plano da política externa não raro faz da mais *pura* um instrumento de *combate*. E tal é particularmente evidente num caso como o da II Guerra Mundial, que Fernando Rosas define, como “fortemente ideologizada, surgindo como um combate entre as *democracias* e o *totalitarismo* (nazi e soviético, inicialmente irmanados pelo Pacto de Agosto de 1939)”⁴⁶.

A este respeito, recorda-se que o próprio Lord Vansittart, citado por Calvet como “um diplomata da velha guarda”, avesso àquelas patologias, chefiou durante o conflito, uma comissão do *Foreign Office*, integrando o *British Council* - até aí, o principal instrumento da propaganda britânica no mundo -, a *BBC* e a *Travel Trade Association*, para coordenar as actividades “dos organismos que estão em situação de atingir os objectivos do Governo inglês”⁴⁷.

Em todo o caso, considerada a questão ideológica, é sempre possível identificar algumas diferenças essenciais, entre modelos, designadamente no que respeita à importância dada em cada país à pasta dos Estrangeiros, à autonomia do seu titular, aos critérios de nomeação ou à possível exigência de filiação partidária.

3.1. Os Ministérios, a questão ideológica e as nomeações

3.1.1. Os casos alemão, italiano e espanhol

No Estado nacional-socialista, o *Fuhrer*, ao mesmo tempo, chefe do partido, Chanceler e Presidente do *Reich*, não deixava por mãos alheias a orientação da política externa alemã, razão porque dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros nada de original se conheça. Também a tolerada concorrência à *Wilhelmstrasse*, por parte de *ministérios* partidários, nos primeiros anos do regime, não contribuiu para preservar o antigo prestígio.

⁴⁴ Calvet de Magalhães (1995), *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bertrand, pp. 113-121

⁴⁵ Calvet de Magalhães, Idem.

⁴⁶ Rosas, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, *História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, p. 301.

⁴⁷ *Diário de Lisboa*, 03.08.1939, p. 3.

Como Heitor Lyra, diplomata e memorialista brasileiro, nos relata, numa tão precisa quanto acutilante prosa: “É verdade que, se von Neurath era o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, não se podia emprestar ali a esse cargo o mesmo carácter, ou melhor, a mesma importância ou o mesmo alcance que tinham, por exemplo, na Inglaterra o chefe do *Foreign Office*, ou o do *Quai d’Orsay* em França. Sucedia que a política exterior germânica se fazia então em três sectores distintos, cada qual com o seu chefe, com o seu pessoal, seus técnicos e suas responsabilidades – e todos, naturalmente, sob o controle imediato do *Fuhrer*. Havia, assim, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, instalado no tradicional casarão da *Wilhelmstrasse*, sob a direcção de von Neurath; a Repartição de Política Exterior do partido nacional-socialista, que funcionava num palácio de Tiergarten, sob a direcção de Alfredo Rosenberg; e o *Bureau* de Joaquim von Ribbentrop, alojado em uma antiga dependência da *Wilhelmstrasse*, defronte do Ministério dos Estrangeiros. Cada uma dessas repartições era independente das outras, apesar de trabalharem de comum acordo”⁴⁸.

Tanto a Repartição Rosenberg, como o *Bureau* Ribbentrop, embriões de escolas diplomáticas nacionais-socialistas, não estatais, iriam perder progressivamente importância a partir de 1938, quando von Ribbentrop passou a abraçar a pasta dos Estrangeiros. O novo titular, indefectível *nazi*, gozando da confiança total de Hitler, limitava-se a um acrítico e zeloso cumprimento das decisões daquele, gerindo o ministério em função delas. Ribbentrop sabia que aquelas organizações não tinham tido tempo suficiente para prepararem quadros afins e que o pessoal da tradicionalista *Wilhelmstrasse*, não estava conquistado para o partido. Esta terá sido uma das razões porque manteve ou nomeou aristocratas, não declaradamente *nazis*, como *chefes de missão*, em postos importantes. Outro possível motivo terá sido o de procurar demonstrar ao estrangeiro, que a Alemanha sabia conciliar a revolução com a tradição.

Estas duas razões terão seguramente concorrido para que Berlim tivesse mantido, como *chefe de missão* em Lisboa, durante dez anos (1934-1944), o barão Oswald von Hoyningen Huene, membro da nobreza do Báltico, designado para o cargo pelo defunto Presidente von Hindenburg e sem militância partidária⁴⁹.

No seu caso, aliás, poderia concorrer o facto de, reconhecidamente, ser bem aceite nos diferentes meios da sociedade portuguesa, o que não era negligenciável, mas importante, sobretudo, a partir da deflagração da Guerra e da subtil declaração de neutralidade portuguesa, que salvaguardava as obrigações para com a aliança.

Salazar, relatando uma conversa tida com o ministro da Alemanha, em Outubro de 1940, deixa-nos um interessante testemunho acerca do clima existente entre Berlim e o seu chefe de missão

⁴⁸ Lyra, Heitor (1972), *Minha Vida Diplomática*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 427.

⁴⁹ Apesar de se ter filiado no Partido, a 1 de Setembro de 1939, isto é, no primeiro dia da Guerra (http://de.wikipedia.org/wiki/Oswald_von_Hoyningen-Huene), o ministro da Alemanha não era “nazi” e estivera próximo da conspiração anti-“nazi”. Vejam-se, neste trabalho, quanto ao seu perfil político, as referências feitas em 4. *Persona Grata e Persona non Grata*.

em Lisboa: “Recebi o Ministro da Alemanha, que mostrara o desejo de falar-me antes de sair de Lisboa em viagem a Berlim. Vinha talvez ainda mais sorridente e amável que de outras vezes, querendo visivelmente deixar muito boa impressão. O Secretário de Estado escrevera-lhe a dizer que era o Barão Huene o único diplomata alemão que não visitara Berlim desde o princípio da guerra (estivera lá em Outubro de 1939, não tendo mais voltado), e que esse facto se traduzia, por um lado, óptimas relações entre os dois países e terem sido satisfatoriamente resolvidos todos os assuntos, por outro revelava a conveniência de uma visita a Berlim para tomar de novo contacto mais directo com os dirigentes do Reich. A forma do convite era reveladora de que nada havia mudado em relação à *Península Ibérica* e à sua política, o que muito o regozijava (...)”⁵⁰.

Para os alemães, como para os italianos, Lisboa, ao contrário de Madrid, era inevitavelmente um mar inglês, pelo que não se justificariam mudanças ou investimento diplomáticos de fundo. Por outro lado, o regime português, não obstante o seu carácter autoritário, anti-parlamentar, nacionalista e anticomunista, encenando alguma *coreografia fascizante*⁵¹, era essencialmente contra-revolucionário, de inspiração católica, declaradamente radmente anti-totalitário, facto que permitia mais do que aparentes aproximações ideológicas⁵².

Enquanto que Hoyningen-Huene permaneceria, por uma década, no “Palácio Olivais” (Lapa), cinco sucessivos embaixadores alemães apresentariam credenciais a Franco. Von Faupel⁵³, o primeiro deles, profundamente nacional-socialista, teve uma episódica chefia de missão em Burgos, a que Franco deu fim, em razão das suas tentativas de interferência política. Dele não se fará, aqui, referência maior, uma vez que o seu desempenho, como *chefe de missão*, ocorreu bastante antes do período que é objecto deste trabalho (1939-1945). Assim, apenas se considerarão os seus sucessores: Von Stohrer⁵⁴ (1937-1942), von Moltke⁵⁵ (1943), Dieckhoff⁵⁶ (1943-1944) e von Bibra⁵⁷ (1945).

⁵⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros (1971) *Dez Anos de Política Externa (1937-1947)*, Vol. VII, Lisboa, M.N.E., p. 515.

⁵¹ Costa Pinto, António (2011), “Prefácio” in Michael Mann *Fascistas*, Lisboa, Edições70, p. 23. A Mocidade Portuguesa, organização juvenil do regime, ainda nos anos 60, continuava a usar, descomplexadamente, a *saudação romana*, própria daquela coreografia.

⁵² Embora não caiba neste trabalho uma exaustiva análise das características do regime então vigente – matéria alvo de inesgotável -, consideraram-se aqui, especialmente, os trabalhos de: Costa Pinto, António (2011), “Prefácio” in Michael Mann *Fascistas*, Lisboa, Edições70; Freire Antunes, José (1993), Salazar e Caetano (1932-1968), Lisboa, Círculo de Leitores.

⁵³ <http://www.guerracivil.org/PERSONATGES/faupel.html>;
http://de.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Faupel.

⁵⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/Eberhard_von_Stohrer; ABC de Madrid, 10.03.1953.

⁵⁵ Bloch, Michael (2003), *Ribbentrop*, London, Abacus, p. 410; http://de.wikipedia.org/wiki/Hans-Adolf_von_Moltke; <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=23840>.

⁵⁶ http://www.absoluteastronomy.com/topics/Hans-Heinrich_Dieckhoff.

⁵⁷ http://de.wikipedia.org/wiki/Sigismund_von_Bibra;

http://www.bundesarchiv.de/aktenreichskanzlei/1919-1933/0000/adr/adrag/kap1_2/para2_161.html; ==
Leben == Hans-Sigismund Freiherr von Bibra war der Sohn des F...
Gefunden auf http://de.wikipedia.org/wiki/Sigismund_von_Bibra.

Eberhard von Stohrer, hábil diplomata, estivera durante dez anos, como embaixador no Cairo e, qual campeão de longevidade, viria a chefiar, por cinco anos, a embaixada em Madrid. A seu respeito, *Sir Samuel Hoare*⁵⁸, que o conheceu na capital egípcia e que, a partir de 1941, personificaria o seu inimigo em Espanha, diria que tinha deste país um conhecimento notável para qualquer estrangeiro e ainda mais para um diplomata... E definido o casal von Stohrer: “Os representantes do Reich, o barão e a baronesa von Stohrer, eram dois adversários temíveis. Muito altos, com boa aparência, distintos linguistas e diplomatas muito experimentados, não se contentavam em ocupar o primeiro plano na sociedade madrilena, já que se podiam gabar de manter com o General e com a Senhora de Franco relações de verdadeira intimidade”⁵⁹. Se os seus comprovados talentos e serviços tranquilizaram Berlim durante largo tempo, o facto de ser católico⁶⁰ agradou seguramente a Madrid. Porém, segundo Stanley G. Payne, “durante os últimos meses de 1942, completara-se o descrédito de Stohrer em Berlim, onde se considerava que o veterano diplomata, além de ser ingénuo, inepto e estar totalmente desinformado, fora em determinado momento um títere de Serrano Suñer”⁶¹.

Von Stohrer seria substituído, no início de 1943, por Hans-Adolf von Moltke, membro do partido nacional-socialista desde 1937, que depois de ter servido na legação de Istambul, como conselheiro, e chefiado a embaixada em Varsóvia, trabalhava, havia três anos, nos Arquivos da *Wilhelmstrasse*⁶². Morreria subitamente, cerca de um mês após ter iniciado funções em Madrid. Berlim escolheria como seu sucessor, Hans-Heinrich Dieckhoff, último embaixador da Alemanha em Washington (1937-1941), casado com uma irmã de Ribbentrop, facto que, aparentemente associava a experiência diplomática à confiança pessoal do ministro dos Estrangeiros⁶³. Nascido em Estrasburgo, este renano podia contar em Espanha, tal como von

⁵⁸ http://en.wikipedia.org/wiki/Samuel_Hoare,_1st_Viscount_Templewood.

⁵⁹ Hoare, *Sir Samuel* (1946), *Ambassadeur en Mission Spéciale*, Paris, Vent du Large, pp. 62-63.

⁶⁰ Sáenz-Francés, identifica von Stohrer, como membro do Círculo de Kreiseau, uma organização secreta anti-nazi: “Desde un profundo sentimiento religioso, los miembros del Círculo compartían la percepción de que el nazismo era un atentado contra la misma condición humana. Orbitaron en torno al grupo personalidades como el diplomático Ulrich von Hassel, amigo del embajador en Cairo y posteriormente en España, von Stohrer.” (Sáenz-Francés, Emilio (2009), *Entre la Antorcha y la Esvástica – Franco en la encrucijada de la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Actas Editorial, p. 111.

⁶¹ Payne, Stanley G. (2008), *Franco y Hitler*, La Esfera de los Libros, p. 298.

⁶² “Al mes fue sustituido (Moltke) por otro experimentado y veterano diplomático, Hans Heinrich Dieckhoff, ya que los alemanes siempre enviaban a Madrid embajadores de categoría.” (Payne, Stanley G. (2008), *Idem*, p. 303). Não se percebe muito bem o que Payne pretende significar, quando diz “outro experimentado e veterano diplomata”, pois, consultando os *curricula vitae* dos chefes de missão alemães acreditados em Madrid, não encontramos qualquer traço de especial qualidade ou de experiência duradoura, dignos de nota. E pela mesma razão, tampouco se compreende a avançada conclusão de que “os alemães enviaram sempre embaixadores de categoria para Madrid”.

⁶³ Na realidade, as relações entre os cunhados não eram as melhores: “Ribbentrop made him the Ministry’s chief consultant on American Affairs, but did not once consult him during during the following years. In May 1943, a sudden vacancy led to his surprise nomination as Ambassador to Madrid: Ribbentropp quarreled with him during his brief tenure of that post and dismissed him in 1944.” (Bloch, Michael (2003), *Ribbentrop*, London, Abacus, 2003, p. 22).

Stohrer, com o trunfo de ser católico⁶⁴. Mas em virtude de progressivo desentendimento com o cunhado, Dieckhoff será chamado a Berlim (Setembro de 1944) e já não voltará a Madrid.

A embaixada é então confiada a Sigismund Freiherr von Bibra, militante nacional-socialista, que não raro aliava o exercício das suas funções diplomáticas com as de dirigente partidário. Como adiante se verá, com algum pormenor, no cerrar de fileiras que se seguiu ao atentado de Julho de 1944, o Reich procurará acreditar von Bibra em Lisboa, em substituição de Hoyningen-Huene, mas, mercê da particularidade do seu currículo, as Necessidades não o aceitaram.

Também em Itália, quem conduzia a política externa era o próprio, chefe do Governo, o *Duce*. Aqui, porém, ao contrário do que sucedia na Alemanha, o ministro Ciano, diplomata de carreira, tinha opinião própria que expunha a Mussolini, chegando a contrariá-lo.

O regime fascista, com mais onze anos do que o poder nacional-socialista, nem por isso conseguira uma satisfatória adesão do corpo diplomático italiano, que, todavia, e em grande número, se deixara entusiasmar pelo clima nacional de *interventismo*, iniciado com a conquista da Etiópia. Não obstante o facto de, a partir de 1926, a inscrição no partido passar a ser obrigatória⁶⁵, não é seguro afirmar-se que dela tenha resultado um verdadeiro processo de fascização do ministério. Aliás, Ciano, com indiscutíveis pergaminhos fascistas, tentou evitar a ingerência directa do partido no ministério e na carreira diplomática, entendendo que a politização de ambos deveria ser obra do seu poder através do *Gabinetto*⁶⁶. Se algum sucesso teve, este não lhe sobreviveu, nem como ministro, nem à queda do regime pois, quando, em finais de 1943, se constituiu a República Social Italiana, pondo à prova as fidelidades dos diplomatas, estes na sua larguíssima maioria não seguiram Mussolini, permanecendo fiéis ao rei. Atitude naturalmente mais fácil de tomar para os que estavam colocados em países neutrais. Analisando a situação, Vita Finzi, diplomata e escritor, dividia os funcionários do ministério em quatro categorias: “quelli più fortunati che si trovarono nei paesi neutrali (Svizzera, Svezia, Irlanda, Spagna, Portogallo, Turchia e Afghanistan): in questo caso no fu difficile firmare l’atto di adesione al governo del Sud; i funzionari che si erano trovati dopo l’8 settembre in paesi dell’Asse o in territori occupati dalla Germania o dal Giappone e che si trovarono dinanzi al

⁶⁴ “Al cattolico Dieckhoff Franco parla della cattolicità della Spagna come di un fattore di influenza culturale sull’ America Latina che agisce come deterrente contro eventuali intenzioni aggressive da parte USA. E sempre toccando il tasto cattolico deplora un discorso antivaticano mandato in onda da radio Parigi.” (Tassani, Giovanni (2002), *Madrid 43: tre Colloqui col Caudillo*, in Nuova Storia Contemporanea, Anno VI, Numero 1, Gennaio-Febbraio, p. 105);

⁶⁵ Grassi Orsini, Fabio, *La Diplomazia Italiana dagli “Anni del Concenso” al Crollo del Regime*, Annali dell’Istituto Veneto per la Storia della Resistenza, 1992/1995 - Volume: 13/16, p. 131.

⁶⁶ “a process of greater fascistization would be carried out by means of the *Gabinetto*, an inner cabinet staffed by like-minded young Fascists and headed by the one-time head of propaganda services, Ottavio De Peppo” (Preston, Paul, *The Republic Besieged: Civil War in Spain 1936-1939*, Edimburgh, Edinburgh University Press, 1996, pp. 27-28).

dilemma di aderire a Salò o al governo di Brandisi; la maggioranza di loro si rifiutò di aderire alla e fu internata; quelli che andarono al nord, e infine quelli che si dettero alla machia”⁶⁷.

E quem eram os *chefes de missão* colocados em Lisboa? Faria a Itália investimento partidário ou ideológico nas suas nomeações para a capital portuguesa? Nada o indica. Antes pelo contrário. Todos os sucessivos quatro ministros de Itália eram apenas diplomatas de carreira⁶⁸. É certo que Francesco Giorgio Mameli (1936-1940) fora, nos anos 20, secretário e depois chefe de gabinete de Mussolini, quando este acumulava a pasta dos *Affari Esteri* com a chefia do Governo. Mas isso fora naquela década, muito antes da II Guerra Mundial, e não se conhece qualquer seu subsequente envolvimento político-partidário, dentro ou fora do ministério.

Mussolini, após o curto interregno de Dino Grandi (1929-1932), viria de novo a sobraçar a pasta dos Estrangeiros, cedendo-a, em 1936, ao seu genro Galeazzo Ciano.

Ora, tendo Mameli chegado a Lisboa, apenas quatro meses após a nomeação do novo ministro, parece plausível que a sua *chefia de missão* tenha resultado da directa intervenção de Mussolini de quem continuaria a gozar de confiança pessoal. Porém, em 1943, estando a chefiar a missão em Sófia, Mameli foi um dos que se recusou a aderir à República Social Italiana.

Também Renato Nobile Bova Scoppa (1940-1941), Francesco Frasoni (1941-1943), Renato Prunas (1943-1944) e Rossi-Longhi (1944-1945), os *chefes de missão* que, em Lisboa, acompanharam o decurso e o desfecho da Guerra, não estavam associados politicamente ao regime.

Em todo o caso, era normal que recebessem orientações do seu ministro, antes de iniciarem funções. Ciano, porém, não as deu, pelo menos, a Bova Scoppa: "Le istruzioni com cui ero partito potevano essere contenute in una semplice e sintética frase e cioè “nessuna istruzione”. Ciano mi aveva ricevuto per i consueti cinque minuti limitandosi a domandarmi si ero contento di andare in Portogallo e mi aveva gongedato con la máxima rapidità col pretesto che aveva altre udienze dopo la mia”⁶⁹. O designado *chefe de missão* para Lisboa, que sempre se opôs à

⁶⁷ Orsini, Idem, p. 141;

⁶⁸ Os chefes de missão acreditados em Lisboa continuaram na *Carreira* para além da guerra. Já em 1944 (Governo Badoglio), Renato Prunas, seria nomeado secretário-geral do Ministério dos Estrangeiros. Também Francesco Frasoni ocuparia o mesmo cargo, entre 1946 e 1948. Ver *curricula vitae* dos chefes de missão (ANEXO G).

⁶⁹ “Le istruzioni com cui ero partito potevano essere contenute in una semplice e sintética frase e cioè “nessuna istruzione”. Ciano mi aveva ricevuto per i consueti cinque minuti limitandosi a domandarmi si ero contento di andare in Portogallo e mi aveva gongedato con la máxima rapidità col pretesto che aveva altre udienze dopo la mia.” (Bova Scoppa (1949), *Colloqui com due dittatori*, Roma, Ruffolo Editore, p. 6). Também Dino Alfieri, nomeado Embaixador de Itália em Berlim, se queixara, por aqueles dias, da ausência de instruções: “Na iminência da partida preocupava-me o facto de não ter recebido do chefe do governo directrizes precisas, uma orientação definitiva. (...) Quando lhe pedi as directrizes respondeu: - Já as dei a Ciano. E despediu-me. Mas do Ministro do Exterior não consegui obter uma indicação mais precisa senão a de comportar-me segundo o grau de temperatura.” (Alfieri, Dino (1949), *Hitler e Mussolini – Frente a Frente*, São Paulo, Difusão do Livro, p. 22; Neste caso, dada a especial ligação entre Roma e Berlim, não parece concebível que a ausência de instruções se devesse a negligência ou a desinteresse. Pelo contrário, é-se levado a crer que resultasse de uma elevada confiança nos créditos que Alfieri tinha junto de Hitler: “The excepcional services rendered by Alfieri to the cause of German-Italian

entrada da Itália na Guerra, e de cujo especial desempenho histórico se tratará adiante, conta-nos da sua estranheza pelo pouco interesse manifestado por Galeazzo Ciano: “Egli sapeva che io partivo per un paese che sarebbe diventato un posto d’osservazione di massima importanza sia perchè neutrale sia perchè in posizione particolarmente favorevole a tutti gli scambi, a tutti i traffici, a tutte le possibili conversazioni. Porta aperta sull’Atlantico, osservatorio eccezionale nei confronti dei due paesi che maggiormente interessavano ai fini del conflitto: gli Stati Uniti e l’Inghilterra. Malgrado ciò egli si guardò bene dal darmi la minima istruzione; non m’incaricò nemmeno d’un convenzionale messaggio di saluto per il Presidente Salazar, nè mi raccomandò di tener gli occhi bene aperti e di segnalare tutto cio che poteva essere utile ed interessante”⁷⁰.

Como explicar esse aparente desinteresse do ministro italiano dos Estrangeiros? Por que razão não dera instruções a Bova? Não era Lisboa um posto de indesmentível valor estratégico? Seria porque a considerava irreversivelmente alinhada com os Ingleses ou porque admitia que, a breve trecho, deixaria de ser capital de um Estado soberano? Madrid, onde cultivava relações políticas e amizades, parecia ser a sua aposta exclusiva.

Quanto a Bova Scoppa, cuja *chefia missão* lisboeta terminaria em 1941, sabe-se que, a exemplo de Mameli, não aderiu à República Social Italiana, mantendo-se fiel ao rei e disponível para servir sob o Governo de Badoglio⁷¹.

Do currículo de Fransoni, o seu sucessor, não se detecta outra actividade senão a diplomática. E das possíveis apreciações do ministro dos Estrangeiros italiano a seu respeito só foi possível descortinar a que, lacónica e única, apontou no seu *Diário*, em finais de 1942: “não é brilhante, mas é honesto”⁷².

Quanto a Renato Prunas, o último nomeado do período fascista, a sua posterior designação para o cargo secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros fala por si. Finalmente, quanto ao marquês Rossi Longhi, fica o registo de que foi nomeado já pelo Governo Bonomi.

Em Madrid, pelo contrário, Gastone Gambara⁷³ (1939-1940) e Francesco Lequio⁷⁴ (1940-1943), eram indefectíveis do regime fascista. O primeiro, general, chega a Espanha, durante a Guerra

friendship far outweigh any little weaknesses he may now show. I never forget that at the time of the Austrian National Socialist “coup d’état” in 1934, which led Mussolini to make the one political mistake of his life, Alfieri was among those who came out on the side of Germany.” (Hitler, Adolf (1988), *Hitler’s Table Talk – 1941-1944*, London, Phoenix Press, pp.416-417).

⁷⁰ Bova Scoppa (1949), Idem.

⁷¹ O *Volkischer Beobachter*, jornal do partido nacional-socialista alemão noticiou erradamente que Bova Scoppa havia sido preso no porto romeno de Giurgiu, quando depois de se ter declarado a favor de Badoglio, tentara fugir para a Turquia. (*Diário de Lisboa*, 01.10.1943, p. 5).

⁷² Fransoni “não é brilhante, mas é honesto” – Assim o define o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália, quando em 1 de Novembro de 1942, regista as impressões que o seu ministro em Lisboa lhe deu sobre o ambiente vivido na capital portuguesa: “A atitude relativamente ao Eixo mudou muito em Portugal e todos os preparativos dos Anglo-Saxões fazem crer que a breve trecho um poderoso sopro será libertado no Mediterrâneo para atacar a Itália, que é considerado o calcanhar de Aquiles do Eixo.” (Ciano, Galeazzo (1947), *Ciano’s Diary 1939-1945*, London/Toronto, William Heineman Ltd, p. 517).

⁷³ http://it.wikipedia.org/wiki/Gastone_Gambara.

⁷⁴ *ABC*, de Madrid, 27.08.1940, *ABC*, de Madrid, 14.01.1943.

Civil, como Chefe do Estado-Maior do Corpo de Tropas Voluntárias (*Capo di Stato Maggiore del Corpo Truppe Volontarie*) e terminada aquela, ocupa durante alguns meses o cargo de Embaixador de Itália, cargo que deixará para assumir diversos comandos militares, durante a II Guerra⁷⁵. Em conformidade com as suas convicções, aderirá, em 1943, à efémera República Social Italiana.

Por seu lado, Francesco Lequio, diplomata de carreira, que em 1940 substituiu Gambarra, era considerado “um dos mais apreciados colaboradores na interpretação do pensamento e da acção política do Duce”⁷⁶ e morrerá no seu posto, em 14 de Janeiro, alguns meses antes da queda de Mussolini.

Será substituído pelo barão Giacomo Paolucci di Calboli⁷⁷, que, em 1922, fora chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mussolini, e, mais tarde, presidente do Instituto Luce, um dos principais instrumentos da propaganda fascista. Porém, em 1943, fiel à monarquia, não aderirá à República Social Italiana, sendo ele quem Badoglio encarregará de entregar ao embaixador da Alemanha a declaração de guerra de Itália.

España es diferente?

Naquela época, não o era, certamente, já que a orientação de fundo da sua política externa, era definida pelo Generalíssimo Franco. Com quatro sucessivos titulares da pasta dos Estrangeiros, de distintas simpatias políticas⁷⁸, embora todos comungando do ideal da *Cruzada* e do anti-comunismo militante, ministros não raro opinativos perante um lacónico Franco, era este, quem efectivamente conduzia as relações exteriores de Espanha. Ao pessoal diplomático não era imposta qualquer filiação a não ser no serviço nacional. Recordar-se a propósito que, logo no início da guerra civil, a esmagadora maioria dos diplomatas havia passado para o *bando nacional*⁷⁹.

Assim sendo, isto é, com tantos diplomatas de carreira, presumidamente de confiança, que razão terá determinado Madrid a nomear Nicolau Franco, um não diplomata, *chefe de missão* em Lisboa? Será que o facto de ser irmão do *Caudillo* constituiria, em si mesmo, garantia de confiança política e razão bastante para explicar a preferência por um embaixador político? A

⁷⁵ Theotónio Pereira, em ofício, de 14 de Maio de 1940, para Salazar, define Gambarra: “Trata-se, como V.Ex.^a sabe, do antigo comandante das forças italianas em Espanha, cuja acção diplomática se caracterizou por uma subalternização completa à política alemã” (Ministério dos Negócios Estrangeiros (1971), *Dez Anos de Política Externa (1937-1947)*, Vol. VII, Lisboa, M.N.E., p. 30.

⁷⁶ ABC, de Madrid, 27.08.1940.

⁷⁷ http://it.wikipedia.org/wiki/Giacomo_Paolucci_di_Calboli/.

⁷⁸ Beigbeder Atienza (M.N.E. - 1939-1940) - Militar, considerado anglófilo; Serrano Suñer - (M.N.E. - 1940-1942) - Jurista, co-cunhado de Franco, amigo de Ciano, falangista e simpatizante do “Eixo”; Jordana (M.N.E. - 1942-1944) - Militar, com desempenhos políticos anteriores, era monárquico e aliadófilo; Lequerica (M.N.E. - 1944-1945) - Jurista. Era embaixador em França, quando foi nomeado ministro. Depois da guerra seria o primeiro embaixador permanente de Espanha na ONU.

⁷⁹ “La defecção de casi un 90 por 100 de los funcionários de la carrera diplomática española creó una situación dramática” (Viñas, Ángel (2010), *Al servicio de la República – Diplomáticos y la Guerra Civil*, Madrid, Marcial Pons, Ediciones de Historia, p. 267.

resposta não parece óbvia. O laço fraternal pode suscitar inesperadas solidariedades, mas não assegura nem identidade de opinião nem capacidade política, que alicercem confiança. Registe-se que outro dos irmãos Franco, Ramón⁸⁰, ás da aviação espanhola, apesar de se ter solidarizado com o *Alzamiento Nacional*, desde o início, sempre militara politicamente nos antípodas de Francisco e de Nicolau.

Este último, porém, cedo se revelara um hábil manobrador, com peso político próprio. Com efeito, fora ele que, com os generais Kindelán, Orgaz, Yague e Millan Astray, logo em 1936, promovera o seu irmão Francisco à mais alta magistratura do Estado. Com eles formou, como nos conta Paul Preston, “uma espécie de equipa de campanha política destinada a assegurar que Franco se convertesse primeiro em Comandante em Chefe e depois em Chefe do Estado”⁸¹. O mesmo autor acrescenta que “quase de imediato, Nicolau Franco fez planos experimentais para a criação, logo em 1936, de um partido político franquista na linha da União Patriótica do general Primo de Rivera. Seria composto por elementos conservadores, na sua maioria da CEDA⁸² e portanto foi alvo da hostilidade da Falange. Precavendo-se do desaconselhável actuar contra uma cada vez mais poderosa Falange, os irmãos abandonaram a ideia”⁸³. D. Nicolas Franco não era apenas um irmão do *Caudillo*: o seu evidente protagonismo político fez dele um dos primeiros edificadores da *Nueva España*.

Compreende-se, assim, que dada a importância estratégica e política de Portugal, no contexto da guerra civil, Nicolau Franco, já antes de ser nomeado embaixador em Lisboa (1938), tivesse sido o escolhido para chefiar a Delegação da Junta de Burgos, na capital lusa, como “Agente especial junto do Governo português”⁸⁴.

Porém, quando o seu concunhado e adversário político Serrano Suñer, assumiu a pasta dos Estrangeiros, em 18 de Outubro de 1940, poderia supor-se que, mercê da animosidade deste, viesse a ser substituído em Lisboa. O novo ministro, amigo pessoal de Ciano e com evidentes simpatias pelo Eixo, era outro *peso pesado* do regime, e fora ele que, em 1937, redigira o

⁸⁰Ramon Franco Bahamonde, eleito deputado pela *Esquerra Republicana de Catalunya*, nas eleições de 28 de Junho de 1931 (http://es.wikipedia.org/wiki/Ram%C3%B3n_Franco).

⁸¹ Preston, Paul (1994), *Franco una biografía*, Barcelona, Grijalbo Mondadori, p. 227.

⁸² *Confederación Española de Derechas Autónomas*, agrupamento de partidos católicos, criado em 1933.

⁸³ Preston, Idem, p. 238.

⁸⁴ “Os papéis sobre os problemas económicos de Espanha empilhavam-se agora nos registos de entradas das nossas secretarias das diversas pastas e, para as informar e dar toda a assistência necessária, abriu-se em Lisboa um escritório comercial como representação da Junta de Burgos. Recordo-me de ali haver encontrado um senhor Aurélio Fernandez Ávila, que não era outro senão o irmão mais velho do generalíssimo Franco, ou seja, D. Nicolau Franco, que, mais tarde, viria a ser, por longos anos, embaixador de Espanha em Lisboa e figura extremamente popular, que, creio bem, bateu todos os *records* da presença em Portugal dum diplomata da sua categoria. (Theotónio Pereira, Pedro (1972), *Memórias - I*, Lisboa, Verbo, p. 336);

Decreto de Unificación, colocando habilidosamente a Falange sob a dependência directa do Chefe de Estado⁸⁵.

Aprensivo, Theotónio Pereira, expediria no próprio dia da posse um telegrama para Salazar: “... “Serrano mostrou-se violentíssimo⁸⁶ e ameaçou de demissão todos os representantes diplomáticos da Espanha. Como detesta Nicolau Franco, vamos a ver o que acontece.

Isto pode ser uma dificuldade, mas pode também ser que fique em nada. Serrano pode queimar-se em quinze dias. O meu medo está sempre no que a Alemanha queira fazer dele. (...)”⁸⁷.

Nada, porém, aconteceu. Serrano Suñer deixaria a pasta, cerca de dois anos depois, e Nicolau Franco continuaria *chefe de missão* em Lisboa até 1958.

3.1.2. Os casos inglês e norte-americano

Em democracia, parlamentar ou presidencialista, a questão ideológica ou partidária não é normalmente ignorada na nomeação dos responsáveis pela pasta dos Estrangeiros, nem está necessariamente ausente da designação dos *chefes de missão*.

No quadro do sistema parlamentar, tal ocorre tanto em governos, partidariamente homogéneos, em função das tendências ou das orientações dos respectivos líderes, como nos que resultam de coligação partidária, reunindo, não raro, políticos oriundos de partidos histórica e ideologicamente distantes. Destes são exemplo os chamados governos de *união patriótica* ou de *salvação nacional*. E, em ambos os casos, haverá situações de aproximação e de afastamento nem sempre fáceis de explicar. Porém, a circunstância da guerra, sem fazer olvidar diferenças, não raro, dita composições e decisões políticas atípicas.

Churchill, que antes da II Guerra Mundial, se evidenciara entre os *conservadores*, como opositor à política de apaziguamento de Chamberlain, ao assumir (1940), a chefia do governo de unidade nacional (conservadores e trabalhistas), nomeou *Foreign Secretary* Antony Eden, que, como ele se opusera àquela política, quando entre 1935 e 1938, desempenhara o mesmo cargo. Mas relativamente a *Sir* Samuel Hoare, que integrara o precedente governo de Chamberlain (1937-1940) e fora episodicamente responsável pelo *Foreign Office*, no governo de Baldwin (1935-1937), e então co-autor do pacto Hoare-Laval⁸⁸, embora não fosse convidado a integrar o

⁸⁵ Benassar, Bartolomé, *Franco*, Paris, Perrin, 2002, p. 116; Assim, agrupando organizações, constituiu-se a *Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*.

⁸⁶ “Lo que aquí pretendo, antes que outra cosa, es acompañar la vida de esta vieja casa al espíritu de nuestra Revolución, al mejor espíritu de la Falange. (...) y, por consiguiente, los conceptos, los propósitos, los gritos y las maneras de nuestra Revolución serán conocidos, practicados y queridos por los funcionarios que aquí estén. Por igual razón, la Falange exterior, cuyos defectos conozco y de corregirlos me encargo, será desde este momento un elemento a considerar en la vida diplomática de España.” (*ABC*, 19.10.1940).

⁸⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros (1971), *Dez Anos de Política Externa (1937-1947)*, Vol. VII, Lisboa, M.N.E., p. 524.

⁸⁸ O Pacto Hoare-Laval (1935), visava uma solução pacífica da questão italo-etíope, no quadro da SDN, mas favorecia a Itália. Face aos protestos que suscitou, não chegou a ser aplicado e Hoare demitiu-se.

novo gabinete, foi nomeado *chefe de missão* em Madrid, como embaixador⁸⁹. Também Lord Halifax, outro defensor da malograda política de apaziguamento, que apesar disso, sobraçara a pasta dos Estrangeiros nos primeiros seis meses do governo de Churchill, seria colocado em Washington (1940-1946), como embaixador.

A guerra fizera Churchill aproveitar valiosos contrários do seu próprio partido, em lugares da maior importância diplomática.

Ao contrário do que sucedeu com a nomeação de Sir Samuel Hoare para Madrid, ou seja, a de um *embaixador político*, tanto a nomeação de Sir Walford Selby (1937) como a de Sir Ronald Campbell (1941) para Lisboa, reflectiram apenas critérios de qualificação diplomática, especialmente acentuada no caso deste último.

De Selby sabe-se que, em 1932, entre a possibilidade de ser colocado no estrangeiro e a de ocupar o cargo de Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, optou pela primeira, sendo no ano seguinte nomeado *chefe de missão* em Viena, cargo à época bastante apreciado. Quanto a Campbell, também não consta que alguma vez se tivesse deixado tentar pela política interna, possivelmente porque no domínio diplomático, lhe eram reconhecidas invulgares qualidades de desempenho, que, na iminência da guerra, o projectariam do relativamente modesto posto de Belgrado para o de Paris, como embaixador (1939-1940).

É sabido que, no presidencialismo norte-americano, os favores de campanha eleitoral são frequentemente correspondidos pelo favor presidencial da nomeação para altos cargos, nomeadamente os da representação externa, e, não é, pois, de estranhar que de entre as quatro designações para *chefe de missão* em Lisboa, só uma, a de Henry Norweb, diplomata de carreira, não entrasse, pelo menos aparentemente, nessa correlação financeiro-política.

Em todo o caso, tal como ocorrera no Reino Unido, os ventos de guerra aconselhariam o presidente Roosevelt a confiar missões da mais elevada responsabilidade política e diplomática a não correligionários e até a declarados ex-opositores.

O caso mais notório destas missões foi o de Wendell Willkie⁹⁰, que, entre 1941 e 1942, como *embaixador político* supranumerário, se encontrou com responsáveis políticos de muitos países, a todos procurando transmitir, a ideia de um empenhamento colectivo norte-americano,

⁸⁹ “É notório que o factor *tempo* não intervém em Espanha nas esferas governamentais. Citam-se nomeações diplomáticas, a que não foi dada acreditação senão semanas ou mesmo meses depois. No meu caso, o acordo chegou com uma rapidez quase embaraçante. Será que o governo espanhol se sentia lisonjeado pela designação de um antigo ministro dos Negócios Estrangeiros? Será que o general Franco estava disposto a acolher favoravelmente um embaixador que, apesar de não ter tomado partido durante a Guerra Civil, sempre tinha defendido o princípio da não intervenção e sempre estivera convencido de que as forças de esquerda, demasiado divididas entre si, não tinham qualquer hipótese de alcançar a vitória final?” (Hoare, Sir Samuel (1946), *Ambassadeur en Mission Spéciale*, Paris, Vent du Large, p. 22).

⁹⁰ Wendell Willkie (1892-1944), candidato pelo Partido Republicano às eleições presidenciais de 1940, foi derrotado por Roosevelt.

ancorado na generosidade e na vontade de assegurar a liberdade e o progresso em todo o mundo⁹¹.

Jacques de Launay, atento observador, analisando os efeitos deste tipo de missões, não raro em concorrência com as dos *chefes de missão* em posto, comenta que Roosevelt a “todos os pretextos encarrega de importantes missões no estrangeiro novos *missi dominici*, que tiram ao embaixador uma parte dos seus poderes. Estes enviados serão escolhidos, ou entre amigos pessoais e dedicados que tudo lhe devem (como Hopkins), ou no campo dos adversários políticos (como Vanderbergh, Willkie ou Donovan): associando-os às responsabilidades, contenta o Congresso. Irão assim nascer inúmeros conflitos de competências que Roosevelt apaziguará por arbitragem entre os rivais. Desta forma, a sua autoridade suprema será afirmada em todos os momentos”⁹².

4. *Persona Grata e Persona no Grata*

E Portugal? Teria alguma vez manifestado reservas, com fundamento ideológico, à acreditação de representantes diplomáticos?

Tanto quanto foi possível verificar, a expressão *persona non grata* nunca terá sido formulada relativamente a propostos *chefes de missão* considerados inconvenientes, mas tal não obsteu a que Governo português se opusesse irredutivelmente a acreditar dois deles: o francês Henri Hoppenot e o alemão Sigismund von Bibra.

A 3 de Julho de 1940, Gama Ochoa, ministro de Portugal em Paris, telegrafa a Salazar, reiterando-lhe o interesse do Governo francês na acreditação em Lisboa de Henri Hoppenot, então subdirector dos assuntos europeus no *Quai d’Orsay*, que, sublinha, “goza de muito boa reputação nos meios diplomáticos, sendo muito considerado neste Ministério dos Negócios Estrangeiros onde é tido como um dos melhores funcionários carreira diplomática.”⁹³

Apesar da alegada *boa reputação* - e excepção feita para a primária categoria de adido em que exercera na legação de Berna -, Hoppenot não só não tinha experiência relevante de posto no exterior, como era tido, nas *Necessidades*, por *esquerdista*, dada a proximidade e a amizade que cultivava com Alexis Léger, ex-Secretário-Geral do Ministério francês dos Negócios Estrangeiros, cujas simpatias por Aristide Briand e uma equívoca política de conciliação, raiando o pacifismo, haviam levado Paul Reynaud a demiti-lo.

Ciente da ideia feita, que persiste em Lisboa e contrariando-a, Ochoa, acrescenta em novo telegrama: “Procurei hoje informar-me junto de meus colegas corpo diplomático alguns dos

⁹¹ Como registo pessoal desta missão, ver: Willkie, Wendell (1944), *Um Mundo Novo*, Lisboa, Editorial Século.

⁹² Launay, Jacques de (s.d.), *Segredos Diplomáticos 1939-1945*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 19-20.

⁹³ AHDMNE - Telegramas Recebidos (1940) – Legação de Portugal em Paris, Pasta da Legação em Paris, Maio 200. (ANEXO B).

quais têm trabalhado mais intimamente com o Senhor Hoppenot e todos dizem ser pessoa tendências moderadas sem ideologia política seu irmão adido militar na Letónia é considerado muito conservador. Hoppenot pertence a uma família assaz rica e conquistou neste Ministério dos Negócios Estrangeiros lugar de destaque pela sua inteligência faculdades de trabalho e disposição de remover as dificuldades. Estas qualidades fizeram com que Léger se servisse dele mas entre os dois não houve afinidades ideológicas políticas pois Hoppenot não pertence partido político algum e é simplesmente um diplomata de carreira. Ministro da Grécia que o conhece mais intimamente disse que beneficiaremos política (?) quando Daladier formou Governo Hoppenot mostrou-se desolado com a entrada no Governo elementos (?) esquerda. O mesmo colega tem impressão que Hoppenot é de tendências moderadas. Todos os colegas que o conhecem e com quem falei dizem ser pessoa muito valor e lamentam a sua (?)”⁹⁴

Corre, entretanto, na capital lusa, a informação de que o Governo francês já teria nomeado Hoppenot sem que de Lisboa tivesse recebido o indispensável *agrément e* que aquele já iniciara viagem para ocupação do posto. E, de novo, o ministro de Portugal, telegrafa⁹⁵, agora fazendo eco de informações fornecidas por François Charles-Roux, o novo Secretário-Geral do ministério francês dos Estrangeiros: “ouviu com surpresa minha informação de Hoppenot ser esquerdista assegurando-me não ser verdade. Acrescentou não estava no seu espírito designar pessoa dessas ideias para representante da França em Portugal pois Governo francês desejava manter connosco melhores relações manifestando-me ao mesmo tempo alto apreço V. Ex.^a. Quanto a colaboração com Léger afirmou-me ter sido unicamente matéria serviço. Sobre a saída dele de França explicou ter sido motivada circunstâncias ocasião quando Governo estava Bordéus sem saber quando e para onde sairia prevendo hipótese serem cortadas comunicações. Hoppenot acha-se actualmente em Madrid em casa seu amigo Conde de La Baume Embaixador de França pessoa da extrema-direita e esse facto prova bem que tendência política atribuída Hoppenot não tem fundamento.”

Apesar destas e de complementares informações, Henri Hoppenot não recebeu a pretendida acreditação de Lisboa e, pouco depois, Vichy nomeou-o ministro plenipotenciário em Montevideu. Ali, embora começasse por se defrontar com Albert Ledoux⁹⁶, representante pessoal do general De Gaulle para a América do Sul e ex-encarregado de negócios daquela legação, acabaria por aliar-se a este, vindo a ser posteriormente nomeado (1943), delegado do Governo Provisório da República, nos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, em carta dirigida a René Massigli, Comissário para os Negócios Estrangeiros da França Livre, Hoppenot – agora, já muito distanciado de Vichy - proporia uma depuração nos quadros do Corpo Diplomático

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ AHDMNE - Telegramas Recebidos (1940) – Legação de Portugal em Paris, Pasta da Legação em Paris, Maço 200. (ANEXO B).

⁹⁶ Albert Ledoux (1901-1988) foi o primeiro diplomata francês, em posto, a aderir à causa de De Gaulle. (http://fr.wikipedia.org/wiki/Albert_Ledoux).

francês: “mais s’il faut être indulgent pour certaines erreurs commises de bonne foi, dont bien peu d’entre nous ont été complètement innocents, il ne faut pas non plus que des scrupules de camaraderie ou de *gentilhommerie* nous libèrent du devoir de désolidariser la maison que vous avez à reconstruire des agissements d’un certain nombre d’agents qui ont agi, non seulement comme s’ils croyaient à la victoire allemande, mais comme s’ils la désiraient”⁹⁷.

Outro caso, que não mereceu acolhimento do Governo português, foi o do alemão von Bibra. Em nota de 29 de Outubro de 1944, a Legação da Alemanha comunica ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que Governo do *Reich* “tenciona chamar o ministro da Alemanha, Barão Hoyningen-Huene, do seu posto actual para empregá-lo noutra lugar, e designar como seu sucessor e enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Portugal, o primeiro conselheiro da Embaixada da Alemanha em Madrid, ministro de primeira classe, Senhor Sigismund Freiherr von Bibra” para quem pede o *agrément*.

A que se deveria a decisão da *Wilhelmstrasse*? Franco Nogueira⁹⁸ atribui-a ao facto de Huene não ter conseguido evitar os acordos de Portugal com os Aliados relativamente aos Açores, à suspensão das exportações de volfrâmio e à libertação de Timor. A tese não parece, todavia, muito convincente, já que a Alemanha não ignorava as salvaguardas compromissórias da neutralidade portuguesa nem a incapacidade de Portugal - como, aliás, a de qualquer outro país neutral -, para naquela fase da guerra fazer face às crescentes pressões dos Aliados⁹⁹.

Já Heitor Lyra, apesar de algumas imprecisões, parece aproximar-se da razão mais plausível: “Contaram-me que a certo momento da guerra de 1939-1945 fora convocado a Berlim por razões de serviço, sentindo então que os chefes nazistas nele depositavam pouca confiança”¹⁰⁰.

É certo que na sequência do atentado de 20 de Julho de 1944, fora grande a depuração operada em todos os quadros do Reich e a ela não haviam escapado naturalmente os membros do Corpo Diplomático.

Embora não conste que Hoyningen-Huene estivesse associado àquela fracassada conspiração, era sabido e consabido, na Alemanha como em Portugal, que não era um *homem do partido*, facto que não o inscrevia no rol dos de máxima confiança política, agora, exigível para a ocupação dos postos. Era seguramente conhecido o seu bom relacionamento com o almirante Canaris, chefe da *Abwehr* (um dos serviços secretos alemães), que, envolvido na conjura, viria a ser preso e executado. Este gozara até então, evidentemente, da confiança absoluta do Führer e não era, pois, de estranhar que tivesse bom relacionamento com os chefes de missão alemães.

Ronald Weber, no seu livro *Passagem para Lisboa*¹⁰¹ vai mais longe, associando Hoyningen-Huene à *Schwartzte Kapelle*, um grupo de oposição ao regime, que “contava entre os seus

⁹⁷ Rémy, Pierre-Jean (2007), *Diplomates en Guerre*, Paris, JC Lattès, p. 703.

⁹⁸ Franco Nogueira (1978), *Salazar - As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora, p. 561.

⁹⁹ Ver nota 175.

¹⁰⁰ Lyra, Heitor (1981), *Minha Vida Diplomática*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 478.

membros aristocratas, diplomatas, empresários e figuras militares do peso do marechal de campo Erwin Rommel e do próprio Canaris”. Segundo este autor, a *Schwartze Kapelle* há muito que tinha um membro destacado em Lisboa e esse era o ministro da Alemanha.

Não era natural que disto se soubesse em Berlim, mas ali, após o atentado e mais do que nunca, imperava o ambiente de suspeição.

Fosse como fosse, Lisboa não se mostrou apressada em dar o seu assentimento ao proposto substituto de Hoyningen-Huene. E por que razão? Von Bibra (1894-1973), então encarregado de negócios em Espanha, não era, como se verá, figura que agradasse à *Secretaria de Estado*¹⁰². Era um homem altamente comprometido com o partido nazi, sendo-lhe conhecidas actividades extra-diplomáticas nos postos que havia desempenhado em Praga, Berna e, agora, “embora com mais reserva”, em Madrid. Na Suíça desempenhara cumulativamente as funções de chefe do partido nacional-socialista, e ali, por “intermédio da Gestapo, “exportou” para a Alemanha vários alemães, exercendo uma missão que lhe dá especial qualidade para aquela a que agora querem destiná-lo”¹⁰³.

Nas Necessidades, admite-se a hipótese de uma recusa de ordem geral, com o admissível fundamento de um mal-estar criado pela súbita e inesperada partida de Hoyningen-Huene - sem as usuais despedidas protocolares -, de preferência a declarar von Bibra *persona non grata*. É que esta segunda hipótese tinha o “inevitável inconveniente de provocar a nomeação de outro (...) destinado a dirigir a radicalização da política alemã em Portugal, depurar o pessoal da Legação e organizar e chefiar o movimento “subterrâneo” de resistência”.

Lisboa deixa prudentemente o tempo correr.

Porém, a 14 de Novembro de 1944, o Secretário-Geral do MNE, embaixador Teixeira de Sampaio, recebe o Encarregado de Negócios da Alemanha, Dietmar, a quem, com habitual cortesia, deixa claro o que Lisboa aprecia e o que não aceita num *chefe de missão*.

Começando por elogiar o papel do ministro que partira, cujos “feitio” e “atitude” haviam concorrido para as boas relações entre os dois países, desenhou em seguida o perfil desejado: “Nós pensávamos que pessoas daquele temperamento sem se evidenciarem no presente ou no passado por atitudes políticas relativamente a ideologias ou partidos que possam perturbar as próprias colónias com que têm de lidar ou as susceptibilidades desta ou daquela corrente de opiniões no país onde se acham acreditados, são os agentes que mais podem concorrer para a manutenção e facilidade de boas relações numa quadra delicada como esta é. Pelo contrário, as

¹⁰¹ Weber, Ronald (2012), *Passagem para Lisboa – A vida boémia e clandestina dos refugiados da Europa nazi*, Lisboa, Clube do Leitor, p. 152.

¹⁰² Em telegrama de 8 de Novembro de 1944, Tovar, ministro de Portugal em Berlim, comunica: “informações obtidas acerca de BIBRA são favoráveis. Antes ocupar posto Conselheiro Madrid desempenhou mesmas funções em Berne acumulando-as com as de chefe do partido nazzi na suíça. Tem fama funcionário ponderado e de trato agradável.” (AHDMNE, GSG – Maço 6, Pasta 8). (ANEXO C).

¹⁰³ Considerações de Teixeira de Sampaio, sem indicação de data (AHDMNE, GSG – Maço 6, Pasta 8).

peessoas (com) um cunho de actividade política muito intensa exercida em outros postos podem trazer ou experimentar dificuldades.

Explicava-lhe esta maneira de ver para ele mais facilmente compreender o que eu lhe queria dizer de maneira extra-oficial.

O nome que ele me tinha trazido para sucessor do Barão Huene era o de uma pessoa de acção nitidamente política, não restrita ao campo diplomático, nos diferentes postos que tem desempenhado. Depois do que eu lhe acabava de dizer, ele compreenderia decerto haver alguma hesitação na resposta a dar. Não seria talvez preferível que a nossa demora levasse o Governo do Reich a substituir um nome sugerido, evitando-se assim o risco de uma resposta que poderia ser penosa para um lado e outro?

Ditmar que fez uma cara bastante séria e de sobrolho franzido durante o preâmbulo desta minha insinuação, disse-me apenas “mais du parti nous le sommes tous”. Retorqui: “Sem dúvida nenhuma. Refiro-me apenas à actividade externa e de modo nenhum às convicções. Creia que tudo isto lhe digo com boa intenção, num espírito amigável e, repito, de maneira extra-oficial. Ditmar acentuou ele próprio este último ponto, perguntando novamente: “Alors, c’est extra-officiel?”

Sim, não estou encarregado de lhe dar nenhuma resposta oficial e se lho digo desta forma é para evitar o perigo possível de ter de lho dizer oficialmente.

Agradeceu e partiu risonho, como tinha entrado, mas evidentemente pouco contente de ter de referir o que entre nós dois se passara”¹⁰⁴.

A 13 de Janeiro de 1945, isto é, cerca de dois meses após esta conversa, a Legação da Alemanha solicitava a acreditação para o Ministro Gustav Adolf von Halem, que, desde Outubro de 1944, desempenhava as funções de Cônsul-Geral junto da Embaixada alemã na República Social Italiana. Segundo Franco Nogueira, Salazar dera seu acordo por se tratar de um “homem correcto que estivera em Londres com Von Neurath”, o antecessor de Ribbentrop, como embaixador em Londres e, posteriormente, como ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha.

Nascido em 1899, von Halem entrara para a carreira aos 27 anos, preenchendo-a com desempenhos em Londres, Memel, Praga e Milão. Se por um lado não tinha um currículo diplomático especialmente rico, facto que poderia ser considerado desprimoroso para Lisboa, por outro lado, não se lhe conhecia notória actividade militante do partido nacional-socialista, que pudesse comprometer a chefia da missão em Lisboa. Casado com a baronesa Viktoria Margarethe von Doernberg, von Halem beneficiaria do parentesco de sua mulher com o chefe do Protocolo do *Reich*, Alexander von Dörnberg.

¹⁰⁴ Apontamento de Teixeira de Sampaio, de 14.11.1944 (AHDMNE, GSG – Maço 6, Pasta 8).

A 13 de Março de 1945, chegava a Portugal o último ministro do Reich. Porém, menos de dois meses depois, derrotada a Alemanha, Teixeira de Sampaio chamava von Halem às Necessidades para lhe fazer a entrega formal do documento¹⁰⁵ que dava por findas as relações diplomáticas entre os dois países e lhe comunicava o encerramento da Legação e a colocação das propriedades sob custódia. Conta Franco Nogueira que “Sampaio sublinha com um gesto que qualquer discussão é inútil: naquele preciso instante a polícia portuguesa está a actuar. Von Halem retira-se. Sampaio comenta: como é decerto a sua última visita, “em lugar de dois passos habituais que dou fora do meu gabinete para despedir um ministro, desta vez, dei três passos”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ “O Ministério dos Negócios Estrangeiros apresenta os seus cumprimentos ao Senhor von Halem e, em nome do Governo português, tem a honra de lhe comunicar o seguinte: O Governo português verifica que a representação diplomática de Portugal junto do povo alemão deixou de poder exercer-se normalmente por não existir um poder central regular com o qual ela possa estar em relações. Esta situação anormal agravou-se sucessivamente com o prosseguimento das operações de guerra, a ponto que já não se pode afirmar que exista um Governo nacional alemão propriamente dito, nem mesmo uma autoridade central sobre o território ainda inocupado. Perante este estado de coisas, o Governo português não pode continuar a reconhecer os representantes diplomáticos, consulares e oficiais nomeados pelo Governo nacional-socialista como representantes do Estado alemão nem como defensores legais em Portugal dos bens pertencentes à Alemanha. Nestas condições o Ministério dos Negócios Estrangeiros notifica ao Senhor von Halem que a sua missão em Portugal é considerada como terminada assim como a de todos os representantes oficiais alemães anteriormente nomeados. O Governo português, julgando ser seu dever garantir a conservação dos bens do Estado alemão e a sua entrega futura a quem de direito, tomará à sua guarda todos os bens imóveis e o seu recheio, assim como todas as instalações alemãs, que serão seladas, a fim de serem oportuna e devidamente entregues à entidade que representar a soberania alemã, quer seja uma comissão inter-aliada na Alemanha quer um Governo reconhecido como tal pelas potências aliadas”. Em conformidade com a declaração referida nesta nota, o Governo mandou colocar, ontem, às 22 horas, sob a guarda pública portuguesa, depois de ter feito selar os respectivos edifícios, o palácio da legação da Alemanha e o prédio da chancelaria, na rua do Pau de Bandeira, o consulado, na rua Joaquim António de Aguiar, o serviço de imprensa, na rua do Castilho, o serviço de informação, na rua de Buenos Aires, o Clube Alemão, na rua do Passadiço e a delegação dos Caminhos-de-Ferro alemães, com frentes para a rua do Carmo e a rua Garrett. A legação e a chancelaria ficaram guardadas, durante a noite de ontem e a manhã de hoje, por uma força de infantaria da Guarda Nacional Republicana, das Janelas Verdes, o consulado por praças da G.N.R. do quartel do Carmo. O portão do jardim da legação e a sua porta principal ficaram abertos, pernoitando as praças no “hall”; mas todas as portas que dão para este foram seladas. O ministro da Alemanha, sr. Gustav von Halem, sua esposa, os criados e o guarda do palácio abandonaram o edifício, ontem, cerca da meia-noite, levando em automóveis os seus haveres pessoais.” (*Diário de Lisboa*, 07.05.1945).

¹⁰⁶ Franco Nogueira (1978), *Salazar — As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora, pp. 566-567.

CAPÍTULO II – A ACREDITAÇÃO E AS RELAÇÕES COM O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

1. O discurso das Credenciais: um cartão de apresentação

O discurso de apresentação das cartas credenciais pode cingir-se a um conjunto de frases meramente protocolares ou espriar-se na abordagem de temas políticos, económicos, culturais ou outros, cujo interesse mútuo é à partida reconhecido por ambas as partes ou cuja relevância a parte que os evoca pretende acreditar.

Em qualquer dos casos, este tipo de oração propicia quase sempre um retrato do *chefe de missão* que a profere, ora pela substância e extensão do texto, ora pela elegância ou pelo rigor do discurso. É que, do que diz, como diz, ou não diz, também se pode inferir a intenção, a possibilidade e a habilidade do autor, colhendo contributo útil para compreender o seu perfil.

Se é certo que, durante a II Guerra Mundial, a Alemanha esteve formalmente representada em Portugal por dois chefes de missão, von Hoyningen-Huene e von Halem, ambos diplomatas de carreira, não é menos certo que só ao primeiro a História concedeu tempo para o exercício do cargo. Huene desempenhou funções entre 1934 e 1944 e o seu sucessor, chegado a Lisboa a 13 de Março de 1945, quando já era evidente a queda do III Reich e se avizinhava o termo da hecatombe europeia, não teve sequer dois meses para o exercer. Esta foi seguramente a razão porque da cerimónia de apresentação das suas credenciais, ocorrida cinco dias depois da chegada a Lisboa, não se conhece discurso nem notícia de que o tenha proferido.

Há, pelo contrário, registo bastante das palavras que o barão Oswald von Hoyningen Huene dirigiu ao Presidente Carmona, em 24 de Outubro de 1934, em discurso¹⁰⁷, relativamente curto e politicamente inócuo, pronunciadas em estilo evidentemente diplomático por um chefe de missão não *nazi*, pouco mais de dois meses após a assunção da chefia do Estado por Adolfo Hitler.

Nele, o ministro da Alemanha alude, como muitos outros, à História de Portugal “tão gloriosa e que tão importante parte tomou no descobrimento do Mundo”, sublinha, em sinal de simpatia - e quiçá como pretexto de afirmação curricular a consultoria jurídica que prestara, por seis anos consecutivos, ao Presidente do Reich – como o Marechal von Hindenburg “muitas vezes na minha presença manifestou o seu vivo interesse por este belo país, com cujo Chefe do estado se sentia ligado em camaradagem de soldado.” Não deixou de mencionar a sua aposta no incremento das relações económicas e culturais e, é claro, expressou um voto de confiança no esforço e na firmeza “com que, a Nação Portuguesa, sabiamente guiada pelo seu Presidente,

¹⁰⁷ *Diário de Lisboa*, 24.10.1934.

empreendeu a tarefa de vencer as dificuldades que, como a todo o mundo, também a este país afligem”, estabelecendo hábil paralelo, sem, todavia, sugerir qualquer possível proximidade político-ideológica com a novel experiência alemã: “O povo alemão tanto mais sabe apreciar a aspiração que anima o Governo e o Povo Português, quando é verdade que ele próprio também mira o elevado fim de, sob a orientação do seu Führer e Chanceler Adolfo Hitler na nova época da sua história, renovar a sua vida nacional, reunindo todas as forças para o seu ressurgimento e sendo assim um elemento eficaz para a paz mundial.”

Este chefe de missão germânico, cujo homólogo adversário britânico, *Sir Ronald Campbell*, retrataria, quinze anos mais tarde, como um “diplomata da velha escola”, dotado de tacto e descrição “que evitou os processos nazis, por saber que teriam o reverso do efeito desejado¹⁰⁸” definira-se a si próprio, como um homem de poucas palavras, mal desembarcou em Lisboa, a 13 de Outubro de 1934. Na ocasião, não resistiu, porém, a evocar o que escrevera no seu diário, quando anos antes estivera em Lisboa: “Eis um posto!” A minha ambição está satisfeita: vou ser Ministro em Portugal.¹⁰⁹” E a onze dias da cerimónia de entrega das cartas credenciais, fazia uma curta e tão elogiosa quanto cautelosa afirmação: “Também Portugal tem como Chefe do Estado um militar prestigioso e patriota: o General Carmona; também Portugal tem um chefe do governo inteligente que procura restaurar, pelos seus próprios meios, a Nação em todos os seus aspectos, para lhe assegurar um futuro feliz; também em Portugal se faz tudo dentro da disciplina, da ordem, da paz, condições essenciais para se conseguir a prosperidade.”

De carreira eram também *Sir Walford Selby* e *Sir Ronald Campbell*, os embaixadores do Reino Unido, cujas cartas credenciais apresentaram, em Belém, respectivamente a 23 de Dezembro de 1937 e a 8 de Janeiro de 1941. Os cerca de quatro anos que a cada um foi dado permanecer na capital portuguesa constituíram, ao mesmo tempo, um enorme desafio profissional e uma excepcional oportunidade para acompanhamento do pulsar da História.

Com efeito, Selby assistirá, atento e vigilante, como *vizinho do lado*, ao desenrolar da Guerra Civil de Espanha, das paixões desencadeadas de um e outro lados da fronteira, das repercussões que a mesma teve em Portugal, favoráveis ou contrárias a cada um dos *bandos* ou a cada *una de las dos Españas*¹¹⁰, aos ecos e aos testemunhos vivos dos mortos. Acompanhando, com clarividente compreensão e interesse, a gestão da política externa portuguesa face àquele

¹⁰⁸ Carta de *Sir Ronald Campbell* para o *Daily Telegraph*, reproduzida pelo *Diário da Manhã* (01.06.1949). (ANEXO A).

¹⁰⁹ *Diário de Lisboa*, 13.10.1934.

¹¹⁰ “Españolito que vienes
al mundo te guarde Dios.
Una de las dos Españas
há de helarte el corazón.”

Este trecho de um poema de Antonio Machado (1875-1939), inserido, sem título e apenas com o número LIII, numa colectânea de *Proverbios y Cantares*, em 1910, foi associado à Guerra Civil, por poder retratar o confronto dramático entre as *duas Espanhas*. Modernista, o seu autor era republicano.

conflito, este embaixador britânico - em Lisboa, até finais de 40 -, verá também desenhar-se e edificar-se a neutralidade que Portugal sustentará durante a II Guerra Mundial.

Por seu lado, Campbell, que cerca de um ano antes apresentara credenciais em Paris e ali convivera as horas mais dramáticas da França, já invadida pelas tropas alemãs, acompanharia activamente o desenvolvimento da Guerra e da neutralidade portuguesa, na capital lusa, aqui ficando para além do termo da guerra na Europa e a cerca de um mês do fim da guerra no Oriente.

Embora escritos em momentos históricos distintos, todavia, igualmente marcados por grande alteração e risco, não deixa de ser curioso, que os discursos destes dois sucessivos chefes de missão britânicos começavam por um rasgado elogio ao 28 de Maio e ao Estado Novo. Assim, lembra Selby: “Dez anos apenas passaram sobre a revolução de Maio de 1926, revolução que, deve-se recordá-lo, se realizou sem efusão de sangue, e que marcou uma era nova na história de Portugal – era de paz, de trabalho assíduo, e de saneamento económico e financeiro.

Tem o meu Governo seguido com interesse crescente, e com admiração cada vez mais profunda, os progressos levados a cabo, neste curto espaço de tempo, sob a direcção inspirada e corajosa de V. Ex.^a e do Chefe do Governo português. E verificou, com muita satisfação, que, apesar do conflito sangrento que se desenrolou e prossegue, há mais de um ano, para além das suas fronteiras, a tranquilidade e a ordem reinam em todo o Portugal”¹¹¹. Campbell, por seu lado, chega a afirmar que a visita que o Duque de Kent fizera a Lisboa, em 1940, ano do Duplo Centenário, constituía uma manifestação do apreço dos britânicos pelo regime português: “A admiração que provoca na Grã-Bretanha o magnífico progresso nacional realizado desde 1926 por Portugal sob a proficiente direcção de V. Ex.^a e do Chefe do Governo, manifestou-se o ano passado na participação às comemorações centenárias de uma missão especial chefiada por Sua Alteza Real o duque de Kent, que levou lembranças inesquecíveis.”¹¹²

Este repetido e muito explícito elogio ao regime português por parte dos embaixadores de Sua Majestade, representantes de um país (*Berço do Liberalismo*), cuja organização política interna em muito difere da portuguesa, é a vários títulos interessante, pois, à época, não encontra paralelo em idênticos discursos de chefes de missão de outros países. Explicar-se-á muito provavelmente pelas exigências do realismo da política externa britânica, que naqueles dois dramáticos momentos (Guerra Civil de Espanha e II Guerra Mundial) ditaria a conveniência de preservar o trunfo da Aliança Luso-Britânica e para tal não hostilizar a estabilidade política interna de Portugal. Registe-se neste passo o facto de o Presidente da República só ter agradecido tal elogio no discurso de resposta a Selby (1937). Com efeito, quando quatro anos mais tarde responde a Campbell parece ignorar o elogio, concentrando-se na boa memória que causara aos portugueses a visita do Duque de Kent.

¹¹¹ *Diário de Lisboa*, 23.12.1937.

¹¹² *Diário de Lisboa*, 08.01.1941.

A velha Aliança entre os dois países é naturalmente a âncora dos discursos dos britânicos e do Presidente da República. Referências aos “estreitos laços de amizade que nos unem” (Selby) e à “amizade que une o Reino Unido a Portugal” (Campbell) completam e reforçam a expressa evocação da Aliança: “*tratados de aliança que ligam os nossos dois países*” (Selby) e (os acontecimentos) “em nada têm perturbado a amizade firmada na aliança secular que liga os dois países” (Campbell).

Uma circunstancial referência no discurso de Selby acerca da presença de uma missão militar britânica em Portugal, respeita ao propósito de rearmamento português no mercado inglês e ao levantamento das existências e necessidades nesse âmbito.

Registe-se, como nota curiosa, que nem Selby nem Campbell fazem qualquer alusão ao Império ou à obra civilizacional de Portugal, cortês referência então muito comum neste tipo de discursos. Tão comum que, por maioria de razão, os seus homólogos brasileiros, Araújo Jorge e Neves da Fontoura, representantes da grande *Nação Irmã*, não deixaram de larga e sabiamente a utilizar nas palavras que, à vez, proferiram no Palácio de Belém.

Porém, por estranho que possa parecer e em flagrante contraste com a prática britânica, os discursos destes embaixadores do Brasil, ambos nomeados pelo Presidente Getúlio Vargas, fundador do Estado Novo brasileiro, em nenhum momento mencionam a *Revolução de Maio* ou fazem elogio ou analogia com o Estado Novo português, inspirador daquele.

E por que motivo? No caso de Araújo Jorge, a ausência da analogia é explicável pela simples razão de que a entrega das suas credenciais, ocorrida a 2 de Junho de 1936, precedeu a criação do Estado Novo de Getúlio. Por outro lado, o não elogio ao regime português, poderá encontrar explicação na velha *escola* de um diplomata de carreira, com “mais de trinta anos consagrados ao serviço exterior”¹¹³, que não confundia nem queria confundir países com regimes políticos.

E quanto a Fontoura? O que explicaria tal omissão? Será que, embora, nomeado pelo estadonovista Getúlio, não sentia qualquer simpatia pelo regime português? E nessa hipótese, seria aceitável que a sua pessoal posição se sobrepusesse ao interesse do Estado que representava? Tudo, em parte, parece possível, mas não constitui suficiente explicação. A apreciação que Marcello Caetano faz, à época, no seu “jornal”¹¹⁴ acerca do embaixador brasileiro, poderá contribuir para um esclarecimento: “O João Neves é um homem curioso. Inexperiente na diplomacia, orador de massas, político de agitação, chegou a Lisboa como Embaixador do Brasil convencido de que estávamos sob a pata alemã e de que encontraria um divórcio absoluto entre o povo, desejoso de combater pelas democracias, e um governo germanófilo. Os primeiros contactos desconcertaram-no um pouco. Por um lado, enquanto ele julgava prestar um grande serviço à causa aliada, empurrando-nos para a guerra, o embaixador inglês deu-lhe conselhos de

¹¹³ *Diário de Lisboa*, 02.06.1936.

¹¹⁴ Caetano, Marcello (1985), *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, p. 175.

moderação. Disse-me a propósito João Neves que os “ingleses estavam perfeitamente de acordo com a atitude portuguesa.”

Ora, se a inicial percepção de Fontoura, um embaixador político, lhe poderá ter condicionado o discurso que proferiu, em 9 de Junho de 1943, quando entregava as suas *cartas*, a verdade é que, então, as preocupações do Brasil estavam centradas na guerra, em que decidira participar ao lado das Nações Unidas. É, pois, muito provável que o envolvimento do Brasil, na *cruzada* das democracias contra o Eixo, tenha sugerido ao embaixador Fontoura ignorar elogios e analogias entre os dois *Estados Novos*, caracteristicamente não democráticos. Assim, Fontoura concentra-se nos “problemas criados no mundo inteiro pelo drama que dilacera a Humanidade, e ainda pelos problemas que a este antecederam como pelos que sem dúvida lhe vão suceder conduzem naturalmente os povos consanguíneos a se aproximar cada vez mais”¹¹⁵, e aludindo às exigências do estado de guerra em que o Brasil se encontrava acrescenta: “Obedecendo, embora, às realidades da nossa posição geográfica e aos espontâneos compromissos decorrentes da nossa consciência continental, nunca nos poderemos esquecer dos nossos deveres filiais para com o Império lusitano, do qual nos consideramos a viva e constante projecção além-Atlântico.” A referência ao Império é aliás acentuada quando noutro passo afirma ambos os povos estão decididos a defender o “património moral, cultural e político, que em vários e inseparáveis territórios do universo atestam tão Formosas criações do génio lusitano e do espírito cristão.” O mesmo cunho imperial e civilizacional, interpretado como herança e fonte de obrigações comuns, constara já do discurso do seu antecessor Araújo Jorge: “Aos Governos do Brasil e de Portugal, além da fácil tarefa de aproximação moral e espiritual, cabe sobretudo, a sagrada missão de velar pelos destinos futuros da raça luso-brasileira, não permitindo que se cerceie de uma polegada o património territorial herdado de seus maiores” e naturalmente a defesa da “língua portuguesa, destinada a ser falada num vasto Império de cerca de doze milhões de metros quadrados e a constituir um dos mais poderosos instrumentos de civilização da humanidade.”

Também o discurso que Don Nicolas Franco Bahamonde profere, em Belém, a 18 de Junho de 1938, evoca o contributo de Portugal e da Espanha, como portadores das essências de “toda uma civilização” e do “sentido cristão ocidental da cultura europeia” (...) “às mais remotas terras do planeta”, mas fá-lo para acentuar a importância da “cruzada redentora”, que ele representa em Lisboa, campeadora em Espanha para defesa desse mesmo património comum. Está-se então, em plena guerra civil.

Franco não precisa de apresentações. O seu discurso¹¹⁶, curto, sintético e elegante, mas rico em alusões, assemelha-se a um abraço fraterno, que ao mesmo tempo, encerra agradecimento e envolvimento políticos. Quando, dirigindo-se a Carmona, elogia “a clarividência política do

¹¹⁵ *Diário de Lisboa*, 09.06.1943.

¹¹⁶ *Diário de Lisboa*, 18.06.1938.

chefe do vosso governo, o Dr. Salazar”, não se está a referir à obra do Estado Novo nem ao seu precedente “1926”, mas à compreensão portuguesa do “glorioso movimento espanhol de 1936” (...) que não só afecta os destinos do povo espanhol tão estreitamente vinculado a Portugal por vontade de Deus e pela espontânea inclinação dos seus naturais (...)”, Franco procura significar que há uma causa comum entre Lisboa e Burgos.

Por fim, o *chefe de missão* espanhol menciona gratamente o apoio da diplomacia portuguesa ao que designa por “os nossos problemas”.

A Espanha de Nicolau Franco, acentuadamente dividida e flagelada, parecia muito distante da que pretendia representar Sanchez Albornoz, seu efémero antecessor. Este, no seu discurso de credenciais, dando uma saudável interpretação da continuidade de Estado, afirmou-se “como representante da velha e da nova Espanha; da velha e da nova Espanha, porque a República espanhola estende a sua ponte para o futuro, enraizada com força no seu passado, sempre, como o presente, criador e dinâmico”¹¹⁷. As suas palavras, proferidas a menos de dois meses da eclosão da guerra civil, reflectindo seguramente uma convicção profunda do ilustre académico e grande amigo de Portugal, não plasmavam nem o ambiente político interno nem o crescentemente degradado relacionamento entre Lisboa e Madrid.

O discurso das credenciais dos cinco chefes de missão que representaram a França entre 1935 e 1945, período de dez anos que compreendeu a Guerra Civil de Espanha, o início da II Guerra Mundial e a invasão da França, o Governo de Vichy e os da Libertação, foi em geral pobre, não obstante as habituais referências à Epopeia histórica portuguesa, transversais às mudanças de política interna gaulesas.

Assim, o de Amé Leroy, afirmando que “ambos os países desenvolvem uma obra altamente civilizadora nos seus territórios do Ultramar”, não evidencia qualquer mensagem política, ficando-se por um conjunto de frases de circunstância¹¹⁸.

Excepção feita para o discurso proferido por François Gentil, em 6 de Setembro de 1940, que evoca a Fundação e a Resurreição de Portugal, em celebração do Duplo Centenário, elogia o país, como “um notável exemplo de ordem e de progresso”¹¹⁹ e aproveita a ocasião para afirmar os princípios do *Estado Francês* do Marechal Pétain¹²⁰, acentuando o “facto dos nossos países

¹¹⁷ *Diário de Lisboa*, 25.06.1936. A Guerra Civil começou em 18 de Julho de 1936. Claudio Sánchez-Albornoz y Mendiña (1893-1984), historiador e político espanhol, foi ministro da II República e Presidente das Cortes.

¹¹⁸ *Diário de Lisboa*, 12.09.1935.

¹¹⁹ *Diário de Lisboa*, 06.09.1940.

¹²⁰ “Le régime nouveau défendra, tout d’abord, l’unité nationale, c’est-à-dire, l’union entre la Métropole et de la France d’outre-mer. Il maintiendra les héritages de sa cultura grecque et latine et leur rayonnement dans le monde.” (Pétain (1942), *Les Paroles et les Écrits du Maréchal Pétain (16 juin 1940 – 1er janvier 1942)*, (s/l), Éditions de la Légion); “La dualité des pouvoirs lui semble une absurdité, notamment ce mariage entre Mussolini et Victor-Emmanuel: “L’un finira par chasser l’autre comme Hitler avait éliminé Hindenburg...” Les régimes de Kemal, Horthy et Franco, avaient ses préférences, mais de loin il préférerait celui de Salazar: “Puisque j’ai les idées de Salazar et la tunique de Carmona, je ne vois pas pourquoi je me dédoublerai.” (Ferro, Marc (1987), *Pétain*, Fayard, p.137).

desfrutarem a mesma civilização latina e cristã” e a convicção de que “ambos beberam esse ideal e esse princípio de supremacia dos valores espirituais e morais sem os quais as nações não podem viver”, nada nos textos dos seus antecessor e sucessores foi para além da memória das Descobertas.

Como Luís C. Lupi¹²¹, comentaria nas suas Memórias¹²², Gentil aproveitou “o ensejo para afirmar os seus conhecimentos da História de Portuguesa, que enalteceu de uma maneira pouco habitual (!)”, mas (...) tinha a espinhosa missão de “colaborar com a propaganda alemã contra um outro francês, que é soldado e se chama De Gaulle”.

Registe-se, contudo, que também Jean du Sault, representante do general De Gaulle e do Governo Provisório da República Francesa, ao apresentar as suas credenciais em 24 de Fevereiro de 1945, não se afastaria daquela linha oratória afirmando “o que o mundo deve ao povo português, cuja história constitui a mais magnífica epopeia”, lembrando as “brancas caravelas, cujas velas se ornavam com a cruz de Cristo levaram às terras até então desconhecidas os benefícios da civilização ocidental e cristã e abriram aos navegadores das outras nações as grandes estradas marítimas” e terminando por profetizar que o papel de Portugal “está longe de acabar”, já que “poderá constituir, desde que a paz volte, o traço de união indispensável entre os povos de boa vontade”¹²³.

Dos discursos dos *chefes de missão* italianos - todos diplomatas de carreira -, merecerá especial destaque o que Bova Scoppa (1940-1941) proferiu em Belém, a 15 de Maio de 1940. Não se limitando às palavras de ocasião, usadas pelo seu antecessor, Mameli (1936-1940), que evocara os “laços de raça, costumes, carácter e língua”¹²⁴ que uniriam Portugal e a Itália, Bova Scoppa, resumiria num parágrafo a sua muito pessoal visão do papel que cabia à Itália e a Portugal, naquela Europa já abrasada pelas labaredas da guerra: “Nesta hora perturbada e de angústia para a vida dos povos, a Itália e Portugal, conduzidos pelos seus grandes Chefes, fornecem o exemplo indicador do que poderá ser a Europa do futuro”¹²⁵.

Como atrás se deixou dito, Bova, à partida para Lisboa, instando o ministro Ciano para que lhe desse instruções, dele nada recebeu. Apesar disso, manifestou-se em Lisboa fervoroso defensor da neutralidade italiana, e nos seus despachos para o *Palazzo Chigi*, não deixaria de a tentar inspirar, dando o exemplo de Portugal e, por vezes, transmitindo conselhos de Salazar.

Até as comemorações portuguesas do Duplo Centenário, ocorrendo num europeu oásis de paz, lhe serviriam de argumento para a associar as ainda duas neutralidades, quando a Itália já preparava as comemorações da Descoberta da América, previstas para 1942: “Considero uma

¹²¹ Luís Caldeira Lupi (1901-1977), jornalista, fundador da Lusitânia, a primeira agência noticiosa portuguesa (1944-1974).

¹²² Lupi, Luís C. (1972), *Memórias – Diário de um inconformista (1938 a 1943)*, Vol. II, Lisboa, p. 359.

¹²³ *Diário de Lisboa*, 24.02.1945.

¹²⁴ *Diário de Lisboa*, 20.10.1936.

¹²⁵ *Diário de Lisboa*, 15.05.1940.

especial honra e um feliz auspício iniciar a minha missão justamente no momento em que Portugal celebra a sua independência, velha de oito séculos. O Governo fascista toma parte com alegria neste glorioso centenário que consagra o longo, tenaz esforço de um povo que realizou, através de tantos séculos de uma existência fecunda, uma obra vasta e profunda, conspícua contribuição para o património da civilização humana.”

Como dado curioso, regista-se que Bova Scoppa foi o único dos cinco *chefes de missão* italianos a fazer referência explícita ao Governo fascista. Em 1943, todavia, não seguiria Mussoli, mas o rei.

Em 28 de Junho de 1941, Francesco Franzoni, o novo ministro de Itália em Lisboa, lia perante o Presidente Carmona um curto discurso, menos eloquente que o do seu antecessor e aparentemente desprovido de sentido político, mas onde não deixava de sublinhar a importância que a Itália atribuía à posição estratégica de Portugal, que “desfralda a sua bandeira nos extremos confins do sudoeste do nosso continente, como vigília dos seus destinos, consciente das suas altas responsabilidades” e de naturalmente afirmar a sua vontade em contribuir para “manter e reforçar no campo político, comercial e cultural os laços entre a Itália e Portugal.”¹²⁶

Seguiu-se-lhe Renato Prunas, que apresentou as suas credenciais, a 12 de Junho de 1943, pouco antes da queda de Mussolini¹²⁷, sendo o último Ministro de Itália a fazê-lo em nome de *Sua Majestade o Rei Imperador*. O seu discurso, essencialmente focado nas comuns tradições de ambos os povos, parecia reflectir o intelectual desespero de quem pouco mais poderia dizer, perdidos ânimo e orientação e não vislumbrando prospectiva confessável, na eminência da invasão aliada¹²⁸ do seu país e de uma inevitável derrota. Apaziguador, Prunas limitou-se a afirmar que Itália e Portugal tinham “muitos interesses comuns e nenhum antagónico. O mesmo sangue circula nas nossas veias. A mesma religião existe nas nossas almas. A nossa compreensão da vida é baseada no mesmo património de ideias.” E, traçado este quadro moral, não deixou de aproveitar a circunstância para sublinhar que “são verdadeiramente estes, mais do que todos os entendimentos diplomáticos e combinações políticas, os fundamentos mais sólidos de uma amizade recíproca e duradoura”¹²⁹.

O discurso do seu sucessor, Rossi Longui¹³⁰, embora igualmente sóbrio, contrastava pelo carácter marcadamente político do seu teor, enquadrando o desenvolvimento das relações de amizade entre os dois países, “no espírito de uma sempre maior solidariedade internacional”, e enaltecendo e associando as tradições italianas de liberdade e de justiça e a grandeza do esforço

¹²⁶ *Diário de Lisboa*, 28.06.1941.

¹²⁷ A demissão de Mussolini ocorreu em Julho de 1943.

¹²⁸ A 10 de Julho de 1943, tropas do Canadá, dos E.U.A. e do Reino Unido desembarcaram na Sicília.

¹²⁹ *Diário de Lisboa*, 20.06.1943.

¹³⁰ *Diário de Lisboa*, 11.11.1944. Discurso proferido, já em nome de *Sua Alteza o Príncipe Humberto, Lugar-Tenente General do Reino*, futuro Rei Humberto II.

e do sofrimento do povo italiano, a uma decisiva vontade de colaboração e de reconstrução ao lado das Nações Unidas.

Os chefes de missão dos E.U.A., à excepção de Henry Norweb, que a 3 de Dezembro de 1942 apresentou credenciais em Lisboa, como ministro, e a 20 de Junho de 1944, como primeiro embaixador¹³¹ do seu país, não pertenciam à carreira diplomática, sendo *embaixadores políticos*, representantes políticos e pessoais do Presidente Roosevelt: o Ministro Herbert Clairborn Pell (1937-1941), o Ministro Bert Fish (1941-1943) e o Embaixador Herman Benjamin Baruch (1945-1947)

As palavras que o Ministro Pell proferiu no Palácio de Belém, ao apresentar as suas cartas credenciais, em 31 de Julho de 1937 – cerca de um ano após a eclosão da guerra civil de Espanha – afirmando que o seu país era “devedor da mais romântica história aos seus maiores exploradores e muito deve a presente prosperidade aos seus antepassados portugueses, muitos dos quais, eu sei bem, se reflectem no crédito do país da sua origem ou da sua adopção”¹³², embora eivadas da cortesia de praxe, constituíram um discurso pobre, sem alusão explícita ou implícita, aos dramas humanos e aos problemas políticos do momento.

No essencial – e com excepção a uma breve referência aos “dias trágicos, pelos quais o mundo está passando”, que sugeriam o estreitamento dos vínculos entre os dois povos – as palavras que o seu sucessor em posto, Bert Fish, pronunciaria, em cerimónia idêntica, a 26 de Março de 1941 – iniciada já a II Guerra Mundial, embora, ainda, sem a participação oficial dos E.U.A. -, pouco ou nada se distanciavam do precedente inócuo discurso: “o povo dos Estados Unidos admira as intrépidas qualidades do povo português, que tanto contribuíram para o conhecimento e progressos do Mundo. Durante séculos, os nossos dois povos acharam-se unidos por laços de amizade sempre crescentes devidos a uma aspiração espiritual e intelectual”¹³³

Palavras de circunstância, que o estado de guerra dos Estados Unidos, subsequente ao ataque japonês a Pearl Harbour (07.12.1941) mais não consentiria, explicando a essencial mudança oratória na apresentação de credenciais plasmada no discurso do Ministro Henry Norweb, quando, em 3 de Dezembro de 1943, afirmou ser sua “convicção que a futura colaboração do nosso país na solução dos problemas que temos de enfrentar, como nações com interesses comuns nas regiões do Atlântico e do Pacífico, requererá uma maior compreensão mútua e uma troca intensificada de ideias que trarão os maiores benefícios para os dois povos e para o Mundo”¹³⁴.

¹³¹ Associada às negociações para a utilização de base naval e aérea nos Açores, a representação diplomática norte-americana passou de *legaço a embaixada*, conforme consta do Decreto-Lei n. 33.164, de 22 de Abril de 1944. No quadro da reciprocidade, o mesmo ocorreu com a representação portuguesa em Washington. Em consequência desta mudança, os respectivos chefes de missão passaram de ministros a embaixadores.

¹³² *Diário de Lisboa*, 31.07.1937.

¹³³ *Diário de Lisboa*, 26.03.1941.

¹³⁴ *Diário de Lisboa*, 03.12.1943.

Este mesmo discurso teria por corolário as palavras que o mesmo Norweb pronunciaria cerca de seis meses mais tarde, a 20 de Junho de 1944, já como primeiro Embaixador dos E.U.A. em Portugal, quando já se dera início à instalação das primeiras forças (*técnicos de apoio*) americanas nos Açores (09.01.1944) e, havia dias (06.06.1944), se realizara, com sucesso, o desembarque aliado na Normandia. Sublinharia então a importância da aproximação com Portugal, “Modificando a categoria das nossas respectivas representações diplomáticas, os dois Governos reconheceram a crescente importância das relações dos nossos dois povos, e assim confirmaram o seu desejo de fazer tudo que estiver ao seu alcance para promover mais íntima colaboração e compreensão mútuas”¹³⁵

A Henry Norweb sucederia Herman Baruch, já com 73 anos – o mais velho de todos os chefes de missão acreditados em Lisboa -, que chega a esta capital em 10 de Abril de 1945, a menos de um mês do fim da guerra na Europa. Dois dias mais tarde, vítima de um derrame cerebral, falecia o Presidente Rossevelt, e por este motivo, não houve pronúncia de discurso na cerimónia de entrega das credenciais (16.04.1945). Como que em premonição de tão fatídico acontecimento, que lhe vedaria a oração das credenciais, Herman Baruch, logo à chegada a Lisboa, fez uma tão comovente, quanto extensa e rica declaração¹³⁶ aos jornalistas, como se tivesse chegado à *terra prometida*, evocando a sua origem portuguesa “de apelido Rodrigues Marques que se estabeleceu na América do Norte no século XVII,” a Expansão portuguesa, que não lhe permitia “esconder a minha emoção por me encontrar em terra que foi o berço do Novo Mundo” e o contributo dos milhares de luso-americanos “em prol do progresso, da prosperidade e da grandeza dos nossos Estados Unidos.” A terminar, Baruch fazia o habitual compromisso de “não poupar esforços para melhorar e desenvolver essa amizade, sempre que seja possível.” Herman Baruch era eloquentemente comovente, e sensível à eloquência dos outros, mas a sua nomeação para Lisboa reflectia “a importância que os EU dão a Portugal para o período pós-guerra, especialmente no aspecto das relações económicas.”

Quanto à representação chinesa, de um ponto de vista político, nada de especialmente significativo se poderá colher da letra dos discursos dos seus enviados extraordinários e ministros plenipotenciários: Chinglun Frank Lee e Chang Chien (ou Kunhui Chang, Henry).

É claro que, no primeiro caso, a referência ao período áureo da Expansão, muito habitual nestas cerimónias, feita por Frank Lee, isto é, por um descendente do Império do Meio, recordando “que as relações comerciais entre Portugal e a China datavam do século XVI e que fora o nosso País o primeiro Estado europeu a praticar o comércio com a China e a estabelecer relações diplomáticas com as autoridades chinesas”¹³⁷, tinha um sabor muito especial. Todavia, a também habitual alusão “às boas relações existentes entre os dois países, tanto antes como

¹³⁵ *Diário de Lisboa*, 20.06.1944.

¹³⁶ *Diário de Lisboa*, 10.10.1945.

¹³⁷ *O Século e Diário de Lisboa*, 22.10.1934.

depois da proclamação da República”, quando seguida do apontamento de que “importantes núcleos de portugueses vivem nos portos da China”, já poderia ser interpretada como subtil afirmação de uma já então pretendida soberania chinesa sobre o território de Macau.

Neste porto, à época reconhecidamente português, haviam residido os pais do Dr. Sun Yat-Sen¹³⁸, fundador da República da China, e ele próprio ali encontrara refúgio, trabalho e base operacional para o seu projecto político. Uma referência ao facto teria sido bem recebida. Frank Lee não o podia ignorar, tanto mais que fora secretário do Dr. Sen (1917), mas fê-lo, não resistindo provavelmente a um misto de inconstância e emergente nacionalismo e de tristeza pelo então progressivo dilacerar do seu país.

Carmona, em resposta, não deixaria de acusar o toque, dizendo quanto lhe “era grato verificar (...) ouvir afirmar que próximo da colónia de Macau e nos portos mercantes da China, numerosos colonos portugueses recebem cordial hospitalidade e estão identificados com os nacionais na mais estreita confraternidade, de modo a contribuírem para o estreitamento das relações entre os dois (países)”.

Em 1932, surgira por criação nipónica o Estado/Império do Manchukuo, resultante de considerável amputação do território chinês. Portugal, uma das nove nações signatárias da Conferência de Washington¹³⁹, que designadamente consagrara o respeito pela independência e pela integridade da China, não o reconhecera - nem mais tarde o faria – por esta e outras razões de coerência jurídica e política.

Do facto, porém, nem uma palavra de agradecimento ou de apreço coube nas palavras que Frank Lee pronunciou no Palácio de Belém, apesar da veemência com que noutros lugares e circunstâncias defendera a causa da integridade do seu país.

Embora nascido Nova York (1886), Frank Lee era, tal como Sun Yat-Sen, de origem cantonesa. Estudara nas Universidades de Nova York e de Chicago e desempenhara as mais altas funções no ministério dos Negócios Estrangeiros da República da China, chegando a ocupar os cargos de Vice-Ministro e de Ministro (1931). Quando em 1934, chegou a Lisboa, já contava no seu diplomático *curriculum* representações nos Estados Unidos, no México, na Polónia e na Checoslováquia.

O discurso de credenciais do seu sucessor, Chang Chien (ou Henry Kunghui Chang), proferido a 3 de Dezembro de 1943, isto é, cerca de dez anos mais tarde, quando a guerra há muito

¹³⁸ “O Dr. Sun Yat Sen, depois de ter estudado medicina, em Hong Kong, começou a exercer a sua profissão em Macau (1892), onde, no Hospital Kiang Wu, introduziu a medicina ocidental. Tendo deixado o Território, no ano seguinte, só voltaria a Macau, em 1912, para uma curta visita, já como Chefe do Estado.” (Maia Cerqueira, Fernando e Carlos Blanco (1999), *Macau Um Legado*, Lisboa, Cículo dos Leitores, p. 69).

¹³⁹ A Conferência de Washington, iniciada a 12 de Novembro de 1921, teria por signatários a Bélgica, a China, os Estados Unidos, a França, a Itália, o Japão, os Países Baixos, Portugal e o Reino Unido.

consumia a China e o Mundo, cingiu-se lacónica e curiosamente aos protocolares votos de consolidação da amizade entre os dois povos¹⁴⁰.

Ora, considerando que à época, as tropas japonesas ocupavam o sul da China, designadamente Hong Kong, e estavam acantonadas no limiar das Portas do Cerco, isto é, a centímetros de Macau, e que apesar dessa proximidade o Governo português não reconhecia o Governo de Wang Wei, apoiado pelos japoneses, com sede em Nanquim, mas o do seu adversário Chang Kai-Chek, geograficamente mais distante, com sede em Chung Kim, é bem possível que as Necessidades tenham aconselhado Chang Chien a não fazer qualquer alusão comprometedora no seu discurso. Para tal concorria a boa praxe internacional de os chefes de missão darem previamente a conhecer o teor dos seus discursos. Esta muito plausível hipótese não pôde, todavia, ser confirmada.

Chang Chien, nascido em 1888, em Hsinhui, era também ele cantonês. Estudara na Europa e nos Estados Unidos, tendo frequentado as universidades de Filadélfia, de Washington e da Pensilvânia, doutorando-se, nesta última, em Direito. A sua vida diplomática, iniciada aos 23 anos, fora quase sempre ocupada nos Estados Unidos, onde chegara a exercer as funções de Cônsul-Geral em São Francisco e em Nova York. Mais tarde, seria Ministro da China em Santiago do Chile e posteriormente director dos Assuntos Americanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Chung-King (Governo de Chang Kai-Chek), cargo este que deixaria para ocupar o posto de Lisboa. Após a guerra, viria a chefiar a delegação chinesa nas Nações Unidas. Era casado com Isabel Tong Chang e tinha duas filhas: Mimi Sunn e Chang – Mei-Yu Madeleine. Em 1945 trocava a residência da Andrade Corvo pelo n.º 21 da Rua da Estrela.

Dos discursos dos *chefes de missão* japoneses, o único de que não foi encontrado registo foi o do Morito Morishima (1942-1945). O Japão havia invadido o Timor e Salazar quis marcar uma diferença...¹⁴¹ Do discurso de Akio Kasama (1932-1939)¹⁴², que precedeu Morishima, merecem destaque dois passos: em primeiro lugar o do registo de que este *chefe de missão* foi o primeiro enviado nipónico com presença exclusiva em Lisboa: “A decisão tomada pelo meu Augusto Soberano de se fazer representar em Portugal por um ministro especial que não tenha a seu cargo outro posto, manifesta altamente os sentimentos cada vez mais amigáveis que têm o

¹⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 03.12.1943.

¹⁴¹ Telegrama n.º 186, de Salazar (11.12.1942) ao ministro de Portugal em Tóquio: “A entrega de credenciais do Ministro do Japão tem sido demorada, na expectativa de alguma melhoria da situação. Em vista do seu protelamento, de que o Ministro se queixava, foi-lhe dito que seria recebido na próxima semana, limitando-se os discursos ao mínimo, pois a situação não é de molde a fazerem-se afirmações de amizade e bom entendimento. É bom que V.Ex.^a acompanhe e comunique as impressões desse Ministério dos Negócios Estrangeiros, pois Moroshima parece ser mais difícil e duvidoso do que Chiba. Oliveira Salazar.” (*Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*, Vol. XI, Doc. 141, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹⁴² *Diário de Lisboa*, 14.02.1932.

governo e o povo japonês para com Portugal.”¹⁴³ Em segundo lugar, a elogiosa referência que o mesmo faz a Portugal como *potência colonial*¹⁴⁴, quando era sabido que a política externa e a propaganda japonesas foram progressivamente acentuando o princípio de *Ásia para os Asiáticos*¹⁴⁵. Aquela simpática referência seria repetida dois anos depois, no discurso do ministro Shini-Chiba (1941-1942): “grande potência colonial, onde o bom senso dos dirigentes sabe fazer reinar a paz e a prosperidade (...)”¹⁴⁶. Kikuji Yonesawa (1939-1941) fará um discurso politicamente inócuo¹⁴⁷.

2. Os Ocupados

De acordo com o alinhamento da sua neutralidade, Portugal, ao contrário da Espanha, continuou a reconhecer as missões diplomáticas dos países ocupados pelo Eixo e, bem assim, as prerrogativas que por convenção protocolar eram devidas aos seus membros.

Nas cerimónias oficiais, os respectivos *chefes de missão* eram acolhidos de acordo com inalterado estatuto. Assim por exemplo, em 1940, na habitual apresentação de cumprimentos de Ano Novo ao Presidente da República, a Polónia, já então ocupada, partilhada ou desintegrada por alemães e soviéticos, marcava presença no Palácio de Belém, com Karol Dubicz-Penther, seu ministro em Lisboa. E nos anos seguintes, este e outros ministros e encarregados de negócios de países sob ocupação ali estiveram a “inscrever-se nos livros de cumprimentos ao Chefe do Estado”¹⁴⁸.

O governo português, continuaria, aliás, a prestar cortesias deferências aos que, havendo já cessado as funções de representação, permaneciam em Lisboa. Neste sentido e face a um pedido

¹⁴³ “A representação diplomática japonesa em Lisboa, que de 1880 a 1907 esteve confiada ao ministro nipónico em Paris, passa nesta data para o ministro em Madrid, Manjiro Inagaki. As funções foram separadas em 31 de Outubro de 1932, em que a Legação do Japão em Lisboa foi estabelecida pelo encarregado de Negócios Taneki Kumabe, até à posse do ministro Akio Kasama, em 4 de Dezembro seguinte.” (Martins Janeira, Armando (1955) *Portugal e o Japão – Subsídios para a História Diplomática*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar).

¹⁴⁴ “Hoje o Japão constata com alegria que grandeza Portugal atinge como potência colonial (...)”

¹⁴⁵ “Os militaristas japoneses não podiam persuadir o seu povo a combater pelos velhos lemas políticos – da grandeza do império simplesmente como império, da *Realpolitik* da sua salvaguarda. Esse mito morreu em Versailles. (...) A raça nipónica estava em óptimas e únicas condições para ser nomeada o Povo Soberano do mundo inteiro. (...) Os japoneses pregaram o racismo da sua superioridade sobre o resto da humanidade e pregaram o racismo de toda a Ásia contra os povos ocidentais.” (Grew, Joseph C. (1943), *O que eu vi em Tóquio*, Lisboa, Editorial Século, pp. 236-237);

http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_do_Jap%C3%A3o.

¹⁴⁶ *Diário de Lisboa*, 05.04.1941.

¹⁴⁷ *Diário de Lisboa*, 18.10.1939.

¹⁴⁸ Em 1941, inscreveram os seus cumprimentos, entre outros, os representantes da Bélgica, da Grécia, da Noruega, dos Países Baixos e da Polónia; em 1942: “todos os ministros e encarregados de negócios acreditados em Lisboa”; 1943, são citados, designadamente, o ministro da Polónia e os encarregados de negócios da Bélgica e dos Países Baixos; em 1944, citam-se, entre outros, os ministros da Bélgica e da Noruega e os encarregados de negócios da Jugoslávia e da Polónia; em 1945, nos mesmos termos, os ministros da Bélgica, Grécia e Noruega e os encarregados de negócios dos Países Baixos e da Polónia (*Diário de Lisboa*).

de esclarecimento da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), o Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por ofício de 23 de Junho de 1943, começando por precisar que “os antigos diplomatas e ex-empregados das Legações não têm direito a quaisquer imunidades”, acrescentava, todavia, que aos “antigos diplomatas e muito especialmente aos que foram Chefes de Missão, são, no entanto, devidas todas as atenções que nunca se negam às pessoas que representaram o seu país naquele em que se encontram, princípio que” – lembrava – “já foi estabelecido no ofício deste Ministério n.º 92 de 12 de Março de 1942”¹⁴⁹.

Mas será que para além desta reconhecida salvaguarda de deferências, aqueles *chefes de missão* mantinham efectivo relacionamento com o Governo português?

A resposta é afirmativa. A sua relação com o ministro dos Negócios Estrangeiros, mais ou menos frequente ou intensa, consoante os casos, é disso prova, contrariando, a plausível ideia de que a permanência destas legações em Lisboa, sem a recíproca presença de portuguesas nos seus ocupados países, constituía apenas uma atitude simbólica da política externa portuguesa, ancorada, ao mesmo tempo, no não reconhecimento jurídico da ocupação e em humanitária solidariedade. A título de exemplo, recordam-se as conversações entre o encarregado de negócios dos Países Baixos, barão van Palland¹⁵⁰, com o secretário-geral ou com o chefe do Protocolo do M.N.E. acerca da questão de Timor¹⁵¹ ou as do Conselheiro da Embaixada de Portugal em Londres, António Faria, com o Conselheiro da Legação dos Países Baixos em Londres¹⁵².

E em registo próximo, convirá não esquecer que cada uma destas legações constituiu, em diferente escala, central de reencaminhamento dos seus nacionais, ora para outros portos de abrigo, ora para as suas próprias forças armadas, reagrupadas e reorganizadas no Reino Unido, e por vezes já em acção em vários teatros de operações.

Por outro lado, de par com excepcionais permanências¹⁵³, não raro, ao longo da guerra, o número de agentes diplomáticos desses países aumentou, não se conhecendo objecção que a este respeito tenha sido levantada pelo Governo português¹⁵⁴.

¹⁴⁹ AHDMNE, Protocolo (1943), 3.º piso, armário 2, Maço 1081, Proc. 75,24, n.º 347.

¹⁵⁰ Barão Floris Carsilius Anne van Pallandt (1903-1977).

¹⁵¹ *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*, Vol. X, p. 318, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros; Idem, Vol XI, p. 285.

¹⁵² *Dez Anos de Política Externa (1936-1947)*, Vol. X, p. 318, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros; Idem, Vol X, p. 566-567.

¹⁵³ Caso paradigmático de prolongada permanência foi a de Louis Pierre Schols, que chegado a Lisboa em 1926, ocupou durante cerca de vinte anos o cargo de chanceler da Legação dos Países Baixos. Embora, por alegadas razões de saúde, estivesse *de facto* afastado daquelas funções, vivendo em Portimão desde 1941, foi mantido nominalmente no cargo até 1946, ano em que, sendo conhecidas as suas públicas críticas ao Governo português, foi chamado de regresso ao seu ministério dos Estrangeiros (AHDMNE - Pasta Países Baixos, 1946, Proc. 24,105).

¹⁵⁴ Em Lisboa, ao longo da guerra a Legação da Bélgica teve apenas dois chefes de missão: o conde Baudouin de Lichtervelde (1920-1942) e André Motte (Enc. Neg. 41; Cons. 42; Cons. e Enc. Neg. 43-44; Ministro Plen. 45), mas o número dos seus agentes, incluindo os chefes de missão, registou uma significativa flutuação: 1939 e 1940: 02; 1941: 06; 1942: 10; 1943: 09; 1944: 08; 1945: 02). Idêntico

Os chefes de missão dos países ocupados poderiam não ter grande iniciativa em matéria de recepções nem fundos que as sustentassem, mas nem por isso deixavam de frequentar as de outros e de promover celebrações cívicas e religiosas evocativas das respectivas festas nacionais, como adiante se verá¹⁵⁵.

Outro sinal da efectividade das representações diplomáticas dos *ocupados* é-nos dado pelo horário de funcionamento dos seus serviços. Assim, por exemplo, a Legação da Polónia manteve, entre 1939 e 1943, horários matutino e vespertino, e, em 1944-45, apenas matutino; a Legação dos Países Baixos teve, nos anos de 1939-40, horário vespertino, e entre 1941-1945, horário vespertino; as Legações da Noruega e da Jugoslávia mantiveram sempre um horário matutino¹⁵⁶.

Em Madrid, em evidente contraste com a orientação diplomática portuguesa, países como a Polónia, os Países Baixos, a Bélgica, a Grécia e a Jugoslávia, cujas representações diplomáticas figuravam na edição de 1939 da *Lista del Cuerpo Diplomático acreditado en España*, já não apareceriam nas edições seguintes de 1942 e 1944.

Por outro lado, o Império do Manchukuo, o Governo chinês de Wang-Wei¹⁵⁷, a Croácia e a Eslováquia encontravam acolhimento em tais guias. A própria República Social Italiana, que Madrid não chegara a reconhecer, ali figurava, representada por uma agência. Ora, como atrás se viu, no que respeitava à China, Portugal continuava a reconhecer a unidade territorial existente antes da invasão nipónica e o Governo de Chang Kai-Chek, e no que ao Velho Continente dizia respeito “não reconheceu nenhuma modificação nos Estados europeus proveniente da guerra”¹⁵⁸.

desenvolvimento ocorreu com a Legação da Noruega, que com um único *chefe de missão*, Johan Fredrik Winter Jakhelln (1936-1945), registou oscilação no número de funcionários diplomáticos: 1939 e 1940: 04; 1941: 03; 1942 e 1943: 04; 1944 e 1945: 05. Quanto à Legação da Polónia, com apenas dois ministros plenipotenciários: Karol Dubicz-Penther (1937-1943), que falecerá em Lisboa em 1945, e Gustaw Potworowski, (1943-1945), foi grande a variação do número de agentes diplomáticos: 1939: 04; 1940: 02; 1941: 01; 1942: 08; 1943: 09; 1944: 07; 1945: 06. E o mesmo se poderá dizer relativamente à Legação dos Países Baixos: 3 chefes de missão (Johann Gottlieb Sillen (E.E.M.P. – 1939-1941), Barão F.C.A. van Pallandt, (Cons. 40 - 41; Cons. e Enc. de Neg. int. 42-43) e Dr. Reynier Flaes (Conselheiro e Encarregado de Negócios, interino – 43-45), quando os agentes totalizavam, em cada ano: 1939: 02; 1940: 08; 1941: 12; 1942: 08; 1943: 11; 1944: 08; 1945: 04. Saliente-se que entre os agentes diplomáticos holandeses, contava-se a presença de Joseph Luns, então ainda em princípio de carreira, um jovem católico, de 31 anos (Secretário 1942-1943), que ficaria muito afeiçoado a Portugal, vindo a ser um dos signatários do Tratado de Roma (1957) e Secretário-Geral da O.T.A.N. (1971-1984). (Ver: *Cadernos do Corpo Diplomático* (1939-1945), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros).

¹⁵⁵ Ver: 2. As Comemorações.

¹⁵⁶ Ver: 4.1 Os Horários de Funcionamento.

¹⁵⁷ “Madrid, 1. – En el Ministerio de Asuntos Exteriores se há facilitado la siguiente nota: “El Gobierno español, de acuerdo com los de Alemania e Italia, há reconocido en el dia de ayer, 30 de junio, “de jure”, al Gobierno de Nankin, presidido por Wang Ching Wei. En su virtud, muy pronto sera enviado a la capital de la China anticomunista un representante diplomático de España.” – Cifra (*La Vanguardia*, 02.07.1941, p. 1).

¹⁵⁸ Telegrama de Salazar para o ministro de Portugal em Washington, com data de 9 de Outubro de 1941, avisando-o da próxima a chegada aos EUA da Grã-Duquesa-Mãe do Luxemburgo: “Como V. Ex.^a sabe, o Governo não reconheceu nenhuma modificação nos Estados europeus proveniente da guerra e tinha

Estas diferentes atitudes de Portugal e Espanha perante as transformações operadas pela guerra, correspondendo a distintas leituras do conceito de neutralidade ou ditadas por díspares condicionalismos, contribuíram seguramente para reforçar a imagem de *neutralidade alinhada* de Portugal, todavia, nem sempre isenta de riscos.

Mas dela foram sem dúvida também intérpretes os *chefes de missão* dos países ocupados, cujas iniciativas e visibilidade em Lisboa, constituindo coro de vozes *aliadas*, ampliaram aquela imagem.

3. Relacionamento com o Ministro dos Estrangeiros de Portugal

Neste período, não são muitos os casos em que um chefe do Governo chama a si, formalmente, a pasta dos Negócios Estrangeiros. De Valera, primeiro-ministro irlandês, fá-lo a partir de 1932 e, Salazar, a partir de 1936.

A medida, agrada frequentemente aos seus interlocutores, pois, não só lhes faculta um contacto directo com o coincidente chefe do governo – que ora procuram influenciar, ora dele buscam colher informação segura e em primeira mão -, como valoriza o seu desempenho aos olhos das respectivas chancelarias. Por outro lado, constitui para o chefe do Governo não só uma oportunidade de apreciação pessoal do *chefe de missão* estrangeiro, como uma ocasião privilegiada para registo fidedigno de informações colhidas e prestadas.

Tem, todavia, o inconveniente de não resguardar nem um nem outros, mas tal ausência de recuo pode ser, por vezes, suprida pela intervenção de outra figura, como a do secretário-geral, que, quando julgado conveniente por qualquer das partes, pode servir de antecâmara do poder.

Nas Necessidades, tal papel foi, inúmeras vezes desempenhado, com geral apreço, pelo secretário-geral, Embaixador Teixeira de Sampaio.

Os relatos dos *chefes de missão* acerca do seu relacionamento com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na medida em que fixam impressões pessoais e revelam capacidade de observação e de diálogo, constituem um auto-retrato, precioso para a compreensão do seu perfil. Ao longo da Guerra, foram muitas as reuniões de Salazar com os representantes diplomáticos, delas se destacando, pela frequência e pela relevância política, as que manteve com os embaixadores britânicos, *Sir Walford Selby* e *Sir Ronald Campbell*.

Selby, o *chefe de missão* que, de Lisboa, acompanhou a evolução da Guerra Civil espanhola e o início da II Guerra (1937-1940), referindo-se a Salazar, diz que “a maneira tão clara como expõe sempre as suas opiniões é, para mim, desde a minha chegada, de um valor que nunca

relações oficiais com o Luxemburgo” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, “*Dez Anos de Política Externa 1937-1947*”, Vol. IX, Doc. 2381, Lisboa, M.N.E., pp. 361-362).

apreciarei demasiado¹⁵⁹. Mas nas suas impressões e recomendações para o *Foreign Office*, não deixa para a História, uma sustentada opinião estratégica ou uma imagem de constância e de fortaleza, mas a de alguma falta de serenidade, sobretudo se comparadas com as de Campbell, seu sucessor.

A relação de Selby com Salazar levá-lo-á a concluir que o chefe do Governo português é “um grande homem servido por um pequeno povo”¹⁶⁰, mas, ao mesmo tempo, que reconhece a sua influência moderadora na política espanhola, parece não acreditar nas potencialidades estratégicas da política de neutralidade peninsular, chegando a propor, em momento de evidente desânimo, a ocupação militar de Portugal por “três a cinco divisões britânicas”¹⁶¹.

Sir Ronald Campbell, por seu lado, é um diplomata já experimentado pelo cenário de crise aguda. Não foi ele que, como embaixador do Reino Unido em França, acompanhou os últimos momentos da III República, sendo o histórico transmissor do original e desesperado projecto de União Franco-Britânica? Não foi ele a quem o general De Gaulle, manifestou, em 17 de Junho de 1940, a vontade e a ansiedade de partir para Londres, para de lá continuar o combate?¹⁶²

Quando Campbell chega a Lisboa, não é apenas um diplomata de excepção, mas um homem que já pertence à História¹⁶³.

Campbell não inclui Salazar no grupo dos ditadores, mas admite que seja “um autocrata maior que todos eles (...) que tem a peito o bem-estar do seu povo”¹⁶⁴. Desinteligências de circunstância, mas não de fundo, em nenhum caso fizeram perigar o alinhamento estratégico da neutralidade portuguesa, ou afectaram as muito cordiais relações entre o *chefe de missão* britânico e o ministro português dos Estrangeiros. Isto, mesmo quando de Londres, alguém sugeria que a Inglaterra não aceitava “neutralidades neutrais”¹⁶⁵, ou quando em Lisboa era descoberta uma rede de sabotagem montada pelos serviços secretos britânicos¹⁶⁶.

Campbell informa e convence o *Foreign Office* de que “Salazar é um homem perante quem a única política possível é a da franqueza”¹⁶⁷. E, na sequência do acordo sobre a suspensão das exportações de volfrâmio (1944), Campbell, em escrito para o Foreign Office, classificá-lo-á de “homem extraordinário que dirige os destinos de Portugal”¹⁶⁸. Entre o *chefe de missão* britânico

¹⁵⁹ Franco Nogueira (1978), *Salazar - As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora, p. 237.

¹⁶⁰ Idem, p. 252.

¹⁶¹ Idem, p. 259.

¹⁶² ANEXO D.

¹⁶³ Também na sua residência, na Rua de São Francisco Borja, 63, em Lisboa, decorreram as negociações secretas de paz entre representantes da Itália e dos Aliados. (ANEXO D).

¹⁶⁴ Franco Nogueira, Idem, p. 310.

¹⁶⁵ Monteiro entende que Londres está descontente com Lisboa e, desconfiada; e a Inglaterra se compreende neutralidades amigas, não aceita “neutralidades neutrais.” (Franco Nogueira, Idem, p. 384).

¹⁶⁶ Ver Capítulo IV – Missões e Relações.

¹⁶⁷ Franco Nogueira, Idem, p. 322-323.

¹⁶⁸ Franco Nogueira, Idem, p. 539.

e Salazar estabelece-se uma boa relação, que explicará o tom das condolências que, em 1949, este último enviará a Campbell, por ocasião do falecimento de Lady Helen¹⁶⁹.

No quadro da atrás referida estratégia triangular Londres-Lisboa-Madrid, também o embaixador de *Sua Majestade* na capital espanhola, Sir Samuel Hoare, reunia amiúde com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Seria a inversa verdadeira? Isto é, teriam Selby ou Campbell alguma vez conseguido ou tentado conversar com o Generalíssimo Franco ou com algum dos seus sucessivos ministros *de Exteriores*? Nada no-lo faz crer. Antes pelo contrário. Não só não se encontrou (na Imprensa ou noutras fontes) qualquer referência a hipotéticos pedidos de audiência a essas personagens, como não se vislumbrou, nas descrições de Sir Samuel Hoare, embaixador em Madrid, qualquer oportunidade para aquelas: “Les demandes de cette nature, devaient passer par le Ministère des Affaires étrangères, avant de parvenir au haut personnel de la Maison du Général Franco: et d’ordinaire, sauf quand il s’agissait de l’Ambassade d’Allemagne, elles n’avaient d’effet qu’au bout de plusieurs jours quand ce n’était pas au bout de plusieurs semaines. (...) On ne retrouva jamais pareille rigidité protocolaire hors des pays à regime totalitaire. Il arrivait fréquemment aux Gouvernements alliés de demander à leurs représentats de discuter directement avec le dictateur lui-même, d’une question critique, alors qu’il pouvait s’écouler des semaines ou, dans les cas de l’Italie (!), des mois, avant qu’un diplomate fût admis en la présence du Chef d’État. A Madrid, par exemple, l’Ambassadeur des États Unis du, une fois, attendre plusieurs semaines avant d’obtenir un entretien de la plus haute importance pour l’avenir des relations hispano-américaines”¹⁷⁰.

No que lhe dizia respeito, Hoare, contava, pelo menos, com um aliado em Madrid: Pedro Theotónio Pereira, que considerava “embaixador aliado”¹⁷¹.

Em Lisboa, as relações com o decisor da política externa, Salazar, eram-lhe muito mais acessíveis.

Em *Ambassadeur en Mission Spéciale*, recordando a primeira visita que fez ao ministro dos Estrangeiros português, conta: “Tive com Salazar a primeira de muitas conversas que

¹⁶⁹ ANEXO E.

¹⁷⁰ Hoare, Sir Samuel (1946), *Ambassadeur en Mission Spéciale*, Paris, Vent du Large, p. 65.

¹⁷¹ “Parmi les Ambassadeurs alliés, j’eus la chance de trouver un collègue d’une valeur et d’une distinction hors pair en la personne de Theotónio Pereira, qui représentait notre plus vieil allié, le Portugal. J’aurais l’occasion de le citer souvent au cours de ces memoires. Qu’il me suffise à présent de le remercier de l’appui cordial qu’il voulut bien me prêter dès le jour de mon arrivée.” (Idem, pp. 63-64). No mesmo sentido, Carlton Hayes, embaixador dos E.U.A. em Madrid, escreverá: “The Portuguese Ambassador, Dr. Theotónio Pereira, who, next to the Papal Nuncio, was dean of the diplomatic corps, proved to be a good friend and very helpful associate. (...) His strong patriotism was at all times evident as was also his loyalty to the historic Anglo-Portuguese alliance.(...) In his constant endeavor to draw Spain with Portugal into a really neutral Peninsular bloc, he contributed immeasurably, at a time when the British and ourselves had much less influence, toward counteracting the propaganda and pleas of our enemies.” Hayes, Carlton (1946), *Wartime Mission in Spain (1942-1945)*, New York, The Macmillan Company, p. 36.

subsequentemente nos iriam reunir, quando das minhas visitas a Lisboa. Ao longo dos últimos trinta anos, tinha tido ocasião para me encontrar com a maior parte dos homens de Estado do Continente. Quando recordo as suas qualidades e características e me atrevo a estabelecer uma hierarquia que os ordene pelo seu valor, situo muito alto o Dr. Salazar, entre os que me deixaram uma impressão profunda. (...) O conhecimento de Salazar sobre a Europa, tinha um carácter verdadeiramente enciclopédico, mas era mais o saber de um universitário do que o de um homem político que se tivesse deslocado frequentemente através do mundo. Por vezes, este comportamento académico, face aos brutais problemas levantados pela guerra, parecia torná-lo incompreensivo aos pedidos dos Aliados, este homem de uma só ideia: o interesse superior do seu país. Estava persuadido de que o mais ligeiro desvio à estrita neutralidade, comprometeria a obra de regeneração nacional a que havia votado a totalidade da sua vida pública”¹⁷².

Este embaixador britânico compreendia e admirava Salazar, facto que naturalmente facilitou a cooperação entre ambos, no desenvolvimento da triangular cumplicidade estratégica.

Em contraste, as relações com o ministro da Alemanha, von Hoyningen-Huene, embora sempre muito cordiais, foram à evidência, raras e espaçadas, longe do carácter sistemático das mantidas com os *chefes de missão* britânicos e normalmente ditadas por meros pedidos de explicação quanto a eventuais cenários, como o de um possível abandono da neutralidade, ou pela sustentação de acordos de exportação, como os relativos ao volfrâmio. O veemente e formal protesto que o *chefe de missão* germânico apresentou, em 1943, perante as facilidades concedidas aos Aliados, nos Açores, não foi mais do que único¹⁷³.

Huene sempre manifestou respeito e admiração por Salazar, e este, mesmo depois da guerra, não deixaria de significar, como o ex-ministro da Alemanha em Lisboa continuava a ser considerado *persona grata*¹⁷⁴, apesar de nunca com ele ter estabelecido qualquer cumplicidade estratégica ou outra. É, em todo o caso crível que o *chefe de missão* germânico tenha exercido uma influência moderadora sobre Berlim, reflectida na ausência de pressões desta sobre Lisboa, e que dessa influência o ministro português dos Estrangeiros se apercebesse.

Na impossibilidade de consulta de registo eventualmente existente dos despachos de Huene para a *Wilhelmstrasse*, e na ausência de memórias ou de diário de Ribbentrop, a informação recebida pelos dignitários do Reich e o sentimento que nutririam por Portugal e Salazar poderão ser avaliados através do diário de Goebbels, o ministro alemão da Propaganda, rival de Ribbentrop e velho camarada de luta de Hitler¹⁷⁵. A título de exemplo, considere-se a sua certeza de que

¹⁷² Idem, pp. 182-183.

¹⁷³ Franco Nogueira (1978), *Salazar - As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora, pp. 471 e 473.

¹⁷⁴ Salazar manifestará à recém-criada República Federal da Alemanha que se esta pretender acreditar Hoyningen-Huene, como embaixador em Lisboa, ele é considerado *persona grata*. (http://de.wikipedia.org/wiki/Oswald_von_Hoyningen-Huene).

¹⁷⁵ “Il est de fait qu’à cette époque (1943) Goebbels ambitionnait de devenir ministre des Affaires étrangères. Il usa de toute éloquence dont il était capable pour tenter de monter Hitler contre Ribbentrop e

Salazar partilhava do receio de uma vitória soviética na Europa e a compreensão que manifesta quanto à cedência por Portugal de facilidades nos Açores¹⁷⁶.

Por sua vez, o relacionamento com Nicolau Franco, alicerçado nos difíceis momentos da Guerra Civil de Espanha, assente na *amizade peninsular* e timbrado por um mútuo respeito pessoal, nunca deixou de reflectir um realista comedimento, atento às flutuações da política interna do país vizinho e às suas eventuais repercussões na ordem externa. Co-progenitor do Pacto Peninsular ou Ibérico, Nicolau Franco seria também com Salazar um fiel co-zelador da sua renovação e salvaguarda. E, como é natural, em nenhum momento, nem o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal se esqueceu de que D. Nicolau era irmão do *Caudillo*, nem o embaixador de Espanha olvidou que Oliveira Salazar era também o chefe do Governo.

De Mameli, o *chefe de missão* italiano que permaneceu em Lisboa (1936-1940), mais tempo do que qualquer um dos seus quatro sucessores, atravessando o período da Guerra Civil e o início da II Guerra Mundial, com motivos vários para os encontros que teve com o ministro dos Estrangeiros português, não se conhece registo pessoal. Apenas de Bova Scoppa (1940-1941), com várias obras publicadas foi possível colher registo dos seus encontros com Salazar. Este impressionou-o, desde logo, com “la sua teoria delle “zone di pace” com la quale egli sperava si potesse localizzare il conflitto e non estenderlo in nessun modo al Mediterraneo”¹⁷⁷. Bova, encontraria nessa teoria um reforço da sua convicta defesa da neutralidade italiana. Evocando a sua primeira entrevista com o chefe do Governo português, Bova conta que se sentiu como num exame: “Un esame che portava su delle materie difficilissime e per le quali sarebbe stata vana ogni preparazione poichè tali materie erano la guerra e la pace e l’indagine profonda acuta analitica per esaminare se quest’ultima poteve essere ancora il retaggio dei superstiti e un modo di salvazione per i neutri. (...)” No final, “ricordai a Salazar la frase di Gonzague de Reynold¹⁷⁸ e gli dissi che benchè prevenuto della difficoltà di passare un esame davanti a lui non avevo

tau début il parut y réussit. (...) Déjà Goebbels se croyait en passe de réussir, lorsque, brusquement Hitler se mit à rendre hommage à l’excellent travail de Ribbentrop (...): Vous vous trompez complètement sur le compte de Ribbentrop. C’est l’un des plus grands hommes que nous ayons, un jour l’histoire le mettra au-dessus de Bismarck. Il est plus grand que Bismarck.” (Speer, Albert (1971), *Au Coeur du Troisième Reich*, Paris, Fayard, p. 364. Muito próximo de Hitler, Joseph Goebbels fazia parte do grupo de amigos que o acompanhava desde os primórdios do partido nacional-socialista, em Munique e Berlim (Idem, p. 132). Goebbels também o acompanharia na morte, pois, a 1 de Maio de 1945, isto é, no dia imediato ao do suicídio de Hitler, suicidar-se-ia com sua mulher (após o envenenamento dos 6 filhos), no que Pierre e Renée Gosset veriam uma “morte de romanos” (Gosset, Pierre e Renée Gosset (s/d), *Hitler*, Lisboa, Aster, p. 582).

¹⁷⁶ “Salazar a déclaré en petit comité qu’il considèrerait comme épouvantable la perspective d’une défaite allemande. Le bolchevisme ferait itruption à coup sûr dans notre continent qui n’aurait plus de possibilité de salut” (Goebbels, Joseph (2005), *Journal (1943-1945)*, Paris, Tallandier, p. 536; “À Ankara, ont fait des pieds et des mains pour éviter d’être victime de la pratique préférée des Anglo-Américains, celle par exemple qu’ils ont exercée à l’égard du Portugal dans la question de l’archipel des Açores. Je crois que les États neutres, dans leur grande majorité, ne finiront pas la guerre indemnes.” (Idem, p. 310).

¹⁷⁷ Bova Scoppa (1949), *Colloqui con due dittatori*, Roma, Ruffolo Editore, p. 7.

¹⁷⁸ “on aimerait bien se confesser à Salazar mais on aurait peur de un examen devant lui” (Bova, Idem, p.7); Gonzague de Reynold (1880-1970), escritor suíço, maurrassiano, publicou em 1935, *Portugal*, obra em que fez uma análise do povo e do regime português.

esitado a lanciarmi a capofito nella pericolosa avventura sostenendo il fuoco di fila delle sue interrogazioni. Salazar sorrise ed ebbe una generosa repartie dicendomi che aveva superato brillantemente l'esame." Do teor da conversa, Bova manda informação para Roma, e "sulle idee del Presidente portoghese ne seguirono numerose altre, tutte ispirate nelle allo stesso concetto." Mussolini, porém, decide entrar em guerra, deixando cair as esperanças de paz no Mediterrâneo, partilhadas por Salazar e Bova Scoppa e este recorda o desapontamento: "Subito dopo l'infuosto 10 Giugno rividi il signor Salazar. Egli si mostrò afflitissimo per l'intervento italiano nella guerra. Sentii nella sua profonda e sincera afflizione che Mussolini non ascoltando i consigli che egli si era affrettato a fargli pervenire aveva ferito la sua coscienza di europeo"¹⁷⁹.

Meses mais tarde, Bova Scoppa, dirigindo-se ao embaixador Teixeira de Sampaio, faria a seguinte apreciação do ministro português dos Estrangeiros: "prestígio do Dr. Salazar é enorme, é o único grande homem de Estado que não está comprometido nem queimado"¹⁸⁰.

Quanto à representação dos E.U.A., o relacionamento mais relevante com Salazar foi o estabelecido por George F. Kennan, que embora só episodicamente tenha sido *chefe de missão*, como encarregado de negócios interino, viu-lhe confiada pessoalmente pelo presidente Roosevelt a missão de aplanar o entendimento relativo aos Açores. Este jovem diplomata de carreira, nascido em 1904, era dotado de invulgares capacidades - estudioso, poliglota e conciliador - e estivera anteriormente colocado em Moscovo (1933-1938) e Berlim (1938-1941), experiência que lhe facultara um conhecimento invulgar dos universos totalitários soviético e nacional-socialista, que, sabiamente, não confundia com o regime autoritário português.

Confundido, porém, ficou, quando em Lisboa, deparou com a ausência de iniciativa do seu *chefe de missão*, o ministro Bert Fish: "I also pressed Mr. Fish to seek an interview - perhaps several of them - with Salazar on his own accord, even without instructions, and to see whether the two men could not arrive at some sort of a personal meeting of the minds which could provide a background for the inevitable future encounter between the interests of the two countries. But Mr. Fish could not be moved in this direction. He viewed Salazar with a wary respect. "Ah ain't goin' down there and get mah backsides kicked around," he told me on one occasion. "He's too smaht for me." And there the matter rested"¹⁸¹.

Kennan, compreendeu a realidade e os desafios da política externa portuguesa e, bem assim, o carácter de Salazar. Face ao interesse estratégico dos Açores, qual a melhor maneira de obter as pretendidas facilidades no Arquipélago sem ferir a soberania portuguesa, comprometer a sua neutralidade ou pôr em causa a primazia da aliança luso-britânica? Era preciso revelar tacto. Segundo Kennan, citado por Luís Nuno Rodrigues, o que os militares norte-americanos

¹⁷⁹ Bova, Idem, p.10.

¹⁸⁰ Franco Nogueira (1978), Idem, p. 297.

¹⁸¹ Kennan, George F. (1967), *Memoirs (1925-1950)*, Boston, Atlantic Monthly Press Book, pp. 144-145.

requeriam correspondia a um verdadeiro *takeover* das ilhas açoreanas¹⁸². Ou “os Estados Unidos apostavam no derrube de Salazar e do Estado Novo e no estabelecimento de um regime mais favorável às pretensões norte-americanas, ou, pelo contrário, procuravam ganhar a confiança de Salazar e trabalhar com ele. Kenan manifestava-se a favor desta segunda hipótese, mas acrescentava que, para ela se tornar viável, era indispensável uma declaração por parte do governo americano de respeito pela soberania portuguesa, em todos os territórios do seu império colonial. O presidente Roosevelt foi persuadido pelas teses de Kennan”¹⁸³, que, em Portugal, não se cansaria de afirmar “nada querer o seu governo fazer ou utilizar que não seja de acordo com o governo português e da vontade deste”¹⁸⁴. Sem desprimor para Norweb, o *chefe de missão*, de carreira, que sucedeu a Fish¹⁸⁵, entretanto falecido, a quem iriam incumbir as espinhosas e conexas negociações relativas aos Açores e a Timor, sucessivamente invadido por australianos e holandeses (17.12.1941) e japoneses (20.02.1942), a verdade é que sem o realismo de George Kennan e o seu excelente relacionamento com Salazar teria sido mais difícil forjar, neste domínio, a alcançada combinação de sucesso entre as políticas norte-americana e portuguesa.

QUADRO I - Número de Ministros dos Negócios Estrangeiros, por país
(1939-1945)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
IRL														
POR														
SUÉ														
URS														
ALE	ALE1													
BRA	BRA													
RUN	RUN													
SSÉ	SSÉ													
CHI	CHI	CHI												
EUA	EUA	EUA2												
SUÍ	SUÍ	SUÍ												
TUR	TUR	TUR												
ESP	ESP	ESP	ESP											
ITÁ3	ITÁ3	ITÁ4	ITÁ4	ITÁ4	ITÁ4	ITÁ5								
JAP6	JAP	JAP	JAP	JAP	JAP	JAP7	JAP	JAP	JAP8					
FRA9	FRA9	FRA9	FRA9	FRA9	FRA10	FRA10	FRA10	FRA10	FRA10	FRA11	FRA11	FRA11		

1 - Após a morte de Hitler, a pasta dos Estrangeiros, até então ocupada por Joachim von Ribbentrop (1938-1945), foi entregue a Johann Ludwig Graf Schwerin Krosigk (1945); 2 - James Francis Byrnes (1945-1947), o terceiro dos Secretários de Estado deste período, foi nomeado a 3 de Julho de 1945, quando a guerra já terminara na Europa (08.05.1945) e estava prestes a terminar no Oriente; 3 - Os dois

¹⁸² Rodrigues, Luís Nuno, “O Governo Inglês pediu, o Português concedeu”, in *Os Anos de Salazar – 1943-1945*, n.º 6, Barcelona, Centro Editor PDA, p.17.

¹⁸³ Luís Nuno Rodrigues, *Idem*, 18;

¹⁸⁴ Luís Nuno Rodrigues, *Ibidem*, p. 18;

¹⁸⁵ Bert Fish (1875-1943) foi, naquele período, o único chefe de missão que faleceu em Lisboa, tendo tido honras fúnebres correspondentes ao seu estatuto (ANEXO F).

ministros dos N.E. da Itália fascista (1922-1943): conde Galeazzo Ciano (1936-1943) e Benito Mussolini (1943), acumulando com a chefia do Governo; 4 - Os quatro ministros dos N.E. da Itália pós-fascista (1943-1945): Raffaele Guariglia (1943-1944), Pietro Badoglio (1944) acumulando com a chefia do Governo, Ivanoe Bonomi (1944) e Alcide de Gasperi (1944-1946); 5 - O único ministro dos N.E. da República Social Italiana: Benito Mussolini (1943-1945), acumulando com a chefia do Estado e do Governo; 6 - Nobuyuki Abe, sendo chefe do Governo (1939-1940), acumulou a pasta dos N.E. em 1939; 7 - General Hideki Tojo, sendo chefe do Governo (1941-1944), acumulou a pasta dos N.E. em 1942; 8 - Kantaro Suzuki, sendo chefe do Governo (1945), acumulou a pasta dos N.E.; 9 - Ministros dos N.E., antes da Ocupação alemã; 10 - Ministros dos N.E. da França de Vichy; 11 - Ministros dos N.E. da Libertação.

QUADRO II - MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

(Alemanha, Brasil, China, Espanha, E.U.A., França, Irlanda, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido, Santa Sé, Suécia, Suíça, Turquia e U.R.S.S.)

	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
SUI	MOT	MOT	MOT	MOT	MOT	MOT	MOT	MOT	MOT					
ALE	NEU	NEU	NEU	NEU	NEU	NEU	NEU							
IRL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL	VAL
	EUA	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	HUL	
				ITA	CIA	CIA	CIA	CIA	CIA	CIA	CIA	CIA		
				POR	SAL	SAL	SAL	SAL	SAL	SAL	SAL	SAL	SAL	SAL
					CHI	WAN	WAN	WAN	WAN	WAN				
						ALE	RIB	RIB	RIB	RIB	RIB	RIB	RIB	RIB
						BRA	ARA	ARA	ARA	ARA	ARA	ARA	ARA	
						FRA	BON	BON						
						RUN	HAL	HAL	HAL					
						TUR	SAR	SAR	SAR	SAR	SAR			
							ESP	BEI	BEI					
							FRA	DAL	DAL					
							JAP	ABE						
							JAP	NOM	NOM					
							SSE	MAG	MAG	MAG	MAG	MAG	MAG	
							SUE	GUN	GUN	GUN	GUN	GUN	GUN	GUN
							URS	MOL	MOL	MOL	MOL	MOL	MOL	MOL
								ESP	SUN	SUN	SUN			
								FRA	REY					
								FRA	DAL					
								FRA	REY					
								FRA	BAU					
								FRA	LAV					
								FRA	FLA	FLA				
								JAP	ARI					
								JAP	MAT	MAT				
								RUN	EDN	EDN	EDN	EDN	EDN	EDN
								SUI	PIL	PIL	PIL	PIL	PIL	
									CHI	QUO				
									FRA	DAR	DAR			
									FRA*	DEJ	DEJ			
									JAP	TOY				
									JAP	TOG	TOG			
										CHI	SOO	SOO	SOO	SOO
										ESP	JOR	JOR	JOR	
										FRA	LAV	LAV	LAV	
										FRA*	PLE	PLE		
										JAP	TOJ			
										JAP	TAN	TAN		
										TUR	MEN	MEN	MEN	
											FRA*	MAS	MAS	
											ITA	MUS		
											ITA	GUA	GUA	
											ITA*	MUS	MUS	MUS
											JAP	SHI	SHI	SHI
												BRA	VEL	VEL
												ESP	LEQ	LEQ
												EUA	STE	STE
												ITA	BAD	
												ITA	BOM	
												ITA	GAS	GAS
												SUI	PET	PET
												TUR	SAK	SAK
												SSE	PIO	PIO
													ALE	KRO
													ESP	ART

ALE – ALEMANHA – 1932-1938 – NEURATH, Konstantin von (1873-1956); 1938-1945 – RIBBENTROP, Joachim von (1893–1946); 1945 – KROSIGK, Johann Ludwig Graf Schwerin von (1887-1977); **BRA – BRASIL** – 1938-1944 – ARANHA, Oswaldo (1894-1960); 1944-1946 – VELLOSO, Pedro Leão (1887-1947); **CHI – CHINA** – 1937-1941 - WANG CH'UNG-HUI (1881-1958); 1941 – QUO TAI-CHI (1888-1952); 1942-1945 - T. V. SOONG (1891-1971); **ESP – ESPANHA** - 1939-1940 – BEIGBEDER ATIENZA, D. Juan (1888-1957); 1940-1942 – SERRANO SUÑER, D. Ramón (1901-2003); 1942-1944 - JORDANA, Francisco Gómez Jordana y Sousa, Conde de (1876-1944); 1944-1945 – LEQUERICA, José Felix (1891-1963); 1945-1957 – ARTAJÓ Y ALVAREZ, D. Alberto Martín (1905-1979); **EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA** - 1933-1944 – HULL, Cordell (1871-1955); 1944-1945 – STETTINIUS, Edward Reilly (1900-1949); 1945-1947 – BYRNES, James Francis (1882-1972); **FRA – FRANÇA** - 1938-1939 – BONNET, Georges (1889-1973); 1939-1940 - DALADIER, Edouard (1884-1970); 1940 - REYNAUD, Paul (1878-1966); 1940 - DALADIER, Edouard (1884-1970); 1940 - REYNAUD, Paul (1878-1966); 1940 - BAUDOUIN, Paul (1894-1964) (VICHY); 1940 – LAVAL, Pierre (1883-1945) (VICHY); 1940-1941 - FLANDIN, Pierre-Etienne (1889-1958) (VICHY); 1941-1942 - DARLAN, François (1881-1942) (VICHY); 1942-1944 – LAVAL, Pierre (1883-1945) (VICHY); 1941-1943 - DEJEAN, Maurice (1899-1982) (GOV. Comité Nacional em Londres); 1942-1943 - PLEVEN, René (1901-1993) (GOV. Comité Nacional em Londres); 1943-1944 - MASSIGLI, René (1888-1988)(GOV. Com. Nac. em Londres / (GOV. CFLN em Argel); **IRL – IRLANDA** - 1932-1948 – DE VALERA, Éamon (1882-1975); **ITA – ITÁLIA** - 1936-1943 - CIANO, Conde Galeazzo (1903-1944); 1943 – MUSSOLINI, Benito (1883-1945); 1943-1944 – GUARIGLIA, Raffaele (1889-1970); 1944 – BADOGLIO, Pietro (1871-1956); 1944 – BONOMI, Ivanoe (1873-1951); 1944-1946 – DE GASPERI, Alcide (1881-1954); 1943-1945 – MUSSOLINI, Benito (1883-1945) (República Social Italiana); **JAP – JAPÃO** – 1939 – ABE, Nobuyuki (1875-1953); 1939-1940 – NOMURA, Kichisaburo (1877-1964); 1940 – ARITA, Hachiro (1884-1965); 1940-1941 – MATSUOKA, Yosuke (1880-1946); 1941 – TOYODA, Teijiro (1885-1961); 1941-1942, 1945 – TOGO, Shigenori (1882-1950); 1942 – TOJO, General Hideki (1884-1948); 1942-1943 – TANI, Masayuki (1889-1962); 1943-1945, 1945, 1954-56 – SHIGEMITSU, Mamoru (1881-1957); 1945 - SUZUKI, Kantaro (1867-1948); **POR – PORTUGAL** – 1936-1947 - SALAZAR, António de Oliveira (1889-1970); **RUN – REINO UNIDO** – 1938-1940 – HALIFAX, Lord Edward (1881-1959); 1940-1945 – EDEN, Anthony (1897-1977); **SSE – SANTA SÉ** – 1939-1944 – MAGLIONI, Cardeal Luigi (1877-1944); 1944-1945 – S.S. o Papa Pio XII (1876-1958); **SUE – SUÉCIA** - 1939-1945 – GUNTHER, Christian (1886-1966) ; **SUI – SUÍÇA** – 1920-1940 – MOTTA, Giuseppe (1871-1940); 1940-1944 – PILET-GOLAZ, Marcel (1889-1958); 1944-1961 - MAX PETITPIERRE (1899-1994); **TUR – TURQUIA** - 1938-1942 – SUKRU SARACOGLU, Mehmet (1887-1953); 1942-1944 – MENEMENCIOGLU, Numan (1891-1958); 1944-1947 - SAKA, Hansan (1885-1960); **URS – URSS** - 1939-1949 - MOLOTOV, Viacheslav (1876-1951).

(A elaboração dos dois quadros precedentes, relativos aos ministros dos Negócios Estrangeiros dos principais países beligerantes e dos neutros europeus, assentou essencialmente na consulta, dos *sites* dos respectivos ministérios, da *wikipedia* e de várias das obras consagradas à II Guerra Mundial, constantes da Bibliografia indicada neste trabalho, designadamente dos sete volumes da *História Polémica da Segunda Guerra Mundial*, de Eddy Bauer, e de jornais da época, em particular, do *Diário de Lisboa*).

CAPÍTULO III – ORIGEM, FORMAÇÃO, EXPERIÊNCIA E PERMANÊNCIA

O meio social de origem, a formação académica e a experiência profissional, são importantes elementos constituintes do perfil de um *chefe de missão* e, quase sempre, condicionantes dos seus maior ou menor sucesso no desempenho da actividade diplomática.

1. Origem Social e Parentesco

Nas primeiras décadas do século XX e até ao termo da II Guerra Mundial, o Corpo Diplomático europeu era, em grande número, constituído por aristocratas ou por membros das chamadas *boas famílias*, que em alguns casos haviam originado dinastias de profissionais.

Esta observação, perfeitamente compreensível até ao final da I Guerra Mundial, que historicamente origina e cristaliza a queda de vários impérios e reinos, apresenta-se menos óbvia, mas nem por isso menos compreensível, no período do entre-guerras, caracterizado pela implantação de repúblicas várias e de regimes autoritários e totalitários, não raro avessos àquela *casta* tradicional. Mas como atrás se procurou explicar, embora com algumas excepções¹⁸⁶, não tiveram os regimes emergentes tempo ou estabilidade suficientes para, querendo, substituírem os membros daquele grupo social.

Dessa explícita vontade dá-nos exemplo, logo no início da Guerra Civil espanhola, um artigo do matutino espanhol *ABC*, então *Diario Republicano de Izquierdas*, defendendo a urgência no saneamento de pessoal no Ministério de Estado: “La necesidad de esta depuración era imprescindible, pues si un cambio de régimen, por escasa significación que tenga, requiere una renovación de sus representantes en el exterior, con mucha mayor razón la requería la República española, que se encontro con un Cuerpo diplomático formado en inmensa mayoría por representantes de la burguesía, cuya desafección al régimen era de esperar. El hecho de que sea el Cuerpo diplomático uno de los reductos de lo estado monárquico donde no se haya infiltrado el espíritu de la España joven, a diferencia de lo que ha ocurrido en otras actividades, hace pensar en obstáculos de difícil superación. (...) La depuración realizada por el ministro de Estado llegará a tener su plena eficacia cuando se establezca una manera de reclutar el personal del Cuerpo diplomático que permita el acceso a él de la juventud española de las clases populares”¹⁸⁷.

O texto mais não era do que um exaltante comentário ao decreto que na véspera dissolvera a carreira diplomática, “tal como hasta el presente estaba constituída”, como resposta do Governo republicano à adesão de um esmagador número de diplomatas à *causa nacional*. Já antes, nos

¹⁸⁶ Como a do novel corpo diplomático da República dos Sovietes.

¹⁸⁷ *ABC*, de Madrid, 20.08.1936, p. 9.

primeiros tempos da República, se verificara uma verdadeira cascata de demissões, quando o Governo Provisório impôs aos diplomatas um juramento de fidelidade ao novo regime¹⁸⁸.

Assim sendo, não é de estranhar que após a vitória franquista, o pessoal diplomático da embaixada de Espanha em Lisboa contasse, de novo, com vários aristocratas, designadamente com os titulares marquês de Miraflores (1.º Secretário, 1938-1943), marquês de Viana (Adido Naval, 1940-1943), marquês de Villa-Urrutia (2.º Secretário, 1938-1940), conde de Almina (Adido Militar, 1940-1943) e conde de Montefuerte (Conselheiro, 1939-1941).

D. Nicolau Franco Bahamonde, o *chefe de missão*, embora de origem fidalga, não era titular. Tampouco a sua família, radicada em Ferrol (Galiza), desde o século XVIII, recebera qualquer título nobiliárquico, apesar de *reunir* “todos los requisitos para el ingreso en las Ordenes militares más exigentes”¹⁸⁹.

No caso da República francesa – a mais antiga das repúblicas europeias se exceptuarmos a *sui generis* República Helvética -, o panorama social não era muito diferente. Com efeito, o *Quai d’Orsay*, durante décadas insensível às mudanças de regime, constituiu porto de abrigo para jovens da *melhor sociedade*, que ali cultivavam uma espécie de estilo de corte bem casado com os seus belos uniformes, bordados a ouro, que em pouco se distinguiam dos tradicionais trajos de corte. Assim, em Lisboa, durante a II Guerra, vários eram os diplomatas, com berço aristocrático e até titulares, que serviam na Legação da França. Citam-se entre outros, os condes d’Amade (Adido Militar, 1943), Claude de Sèze (Conselheiro Comercial, 1939-1941), des Monts de Savasse (Adido Aeronáutico, 1943-1944), François de Brantes (Adido Militar, 1942)¹⁹⁰, Guy de Colbert Turgis (Adido Militar, 1939-1941), Jules de la Forest Divonne (Adido Naval, 1939-1941), Philippe de Roux (Adido, 1944) e René d’Hennezel de Francogney (Adido, 1945), o visconde de Tournemire (1941-1943) e os barões André de Gorostazu (Adido Aeronáutico, 1939-1940), Pierre D’Huart (Vice-Cônsul, 1941) e Robert Andréa de Nerciat (1.º Secretário, 1945). Mas, curiosamente, não se apurou que os seus *chefes de missão*, isto é, Amé

¹⁸⁸ Martínez Riaza, Ascensión e Alfredo Moreno Cebrián (2007), “Al Servicio de la República: La Acción Exterior de España en el Perú - 1931-1936”, *Revista de Indias*, , vol. LXVII, núm. 241, pp. 716-717. Situação idêntica ocorrera em Portugal, após a implantação do regime republicano: “A República emergiu vitoriosa dessa sua primeira prova de fogo e os responsáveis republicanos ganharam confiança para acelerarem a remodelação dos Negócios Estrangeiros. Entre os diplomatas demitidos após 1911-1912 destacam-se os nomes dos condes de Tovar (Madrid), Selir (Rio de Janeiro), Paraty (Viena) e Sousa Rosa (Paris), os viscondes de Pindela (Berlim) e Santo Tirso (Bruxelas) e o marquês de Soveral (Londres) — o que mostra bem até que ponto a nobreza titulada monopolizava os postos-chave da diplomacia portuguesa.” (Aires de Oliveira, Pedro (2006), “O Corpo Diplomático e o Regime Autoritário”, in *Análise Social*, Vol. XLI (178), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 147).

¹⁸⁹ *ABC, Vida de Franco* (1985), Madrid, *ABC*, pp. 6 e 10.

¹⁹⁰ O conde François Marie Joseph Abel Henri Sauvage de Brantes, major, casado com a Princesa de Faucigny-Lucinge, era pai de Anne-Aymonne de Brantes, mulher do Presidente Valéry Giscard d’Estaing. Brantes teve um papel destacado na Resistência e veio a morrer no campo de concentração de Mauthausen. Considerado *Herói da Resistência*, foi promovido a título póstumo ao posto de Tenente-Coronel.

Leroy (1935-1940), François Gentil (1940-1943), George Monier (1943-1944) e Jean du Sault (1945) pertencessem ao meio aristocrático.

Também na República de Weimar e no III *Reich* era fácil divisar o ascendente aristocrático e monárquico de um diplomata. Como nos relata David Schoenbaum em *La Révolution Brune*, “em 1929, entre as quinze principais missões da diplomacia alemã no estrangeiro, dez eram conduzidas por diplomatas de antes da guerra e três por funcionários de carreira, que se tinham iniciado, antes da guerra, noutros ministérios. Apenas dois postos eram ocupados por “amadores” republicanos”¹⁹¹.

No início, o III *Reich* em nada interveio para modificar este estado de coisas. A equipa do Ministério dos Negócios Estrangeiros continuou a mesma. Nem um só nazi foi nomeado como *chefe de missão* no estrangeiro.

“Apenas um nazi, muito aristocrático, o príncipe de Waldeck e Pymont, ex-membro do *Stahlhelm* e veterano dos *Freikorps*, que se tornara *obergruppenfuhrer* (general), recebeu, contrariado, um posto nos Negócios Estrangeiros (mas) pediu a demissão ao fim de alguns meses”¹⁹². A nível de chefias, esta situação manter-se-á sensivelmente a mesma, até Julho de 1944, quando na sequência do atentado a Hitler, foi desencadeada uma depuração de quadros, que logicamente se estendeu ao pessoal diplomático.

O *Fuhrer*, provavelmente por complexo de classe, não tinha qualquer consideração pelo Corpo Diplomático alemão, sentindo-se horrorizado pelo “seu conservadorismo, o seu tradicional realismo, a sua rigidez aliada a uma total falta de entusiasmo, e, finalmente, a complexidade da sua burocracia”¹⁹³. Admirava, curiosamente, o *Foreign Office*, e ficara com uma excelente impressão do último embaixador britânico em Berlim, *Sir Neville Henderson*, “the last of the British Ambassadors, who left the most favourable impression on me”¹⁹⁴. Mas de todos os *chefes de missão* acreditados em Berlim, o que mais o impressionara fora o embaixador francês André François-Poncet (1932-1939), que, todavia, não pertencia à carreira: “Poncet is the most intelligent of the diplomat I’ve known – including the German ones, of course”¹⁹⁵.

Em Lisboa, o chefe da Legação alemã, ministro barão Oswald von Hoyningen-Huene (1934-1944) pertencia a uma família da velha nobreza do Báltico, com mais de quatro séculos de história, e tinha, como colaboradores, não poucos aristocratas alguns dos quais titulares. De entre estes últimos citam-se o conde Ulrich von Beroldingen (Arquivista) e os barões Jordan von Esebech (Adido Militar, 1941-1945), von Lacken-Wakenitz von Albedyll (Adjunto do Ad. Mil., 1944-1945).

¹⁹¹ Schoenbaum, David (1979), *La Révolution Brune*, Paris, Éditions Robert Laffont, p. 242.

¹⁹² Schoenbaum, David (1979), *La Révolution Brune*, Paris, Éditions Robert Laffont, p. 242.

¹⁹³ Fest, Joachim C. (2012), *Les Maîtres du III Reich*, Paris, Librairie Générale Française, p. 338.

¹⁹⁴ Hitler, Adolf (1988), *Hitler’s Table Talk*, London, Phoenix Press, p. 488.

¹⁹⁵ Idem, p. 275.

Gustav Adolf von Halem, que sucedeu a Huene e foi último *chefe de missão* alemão (1945), era também de família aristocrática e casado com a baronesa Margarethe von Doernberg. Não obstante as razões atrás aduzidas, isto é, a comum falta de tempo para os regimes emergentes criarem o seu próprio escol, não deixa de merecer final registo o facto de os dois únicos *chefes de missão* da Alemanha nacional-socialista - um Estado não monárquico e totalitário -, pertencerem à aristocracia.

Na Itália, onde o *Stato totalitario fascista* convivia com a monarquia, mantinha-se curiosamente a dualidade constitucional da chefia do Executivo, confiada ao rei e ao chefe do Governo. Essa dualidade, que, como atrás se viu, teria reflexos no domínio das fidelidades, explica em grande medida a preservação da aristocracia e a sua forte representação no Corpo Diplomático.

Todos os cinco *chefes de missão* italianos em Lisboa estavam ligados à aristocracia, por origem ou por aliança familiar: Mameli (1936-1940), conde Giorgio Francesco Mameli di Oristano era casado com Vera Piercy, senhora de origem burguesa, originária do País de Gales; Nobile Renato Bovva Scoppa (1940-1941) era filho da baronesa Bova Scoppa; Francesco Fransoni (1941-1943) era casado com a Princesa Marina Matchabelli; Renato Prunas (1943-1944) pertencia a uma nobre família da Sardenha e era casado com Ciuseppina Malvinni, da família dos duques de Santa Cândida e neta do 5.º Duque de Prezenzano; marquês Alberto Rossi Longui (1944-1945).

Estes ministros de Itália eram secundados na Legação por outros aristocratas, alguns deles titulares, como os que se citam: marquês Blasco Lanza d'Ateya, *dei Principi di Trabia* (Conselheiro, 1943-1944), comendador Francesco Silj, *dei Marchesi di S. Andrea d'Ussita* (1.º Secretário, 1942-1944), marquês Rolando della Rosa Prati (Secretário, 1942-1943), casado com uma romancista norte-americana; marquês Ugo Theodoli (Secretário, 1942-1943); marquês Umberto Cugia di Sant'Orsola (Adido Naval e Militar, 1942-1945); marquês Ruggero Farace di Villaforesta (Secretário, 1944-1945), casado com Ekatarina Ivanovna Romanova, Princesa da Rússia, filha de Ivan Konstantinovich Romanov, Príncipe da Rússia e de Helena Karageorgievich, Princesa da Sérvia; marquês Pierluigi La Terza (Conselheiro, 1943); conde Guglielmo della Porta Rodiani Carrara (Conselheiro Comercial, 1942-1943); Conde de Nigra (Cônsul).

Ao contrário do que poderia supor-se, a representação diplomática do Reino Unido – a maior de todas -, não reunia, comparativamente, número assinalável de agentes diplomáticos oriundos da velha aristocracia. Tal não significava que entre o seu pessoal não houvesse quem, na panóplia de títulos de reconhecimento de mérito, próprio do sistema político britânico, ao mesmo tempo tradicional e liberal, tivesse recebido um sinal de público reconhecimento de notoriedade.

Os embaixadores Selby e Campbell, ambos detentores da dignidade de *Sir*, embora oriundos da classe culta, não integravam, o grupo dos titulares. O pai de *Sir* Walford H. M. Selby (1939-1941), Charles Edward Montague Selby, embora parente do 1.º visconde Selby (1835-1909),

não tinha título nem qualquer outro sinal nobiliárquico. Por seu lado, o embaixador, Sir Ronald H. Campbell (1941-1945) era filho de *Sir Francis Alexander Campbell* e de Dora Edith Campbell (Hammersley) e, embora não fosse titular, era primo do 12.º duque de Leeds, de seu nome Francis D'Arcy Godolphin Osborne Leeds, que era também o seu homólogo no Vaticano (1936-1954).

Também, de entre os seus colaboradores na Embaixada, aqueles que ostentavam pergaminhos aristocráticos, tinham-nos de criação ou tradição recentes: Henry Lennoux d'Aubigné Hopkinson, 1.º barão Colyton (Conselheiro, 1943-1944), casado com Alice Labouisse Eno, filha de um banqueiro e professor da Universidade de Princeton; *Sir Noel Hughes Havelock Charles*, 3.º barão (Conselheiro, 1941), havendo sucedido no título por morte de seu irmão mais velho, Allen; *Hon. William N. W. Hogg* (2.º Secretário, 1939-1941), filho de McGarel Hogg, 1.º Visconde Hailsham, e de Elizabeth Brown. Quanto ao conde H. Stenbock, (Adido Comercial, 1942-1943) não foi possível encontrar elementos identificadores.

Tampouco se encontraram referências quanto à origem social dos *chefes de missão* chineses e japoneses, mas tendo em conta os seus percursos académicos, é de supor que pertencessem a uma burguesia cultivada.

Já no que respeita ao Novo Mundo, regista-se uma considerável diferença entre as origens dos diplomatas brasileiros e as dos norte-americanos.

Aflorando a questão do conservadorismo social no Itamaraty, Heitor Lyra, em *Minha Vida Diplomática*, estabelece uma relação histórico-social entre muitos dos seus colegas diplomatas e as famílias ilustres do Império. Assim, explica que o “regime de entrada para o Itamaraty não era ainda o do concurso, aberto a todo fenómeno mundo. O critério de admissão ali obedecia, sobretudo, às condições sociais dos candidatos, muitos dos quais descendentes das velhas famílias do Império, filhos, netos ou bisnetos de antigos ministros ou Presidentes do Conselho da Monarquia. Talvez por isso o Itamaraty era tido como uma casa de monarquistas. De facto, lá estavam descendentes de José Bonifácio, de Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), do Duque de Caxias, do 2.º Marquês de Paranaguá, do Visconde de Ouro-Preto, do Conselheiro Silveira Martins, de Aguilar Pantoja, de Zacarias de Goes, de Eusébio de Queirós, do Visconde do Rio Branco, de José de Alencar (...)”¹⁹⁶. E é claro que para além dessa muito comum ascendência aristocrática haveria diplomatas detentores de títulos nobiliárquicos, um dos quais o conde Fernando Mendes de Almeida, que esteve colocado, como Adido, na embaixada em Lisboa, entre 1943 e 1945. O seu título, porém, não era brasileiro, mas pontifício¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Lyra, Heitor (1972), *Minha Vida Diplomática (Coisas Vistas e Ouvidas) – 1916-1925 Secretaria de Estado e Embaixada em Londres*, Lisboa-Porto, Centro do Livro Brasileiro, pp. 124 e segs.

¹⁹⁷ “Graft Mendes – Conde Mendes – era como ele se intitulava ou o intitulavam nas rodas alemãs mais íntimas da Legação do Brasil. Isto porque o pai era conde, Conde Fernando Mendes de Almeida, como conde era também o tio, Cândido Mendes de Almeida; títulos estes doados pelo Papa.” (Lyra, Heitor (1981), *Minha Vida Diplomática*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 220).

Embora não se tenham apurado dados sobre a ascendência familiar de Artur Guimarães de Araújo Jorge, embaixador em Lisboa entre 1936 e 1943, lendo Heitor Lyra¹⁹⁸, pode concluir-se que pertencia a meio social elevado. E o mesmo se diga de João Neves da Fontoura, que apesar de embaixador político (1943-1945), isto é, de não corresponder ao figurino da *Carreira*, não teria desempenhado aquelas e outras elevadas funções, como, por duas vezes, as de Ministro de Estado das Relações Exteriores, se não pertencesse ao dito meio.

Quanto aos chefes de missão dos E.U.A., já atrás se deu nota de como a prática costumeira de nomeação de embaixadores políticos constituía uma forma de agradecimento presidencial aos que, com largas somas, haviam contribuído para os sucessos eleitorais. De entre os quatro máximos representantes norte-americanos em Lisboa, só o ministro/embaixador Raymond Henry Norweb (1943-1945) era diplomata de carreira. Estava casado com Emery May Holden, de família abastada.

Herbert Claiborne Pell (1937-1941), Bert Fish (1941-1943), e Herman Benjamin Baruch (1945), eram todos eles, homens da alta burguesia, cujas fortunas financeiras haviam assegurado a fortuna política de Roosevelt. Pell era herdeiro da Lorillard, importante companhia de tabacos, e estendeu os seus interesses ao imobiliário, à banca e naturalmente ao mundo dos negócios. O seu sucessor Bert Fish, não teria tamanhos *talentos*, mas a sua experiência como operador imobiliário e director financeiro, associada à sua precedente carreira de juiz, granjeava-lhe uma confortável posição social. Finalmente, Baruch, que chegou a Lisboa nos últimos dias da guerra, e que Ribeiro de Meneses¹⁹⁹ identifica como “irmão de Bernard Baruch, um dos homens mais bem relacionados de Washington”, era um homem instalado num segmento da sociedade americana que facilmente associava o poder económico ao político. Seu irmão Bernard não era apenas “um dos homens mais bem relacionados de Washington”, mas um dos homens mais poderosos da equipa de Roosevelt, de par com Morgenthau.

Especialista da área financeira, fora conselheiro do Presidente Wilson e, iniciada a II Guerra Mundial, tornara-se pela mão de F. D. Roosevelt, conselheiro especial do director do *Office of War Mobilization*²⁰⁰.

¹⁹⁸ “É que para ser um bom diplomata, não basta que ele tenha vastos e profundos conhecimentos universitários e conheça línguas estrangeiras: é essencial que tenha também o que não se aprende – um bom senso, além de certas virtudes que se trazem de casa, como uma dose apreciável de boa educação” (Lyra, Heitor (1972), *Minha Vida Diplomática*, Lisboa/Porto, Centro do Livro Brasileiro, p. 128).

¹⁹⁹ Ribeiro de Meneses, Filipe (2010), *Salazar*, Alfragide, Dom Quixote, p. 354.

²⁰⁰ Jacques de Launay recorda que Roosevelt foi eleito contra os *trusts* da indústria e do comércio grossista pelos *trusts* da indústria e do comércio retalhista e reproduz a lista publicada dos que “capitalizaram a sua candidatura”, tendo inscritos os nomes do “negociante de terrenos *Baruch*, a família Strauss, proprietária dos maiores armazéns de Nova York (...), Macy & Co., M.me Summer Welles, o banqueiro Kennedy, a firma Lehman, os banqueiros Bullitt e Drexel Biddle, etc., etc. A segunda eleição de Roosevelt reúne os mesmos capitalistas (*Baruch*, Kennedy, Strauss) e outros recém-chegados, como o peleiro Steinhardt, o fabricante de frigoríficos Davies, os banqueiros Morgenthau e Harriman, o comerciante de açúcar Earl, etc.” e adianta que quando Roosevelt chegou à Casa Branca, “desejoso de realizar uma política pessoal, como lho permite a Constituição” procedeu a nomeações coincidentes com

No campo diplomático, como em outras áreas próximas do poder, as relações de parentesco podem ou não tecer redes, mas constituem quase sempre um importante capital de confiança, potencialmente político. Vejam-se, como exemplos, os casos de Don Nicolau Franco²⁰¹, irmão do Generalíssimo Franco, que exerceu as funções de Embaixador de Espanha em Lisboa por cerca de vinte anos (1938-1958); de Gustav Adolf von Halem, último ministro da Alemanha em Lisboa, cuja mulher, a baronesa Victoria Dornberg era irmã do barão Dornberg, o *farol vermelho*²⁰², chefe do protocolo do Reich, nacional-socialista e membro das SS; de Hermann Baruch, embaixador dos E.U.A em Lisboa (1945-1947), irmão do todo-poderoso Secretário de Estado norte-americano Bernard Baruch; ou ainda o de D. Domingos de Sousa Holstein-Beck, Duque de Palmela, nomeado em 1943, Embaixador de Portugal em Londres, parente do então Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Luís Teixeira de Sampaio. O mesmo sucedia, naturalmente, noutros espaços. Em Madrid, Hans-Heinrich Dieckhoff, embaixador da Alemanha (1943-1944), estava casado com uma irmã de von Ribbentrop. Outra irmã do ministro alemão dos Estrangeiros era mulher de Albert Jenke, primeiro secretário na Embaixada em Ancara, onde pontuava o embaixador Franz von Pappen. E, como exemplo paradigmático da importância das relações de parentesco na altas esferas da diplomacia, recorda-se o caso do conde Galeazzo Ciano, genro de Mussolini, que depois de seis intensos anos, como ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália foi nomeado embaixador no Vaticano. E o que dizer de Ramón Serrano Suñer, ministro das Relações Exteriores de Espanha (1940-1942), casado com D. Ramona Polo, irmã de D. Carmen, mulher do *Caudillo*? Não era *El Cuñadissimo*?

2. Formação académica, experiência diplomática e permanência

Com raras exceções como as de Nicolau Franco, licenciado em engenharia naval pela *Escuela de Ingenieros Navales*, de que veio a ser director, de Giorgio Mameli, diplomado pela *Scuola Superiore di Commercio* de Veneza, ou de Francesco Franson, licenciado em ciências sociais pelo *Reale Istituto di Scienze Politiche Vittorio Alfieri* de Florença, a grande maioria dos *chefes de missão* era licenciada em direito²⁰³.

as dos “capitalistas da eleição: Summer Welles vai para secretário de Estado; Jesse Strauss e William Bullitt irão sucessivamente para Paris; Joseph Kennedy vai para Londres; Harriman vai para Moscovo, a seguir a Davies; Steinhardt para Angora; Earl para Sófia; Morgenthau para o Tesouro; Lehman para a U.N.R.R.A.; Baruch para a Energia Atómica; Hopkins, que irá casar com Miss Macy, para o Empréstimo e Arrendamento. Eis os conselheiros do Presidente.” (Launay, Jacques de (s/d), *Segredos Diplomáticos 1939-1945*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 18-19). Herman Baruch, após 30 anos de viuvez, casou em 1949, com a baronesa Anna Maria Mackay.

²⁰¹ Nascido em Ferrol, La Coruña (Espanha - 1892). Era o mais velho dos irmãos Franco Bahamonde: Francisco (1892), Pilar (1895), Ramón (1896) e María de la Paz (1898).

²⁰² http://de.wikipedia.org/wiki/Alexander_von_D%C3%B6rnberg; Alexander Freiherr von Dörnberg zu Hausen era alcunhado de *farol vermelho*, em razão da sua elevada estatura e tez rosada. Esta informação foi dada ao autor, em 2013, por uma sua familiar, a baronesa Marliese von Dornberg.

²⁰³ ANEXO G.

Já a sua experiência diplomática era muito diversa: quatro deles tinham estado colocados em postos na América do Norte/E.U.A. (Chinglun Frank Lee, Fransoni, Morishima e Rossi-Longhi), cinco na América Latina (Araújo Jorge, Fransoni, Gentil, Hoyningen-Huene e Norweb), cinco na Ásia (Bova Scoppa, Fish, Gentil, Norweb e Pell) e três em África (Bova Scoppa, Fish e Selby). Seis tinham uma experiência exclusivamente europeia (Campbell, Du Chayla, Du Sault, Halem, Mameli e Prunas) e cinco, não europeus, já haviam tido postos do Velho Continente (Morishima, Norweb, Shinichi Chiba e Yonezawa). Finalmente, só quatro não tinham tido qualquer experiência diplomática anterior: Baruch, Franco, Monier e Neves da Fontoura²⁰⁴

Outro importante factor de sucesso para um *chefe de missão* é o tempo de permanência em posto, pois, não só condiciona as suas possibilidades de relacionamento e de influência no país em que está acreditado, como poderá constituir sinal de maior ou menor interesse e investimento do respectivo governo. Ilustração paradigmática do que fica dito, é-nos dada pelo relato que, em Janeiro de 1937, Armindo Monteiro, acabado de chegar a Londres, faz para Salazar acerca da reunião tida com *Sir Robert Vansittart*, subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1930-1938), em que este lhe sublinhou os inconvenientes de uma alegada curta permanência dos *chefes de missão* portugueses: “Estou no *Foreign Office* desde 1930 e já conheci quatro”²⁰⁵. E, adiante, sugeriu ao embaixador de Portugal que conquistasse a *City*, que criasse “também contactos com a gente dos jornais – não só com os proprietários, como alguns fazem, mas com os jornalistas médios, que são, afinal os que guiam a opinião. O mundo político – não só os deputados, mas os comités dos partidos – tem aqui enorme influência; cultive-o com cuidado. Ao fim de alguns anos pode ser aqui verdadeiramente popular. (...) O Soveral foi durante muito tempo o primeiro em Londres. Era bom que o exemplo se repetisse – bom para os dois países”²⁰⁶.

Em Lisboa, à parte o caso verdadeiramente excepcional do embaixador de Espanha, cuja missão durou cerca de vinte anos (1938-1958) e tomando por limite 1945, o ano final da guerra, verifica-se um considerável grau de permanência de *chefes de missão*: 10 anos (Hoyningen-Huene/Alemanha); 9 anos (Chinglun Franl Lee/China); 7 anos (Araújo Jorge/Brasil); 5 anos (Leroy/França); 4 anos (Campbell/Reino Unido, Mameli/Itália e Pell/E.U.A.); 3 anos (Chang Chien/China, Morishima/Japão e Selby/Reino Unido); 2 anos (Fransoni/Itália, Gentil/França e

²⁰⁴ ANEXO G

²⁰⁵ Vansittart estava enganado, pois, naquele período, só dois embaixadores o haviam precedido naquela capital: o general Tomás António Garcia Rosado (1926-1933) e o Embaixador Ruy Ulrich (1933-1935). Monteiro, porém, não desfaz o engano, nem quando envia o relato da conversa para Salazar, com a resposta ao britânico, provável e implicitamente eivada de mensagem sua para o chefe do Governo: « Hei-de criar raízes.” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa*, Lisboa, M.N.E. - 09.01.1937).

²⁰⁶ *Ibidem*.

Yonesawa/Japão) e Fihs/E.U.A.); 1 ano (Bova Scoppa/Itália, Chiba/Japão, Fontoura/Brasil, Monier/França, Norweb/E.U.A., Prunas/Itália, e Rossi Longhi/Itália);

A leitura do quadro seguinte permite, aliás, verificar que os chefes das principais representações diplomáticas já estavam em Lisboa, quando eclodiu a Guerra Civil espanhola, facto que naturalmente lhes proporcionou uma visão próxima e quiçá amadurecida dos subsequentes desafios peninsulares. Alguns deles, como os embaixadores do Brasil (Araújo Jorge) e de Espanha (Franco) e os ministros plenipotenciários da Alemanha (Hoyningen-Huene) e da China (Lee) permaneceriam na capital portuguesa, ao longo da II Guerra Mundial, muito depois do termo daquela.

QUADRO III - CHEFES DE MISSÃO ACREDITADOS EM LISBOA
(Alemanha, Brasil, China, Espanha, E.U.A., França, Itália, Japão, Reino Unido),

1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
JAP	KAS	KAS	KAS	KAS	KAS	KAS	KAS						
	ALE	HOY	HOY	HOY	HOY	HOY	HOY	HOY	HOY	HOY	HOY	HOY	
	CHI	LEE	LEE	LEE	LEE	LEE	LEE	LEE	LEE	LEE	LEE		
		FRA	LER	LER	LER	LER	LER	LER					
		BRA	ARAJ	ARAJ	ARAJ	ARAJ	ARAJ	ARAJ	ARAJ	ARAJ	ARAJ	ARAJ	
		ITA	MML	MML	MML	MML	MML	MML					
			EUA	PELL	PELL	PELL	PELL	PELL	PELL				
			RUN	SELB	SELB	SELB	SELB	SELB					
				ESP	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA
					JAP	YON	YON	YON	YON				
						FRA	GEN	GEN	GEN	GEN			
						ITA	BOV	BOV	BOV				
							EUA	FISH	FISH	FISH			
							ITA	FRS	FRS	FRS			
							JAP	CHI	CHI				
							RUN	CAM	CAM	CAM	CAM	CAM	CAM
								JAP	MOR	MOR	MOR	MOR	MOR
									BRA	FON	FON	FON	FON
									CHI	CHG	CHG	CHG	CHG
									EUA	NOR	NOR		
									FRA	MON	MON		
									ITA	PRU	PRU		
										FRA	CHA		
										ITA	ROS	ROS	ROS
											FRA	SAU	SAU
											ALE	HAL	HAL
											EUA	BAR	BAR
											FRA	SAU	SAU

ANC – Ancara; BNA - Berna; DUB – Dublin; EST – Estocolmo; LIS – Lisboa; MAD – Madrid; VAT – Vaticano;

ARAJ – ARAÚJO JORGE, Dr. Artur Guimarães de (BRA / 1936-1943); BOV – BOVA SCOPPA, Nobile Renato (ITA / 1940-1941); BAR – BARUCH, Herman B. (EUA / 1945-1947); CAM – CAMPBELL, Sir Ronald H. (RUN / 1941-1945); CHA – DU CHAYLA, Armand (FRA / 1944); CHG – CHANG CHIEN = KUNGHUI CHANG, Henry (CHI / 1943-1945); CHI – CHIBA, Shinichi (JAP / 1941-1942); FISH – FISH, Bert (EUA / 1941-1943); FON – FONTOURA, Dr. João Neves da (BRA / 1943-1945); FRA – FRANCO, D. Nicolau (ESP / 1938-1958); FRS – FRANSONI, Francesco (ITA / 1941-1943); GEN – GENTILE, François Charles (FRA / 1940-1942); HAL – HALEM, Gustav Adolph von (ALE / 1945); HOY – Barão Oswald von HOYNINGEN-HUENE (ALE / 1934-1944); KAS – KASAMA, Akio (JAP / 1932-1939); LEE – CHINGLUN FRANL LEE (CHI / 1934-1943); LER – LEROY, Amé (FRA / 1935-1940); MML – MAMELI, Francesco Giorgio (ITA / 1936-1940); MON – MONIER, Georges (FRA / 1943-1944); MOR – MORISHIMA, Morito (JAP / 1942-1945); NOR – NORWEB, R. Henry (EUA / 1943-1944/1945); PELL – PELL, Herbert Claiborne (EUA / 1937-1941); PRU – PRUNAS, Renato (ITA / 1943-1944); ROS – ROSSI LONGHI, Marquês Alberto (ITA / 1944-1945); SAU – SAULT, Jean Xavier F. L. du (FRA / 1945); SELB – SELBY, Sir Walford Harmood Montagne (RUN / 1937-1940); YON – YONESAWA, Kikuji (JAP / 1939-1941).

Os tempos de permanência *dos chefes de missão* e a correspondente estabilidade dos postos pode, em alguns casos, reflectir a maior ou menor estabilidade dos governos mandantes, independentemente da natureza dos seus regimes. Uma análise comparativa²⁰⁷ do número total de *chefes de missão*, por país (Alemanha, Brasil, China, Espanha, E.U.A., França, Itália, Japão, Reino Unido), no conjunto das capitais neutras, permite, por exemplo, verificar-se que a Alemanha, com um número total de 13 *chefes de missão*, estava neste campo, muito próxima do Reino Unido, com 14, e ambos distantes ou muito distantes da Itália, totalizando 20, a França, 24, e o Japão, 26. Os Estados Unidos ocupavam uma posição intermédia, com um total de 16 *chefes de missão*.

Também, comparando os tempos de permanência máximos, verifica-se uma mesma proximidade entre a Alemanha e o Reino Unido. Com efeito, os germânicos detêm três chefias de missão com dez anos (Estocolmo, Lisboa e Vaticano) e, os britânicos, uma de nove anos (Vaticano).

Chefes de missão com permanência de oito anos, teve-os a Alemanha em Dublin e Berna, e a Itália, nesta última capital; com sete anos, a Itália em Dublin, e a França no Vaticano; com seis, o Reino Unido, em Dublin, e os Estados Unidos, no Vaticano. Para além das 24 permanências que não chegam a durar um ano, registam-se 21 com dois anos, 19 com um ano, 12 com 3 anos, e 11 com cinco e com quatro anos.

É claro, que as razões para a longa permanência do barão von Hoyningen-Huene, em Lisboa, e da consequente estabilidade de posto, aduzidas neste trabalho, tornam, despidiendá qualquer explicação para os idênticos tempos de missão em postos como o do Vaticano (de alemães e ingleses) e, mesmo, o de Estocolmo.

(A elaboração do precedente quadro relativo aos anos de permanência *dos chefes de missão* acreditados em Lisboa, assentou essencialmente na consulta dos *Cadernos do Corpo Diplomático* (1939-1945), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, indicados na Bibliografia constante deste trabalho)

²⁰⁷ ANEXO H.

QUADRO IV - ANOS DE NASCIMENTO E IDADES DE CHEFES DE MISSÃO NO POSTO DE LISBOA
(Alemanha, Brasil, China, Espanha, E.U.A., França, Itália, Japão, Reino Unido)

			1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
1872	EUA	BAR												73
1875	EUA	FISH							65	66	67	68		
1879	FRA	LER		56	57	58	59	60	61					
1881	RUN	SELB				56	57	58	59					
1883	RUN	CAM								58	59	60	61	62
1884	CHI	LEE	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59		
1884	EUA	PEL				53	54	55	56	57				
1885	ALE	HOY	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	
1886	ITA	FRS								55	56	57		
1886	FRA	GEN							54	55	56			
1887	BRA	ARAJ			49	50	51	52	53	54	55	56		
1887	BRA	FON										56	57	58
1888	CHI	CHG										55	56	57
1890	FRA	SAU												55
1891	ESP	FRA				46	47	48	49	50	51	52	53	54
1892	ITA	BOV							48	49				
1892	ITA	PRU										51	52	
1893	ITA	MML			43	44	45	46	47					
1894	EUA	NOR										49	50	51
1894	JAP	YON						45	46	47				
1895	ITA	ROS											49	50
1896	JAP	CHI								45	46			
1896	JAP	MOR									46	47	48	49
1898	FRA	MON										45	46	
1899	ALE	HAL												49

ARAJ – ARAÚJO JORGE, Dr. Artur Guimarães de (BRA / 1936-1943); **BOV** – BOVA SCOPPA, Nobile Renato (ITA / 1940-1941); **BAR** – BARUCH, Herman B. (EUA / 1945-1947); **CAM** – CAMPBELL, Sir Ronald H. (RUN / 1941-1945); **CHA** – DU CHAYLA, Armand (FRA / 1944); **CHG** – CHANG CHIEN (CHI / 1943-1944); **CHI** – CHIBA, Shinichi (JAP / 1941-1942); **FISH** – FISH, Bert (EUA / 1941-1943); **FON** – FONTOURA, Dr. João Neves da (BRA / 1943-1945); **FRA** – FRANCO, D. Nicolau (ESP / 1938-1958); **FRS** – FRANSONI, Francesco (ITA / 1941-1943); **GEN** – GENTIL, François Charles (FRA / 1940-1942); **HAL** – HALEM, Gustav Adolph von (ALE / 1945); **HOY** – Barão Oswald von HOYNINGEN-HUENE (ALE / 1934-1944); **LEE** – CHINGLUN FRANK LEE (CHI / 1934-1943); **LER** – LEROY, Amé-Frédéric (FRA / 1935-1940); **MML** – MAMELI, Francesco Giorgio (ITA / 1936-1940); **MON** – MONIER, Georges (FRA / 1943-1944); **MOR** – MORISHIMA, Morito (JAP / 1942-1945); **NOR** – NORWEB, R. Henry (EUA / 1943-1944/1945); **PELL** – PELL, Herbert Claiborne (EUA / 1937-1941); **PRU** – PRUNAS, Renato (ITA / 1943-1944); **ROS** – ROSSI LONGHI, Marquês Alberto (ITA / 1944-1945); **SAU** – SAULT, Jean Xavier F. L. du (FRA / 1945); **SELB** – SELBY, Sir Walford Harmood Montagne (RUN / 1937-1940); **YON** – YONESAWA, Kikuji (JAP / 1939-1941)

Não se tendo conseguido apurar a data de nascimento do francês du Chayla, e, havendo-se optado por não compreender a do americano Baruch e a do alemão Halem, com desempenhos apenas no início de 1945, pôde concluir-se que a média de idades no início de funções foi de 51 anos. Como nota curiosa, registe-se que, com 43 anos, Francesco Giorgio Mameli foi o *chefe de missão* que, mais novo, as iniciou as suas funções e que o Hermann Baruch, com 73 anos, foi o mais velho a iniciá-las.

(A elaboração do precedente resultou da combinação de dados obtidos pela consulta dos *Cadernos do Corpo Diplomático* (1939-1945) e dos *curricula vitae* dos chefes de missão, constante do ANEXO G.

**QUADRO V - IDADES NO INÍCIO DE FUNÇÕES DE CHEFES DE MISSÃO NO POSTO
DE LISBOA**

(Alemanha, Brasil, China, Espanha, E.U.A., França, Itália, Japão, Reino Unido)

ITÁLIA	MAMELI, Francesco Giorgio	43
FRANÇA	MONIER, Georges	45
JAPÃO	YONEZAWA, Kikuji	45
JAPÃO	CHIBA, Shinichi	45
ESPANHA	FRANCO, Nicolau	46
JAPÃO	MORISHIMA, Morito	46
ITÁLIA	BOVA SCOPPA, Nobile Renato	48
ALEMANHA	HOYNINGEN-HUENE, Barão Oswald von	49
BRASIL	ARAÚJO JORGE, Artur Guimarães de	49
E.U.A.	NORWEB, R. Henry	49
ITÁLIA	ROSSI-LONGHI, Marquês Alberto	49
ALEMANHA	HALEM, Gustav Adolph von	49
CHINA	LEE, CHINGLUN FRANK	50
ITÁLIA	PRUNAS, Renato	51
E.U.A.	PELL, Herbert Claiborne	53
FRANÇA	GENTIL, François Charles	54
CHINA	CHANG CHIEN = CHANG, Henry Kinghui	55
FRANÇA	SAULT, Jean Xavier François Léon	55
ITÁLIA	FRANSONI, Francesco	55
BRASIL	FONTOURA, João Neves da	56
FRANÇA	LEROY, Amé-Frédéric	56
RUN	SELBY, Sir Walford H. M.	56
RUN	CAMPBELL, Sir Ronald H.	58
E.U.A.	FISH, Bert	65
E.U.A.	BARUCH, Herman B.	73

Se os norte-americanos Bert Fish e Herman Baruch são os que iniciam funções com mais idade (65 e 73), são logo seguidos pelos britânicos, Selby e Campbell (58 e 65). A média de idades dos norte-americanos é de 60 anos; a dos britânicos é de 57; A dos japoneses é de 45 anos; a dos italianos tal como a dos alemães é de 49; Brasil: 53.

CAPÍTULO IV - CHEFES DE MISSÃO E RELAÇÕES

1. As Recepções Mundanas

O número de recepções dadas pelos *chefes de missão* pode dar-nos uma ideia muito aproximada do interesse, do grau empenhamento e da capacidade de cada um deles para mobilizarem a sociedade portuguesa para os seus eventos.

Segundo conta Heitor Lyra, o barão Hoyningen-Huene, ministro da Alemanha, “sabia receber principalmente em sua ampla legação situada à rua do Pau da Bandeira. Era um homem finíssimo, verdadeiro grão-senhor, de físico *racé*. Em suas funções sociais secundava-o com habilidade e encanto sua bonita mulher, Gudrun”²⁰⁸. Retrato corroborado por Hildegard Wolff, viúva de Hubert von Breisky, Secretário e Adido Cultural da Legação da Alemanha entre 1940 e 1945, declarando que ambos “eram muito queridos na sociedade portuguesa, embora mal falassem a língua portuguesa, mas pelo contrário, um francês fluente, que, nessa altura era a língua oficial corrente dos Diplomatas e da sociedade, tal como agora a língua inglesa”²⁰⁹.

Uma visão, aparentemente fiel do panorama das recepções diplomáticas, já nos finais da guerra, é-nos transmitida por Ronald Weber, em *Passagem para Lisboa*: “Os diplomatas americanos e britânicos, observava Mannes, eram conhecidos, pela sua hospitalidade. O embaixador espanhol, o irmão de Franco, Nicolas, raramente recebia, mas nas festas dadas por outros era um convidado animado. Os diplomatas alemães tinham, por essa altura, desaparecido em grande parte da vida social lisboeta, tal como os franceses de Vichy, e os japoneses nunca tinham procurado fazer parte”²¹⁰.

Nem todos os encontros com a sociedade lisboeta eram formais. Com efeito, diz-nos o mesmo autor, “o idoso representante da Suíça, Henri Martin²¹¹, destacava-se por dar piqueniques em vez dos habituais jantares. O domingo era o seu dia e os seus convites eram escritos em francês versegado, esperando-se que as respostas também. Os convidados encontravam-se em sua casa ao meio-dia para beber cocktails e, em seguida, eram levados de carro até à praia, onde davam um mergulho, enquanto era posta uma longa mesa de madeira com os nomes em cartões. Depois de um demorado e elegante almoço com champanhe, toda a gente em geral dormia uma sesta, antes de serem conduzidos a casa a tempo de se vestirem para jantar.”

²⁰⁸ Lyra, Heitor (1972), *Minha Vida Diplomática*, Col. Temas Brasileiros, Vol. 17, Tomo II, Ed. Universidade de Brasília, p. 477 e 478.

²⁰⁹ Testemunho prestado ao autor desta dissertação.

²¹⁰ Weber, Ronald (2012), *Passagem para Lisboa*, Lisboa, Clube do Autor, p.177.

²¹¹ Henri Martin, encarregado de negócios e posteriormente ministro da Suíça, entre 1942 e 1945.

Como se pode verificar pela análise do quadro junto, o convite para as recepções partiu, em geral, dos *chefes de missão*, mas casos houve em que outros membros da representação diplomática tomavam a iniciativa²¹².

QUADRO VI – RECEPÇÕES - INICIATIVA

PAÍSES	EMB	ADA	ADC	ADF	ADI	ADM	ADN	CON	CÔN	SEC	TOT
ALEMANHA	31	03	-	-	01	03	01	-	-	-	39
ARGENTINA	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
BÉLGICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
BRASIL	43	-	-	-	-	-	-	-	01	-	44
CHILE	08	-	-	-	-	01	-	-	-	-	09
CHINA	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01	02
DINAMARCA	07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	07
EGIPTO	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
ESPANHA	16	-	-	-	-	02	-	-	-	-	18
E.U.A.	11	*	-	01	03	**	03	-	-	-	18
FINLÂNDIA	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
FRANÇA	13	-	-	-	-	-	01	-	02	-	16
GRÉCIA	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
HUNGRIA	05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05
ITÁLIA	10	01	01	-	-	01	01	-	01	14	29
JAPÃO	04	01	-	-	-	-	-	-	-	-	05
JUGOSLÁVIA	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
MÉXICO	03	-	-	-	-	-	-	-	01	-	04
NORUEGA	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
PAÍSES BAIXOS	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
PERU	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
POLÓNIA	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
REINO UNIDO	17	-	-	-	05	01	02	-	-	-	25
ROMÉNIA	12	-	-	-	05	-	-	-	-	-	17
SUÉCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
SUIÇA	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
TURQUIA	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
URUGUAI	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
VENEZUELA	02	-	01	-	-	-	-	-	-	-	03

ADA – Adido Aeronáutico; **ADC** – Adido Comercial; **ADI** – Adido de Imprensa; **ADM** – Adido Militar; **ADN** – Adido Naval; **COM** – Conselheiro; **CÔN** – Cônsul; **EMB** – Embaixador, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário e Encarregado de Negócios; **SEC** – Secretário (1.º, 2.º e 3.º). Neste quadro, contam-se indistintamente os Adidos e seus Adjuntos.

Destes importa destacar o caso verdadeiramente excepcional do comendador Pietro Gerbore, primeiro secretário da Legação de Itália, que entre 1938 e 1941, quase sempre na qualidade de encarregado de negócios, deu 17 recepções, isto é, cerca de 60% do número total da iniciativa italiana durante a guerra. E no quadro das excepções à regra, convirá também registar os casos de Marcus Cheke²¹³ e de Mircea Eliade, respectivamente adidos de imprensa do Reino Unido e da Roménia, com cinco iniciativas cada um.

Cheke e Eliade, ambos conhecedores da história, da cultura e da sociedade portuguesas, embora com distintas compreensão e simpatia, plasmadas nas suas obras, eram dois empenhados

²¹² Quadro elaborado a partir da consulta exaustiva do *Diário de Lisboa* (anos 1939-1945), particularmente da sua secção *Vida Mundana*.

²¹³ Entre 1931 e 1934, Marcus Cheke esteve na Embaixada em Lisboa, como adido honorário. Nos quatro anos seguintes serviu em Bruxelas, donde regressou a Lisboa, como adido de imprensa (1938-1942) e depois como primeiro secretário (1942-1945). Terminaria a sua carreira, como embaixador britânico na Santa Sé, onde faleceu em 1962.

intelectuais envolvidos na batalha de sensibilização e conquista da opinião lusa para a causa dos seus países, então inimigos.

Com este objectivo, as recepções dadas por estes três diplomatas, agindo cada um, como *alter-ego* do seu *chefe de missão*, pretendiam-se familiares, sendo quase sempre oferecidas nas próprias residências. É certo que Gerbore as dava-as no luxuoso Hotel Palácio do Estoril, mas era lá que fixara residência... Cheke recebia os seus convidados no 371 da Rua de Campolide (casarão hoje já demolido), e Eliade, no 3.º andar do 147 da Avenida Elias Garcia, em Lisboa, ou no 13 da Rua da Saudade, em Cascais.

Lisboa não tinha um *bairro diplomático* nem de tal havia tido tradição. É sabido que durante a II Guerra Mundial, se concentravam na Lapa as representações diplomáticas de alguns dos principais contendores (Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido)²¹⁴, mas não obstante a grande proximidade geográfica destas residências e chancelarias e o facto de, em torno delas ou nas suas cercanias, se alojaram muitos diplomatas, destes e doutros países, o facto em si, não era suficiente para que se pudesse classificar a velha e aristocrática Lapa de *bairro de diplomático*, tão grande era a área da cidade, tantos os bairros, que então alojavam os agentes diplomáticos.

Nem se pode dizer que ao menos os *chefes de missão* tinham residência num mesmo bairro, embora com chancelarias e restantes membros distribuídos pela capital. Basta recordar que a Legação de Itália, já então estava instalada no Palácio Pombeiro, sito no largo do mesmo nome, ao Paço da Rainha, que a Embaixada de Espanha, ocupava já o Palácio de Palhavã, edificado na, hoje, Praça de Espanha, e que a Embaixada de França, instalada no Palácio Abrantes, na Calçada do Marquês de Abrantes, embora na fronteira da Lapa, estava situada em Santos.

As residências dos ministros da China e do Japão, instaladas em edifícios mais modestos, também não fugiam à regra, pois, a primeira situava-se no 23 da Rua Andrade Corvo, já demolido²¹⁵ e a segunda, no 14 da Praça Rio de Janeiro (hoje, do Príncipe Real).

Excepção feita para os Embaixadores do Brasil, cujas recepções conhecidas eram, na sua maioria, dadas na residência, sita Rua António Maria Cardoso, n.º 8, a maioria dos *chefes de missão* recebia em hotéis, com destaque para o Estoril Palácio Hotel Palácio, que tanto acolhia os representantes diplomáticos dos Aliados como os do Eixo.

Da análise do quadro seguinte, plasmando os números totais correspondentes ao período de 1939-1945, verifica-se uma nítida vantagem da Embaixada do Brasil, com 44 iniciativas, seguindo-se a Legação da Alemanha, com 39 e a da Itália com 29.

²¹⁴ A Legação da Alemanha, na Rua Pau da Bandeira, 9 e 11, a Legação e depois Embaixada dos Estados Unidos, na Rua do Sacramento à Lapa, 18, e a Embaixada Britânica, cujas residência e chancelaria se situavam desde 1840, na Rua de São Francisco de Borja, 63, separando-se em 1941, ano em que a chancelaria foi transferida para a Rua de São Domingos à Lapa, 37.

²¹⁵ “Impunha-se uma visita ao palacete da Rua Andrade Corvo, onde aquele ilustre diplomata reside com a sua esposa (...)” / “O gabinete de trabalho do ilustre diplomata, recheado de preciosidades orientais é um evocador museu de arte do seu admirável país” (*Mundo Gráfico*, 15.01.1942).

QUADRO VII - Número de recepções por país, entre 1 de Janeiro de 1939 e 8 de Agosto de 1945²¹⁶

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA
BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA
BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA	BRA
ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE
ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE
ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE	ALE						
ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA
ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA	ITA
RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN
RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN	RUN					
ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP	ESP
ESP	ESP	ESP												
EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA
EUA	EUA	EUA												
ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM	ROM
ROM	ROM													
FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA	FRA
FRA														
CHL	CHL	CHL	CHL	CHL	CHL	CHL	CHL	CHL						
DIN	DIN	DIN	DIN	DIN	DIN	DIN								
HUN	HUN	HUN	HUN	HUN										
JAP	JAP	JAP	JAP	JAP										
MÉX	MÉX	MÉX	MÉX											
JUG	JUG	JUG												
NOR	NOR	NOR												
SUÍ	SUÍ	SUÍ												
URU	URU	URU												
VEN	VEN	VEN												
CHI	CHI													
FIN	FIN													
GRE	GRE													
PER	PER													
POL	POL													
ARG														
BÉL														
EGI														
PBA														
SUÉ														
TUR														

A Embaixada do Reino Unido surge em 4.º lugar, com 25 recepções, seguida pelas Embaixadas de Espanha e dos Estados Unidos, ambas com 18, pela Legação da Roménia, com 17, e pela da França com 16. O Chile, com 9 iniciativas, situa-se à frente dos demais países da América Latina, e o Japão, com apenas 5 recepções, tem a dianteira entre os asiáticos. Por outro lado, a observação destes registos, por ano de guerra²¹⁷ permite, uma leitura mais fiel da mencionada capacidade de iniciativa de cada missão diplomática. Assim, diferentemente do que a simples leitura dos números totais poderia fazer supor, o Brasil, que, com as suas 44 recepções, ocupa no conjunto daqueles anos o 1.º lugar, quase não regista iniciativa nos anos de 1943 (três), 1944 (uma) e 1945 (duas).

O mesmo se diga da Alemanha, cujas 39 recepções ocorrem sobretudo em 1941 (dezoito) e 1942 (dez), provavelmente em acompanhamento da circunstancial vantagem das armas.

²¹⁶ Quadro elaborado a partir da consulta exaustiva do *Diário de Lisboa* (anos 1939-1945), particularmente da sua secção *Vida Mundana*.

²¹⁷ ANEXO I.

E a perda desta parece reflectida nos números de 1943 (uma), de 1944 (duas) e de nenhuma em 1945. A avaliar pelos números, a Embaixada britânica parecia não sentir necessidade na promoção de recepções, registando, um número total vinte e quatro de iniciativas. Todavia, as cinco que promoveu em 1945, colocaram-na à frente dos demais países.

Registe-se finalmente que enquanto, em 1940, havia uma vantagem numérica dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), com um total de vinte e sete recepções, já em 1945, só os Aliados contavam. Veja-se por exemplo que catorze das dezoito recepções dadas pela missão norte-americana, ocorreram a partir de 1942, isto é, só após a entrada dos EUA na guerra.

O lugar das mulheres dos *chefes de missão*, era de primeira importância, não só pelo contributo dado à inserção dos seus cônjuges na sociedade lisboeta, como pelo protagonismo que assumiram, designadamente em campanhas de apoio a desfavorecidos portugueses, aos soldados seus nacionais em campanha, ou às famílias vítimas da guerra.

As recepções para a angariação de fundos destinados a obras de caridade, ou as reuniões de senhoras para a confecção ou para a recolha de roupas, ou para o envio de conservas alimentares, constituíram traço indelével da sua prestimosa e humanitária actividade, que combinaram a das organizações de solidariedade social, como a Cruz Vermelha.

É evidente que, em matéria iniciativa de recepções, haverá que considerar as muitas que não foram publicitadas pela Imprensa nem registadas pela memória escrita, mas que seguramente fizeram parte da vida quotidiana dos diplomatas. Compreenda-se que para além das residências dos *chefes de missão*, cujas iniciativas eram alvo fácil para os plumitivos cronistas mundanos, os apartamentos e moradias dos restantes membros do *Corpo* eram igualmente espaços de convívio não circunscrito ao mundo diplomático. Porém, nem o número das suas iniciativas é quantificável, nem o das que, pela regra da retribuição, couberam à sociedade portuguesa.

Apesar de 138 artérias alojarem à época os diplomatas estrangeiros que serviam na capital portuguesa²¹⁸, esta não lhes foi bastante, já que muitos deles procuraram residência no Estoril e suas imediações. Em todo o caso, a maioria dos diplomatas dos países que constituem o objecto central deste trabalho (*Aliados, Eixo, Brasil e Espanha*) morou na capital. Assim, do total de 420 agentes diplomáticos destes 14 países, apenas 66 teve residência na Linha: 22 italianos, 18 norte-americanos, 13 alemães, 6 franceses, 4 japoneses e 3 britânicos.

²¹⁸ Neste período, a Rua Rodrigo da Fonseca foi a que registou o maior número de edifícios utilizados por diplomatas (23). Seguiram-se-lhe, por ordem decrescente, a Rua Castilho (13), a Av. António Augusto de Aguiar (11), a Av. da liberdade (10), a Av. Pedro Álvares Cabral (9), a Rua do Sacramento à Lapa (9), Rua Tenente Valadim (actual Av. Infante Santo) (8), a Rua Marquês de Suberra (6), a Av. Ressano Garcia (6), a Rua Artilharia Um (5), a Av. de Berna (5), a Av. 5 de Outubro (5), a Rua Joaquim António de Aguiar (5), a Rua Padre António Vieira (5) a Rua do Quelhas (5). O caso mais frequente era o de apenas um edifício por rua, embora utilizado simultânea ou sucessivamente por vários diplomatas.

Da leitura do quadro seguinte é não só evidente a superioridade do Reino Unido em número de diplomatas, em Lisboa, como o contraste entre o seu total e o dos que, entre eles, possuíram morada na *Linha*²¹⁹.

QUADRO VIII - Distribuição de diplomatas por Lisboa e *Linha*

PAÍSES	n.º total de diplomatas	n.º Lisboa	% Lisboa	n.º <i>Linha</i>	% <i>Linha</i>
Alemanha	50	37	74%	13	26%
Brasil	26	26	100%	-	-
China	18	18	100%	-	-
Espanha	32	32	100%	-	-
E.U.A.	77	59	76,6%	18	23,3%
França	50	44	88%	06	12%
Itália	46	24	52,1%	22	47,8%
Japão	37	33	89,1%	04	10,8%
Reino Unido	84	81	96,4%	03	03,5%

Com algumas poucas exceções, como a consubstanciada na aquisição britânica do Palácio de Porto Côvo (1941) para instalação da chancelaria e de parte do crescente pessoal de *Sua Majestade*, a escassez de meios ampliava as dificuldades de alojamento, que eram muitas e por muitos repartidas. O tradicional, mas falível recurso temporário aos hotéis concorria as mais das vezes com o aluguer de apartamentos de sofrível qualidade e localização.

Em todo o caso, nove unidades hoteleiras serviram à época para residência de funcionários diplomáticos ou para a instalação de serviços de chancelaria: O Grande Hotel Borges, na rua Garrett, 108; o Hotel Avenida Palace, na rua 1.º de Dezembro, 123; o Hotel Florida, na rua Duque de Palmela, 32, o Hotel Tivoli, na Av. da Liberdade, 185, o Hotel do Parque, na rua D. Pedro V, 2-6; o Hotel Parque Palácio, na rua Rodrigues Sampaio, 172; o Hotel Vitória, na Av. da Liberdade, 170; a Pensão Lis, na Av. da Liberdade, 180, e a Pensão Casa de Santo António, na rua da Escola politécnica, 151-152.

2. As Comemorações

Outro importante sinal do empenhamento dos *chefes de missão* em associar a sociedade portuguesa aos interesses, dramas e sucessos dos seus países, é-nos dado pelo registo²²⁰ das

²¹⁹ A elaboração do quadro relativo à distribuição de diplomatas por Lisboa e *Linha*, assentou essencialmente na consulta dos *Cadernos do Corpo Diplomático* (1939-1945), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, indicados na Bibliografia constante deste trabalho.

²²⁰ As informações aqui reunidas, assentaram essencialmente na consulta exaustiva do *Diário de Lisboa*.

comemorações, nomeadamente das festas nacionais a que, consoante os casos, presidiam, nas suas legações ou embaixadas e em templos.

Embora teoricamente destinados a preservar ou a suscitar espírito de unidade e confiança no seio das respectivas colónias de nacionais, estes eventos, nem sempre festivos, contavam frequentemente com a presença de portugueses. Além disso, a simples publicitação da sua ocorrência, através dos jornais, contribuía para alcançar o desejado objectivo.

Assim, em Março de cada ano, Hoyningen-Huene, o ministro da Alemanha promovia a celebração do Dia dos Heróis, quer na Casa dos Alemães de Lisboa, quer nas igrejas católica e evangélica alemãs; os embaixadores brasileiros Araújo Jorge e Neves da Fontoura, assinalavam com recepções, o Dia do Descobrimento do Brasil, em Maio, o Dia da Independência, em Setembro, e o Dia da Proclamação da República, em Novembro; a Festa Nacional Chinesa, comemorativa da implantação da República, ocorria em Outubro, embora nem sempre presidida pelo *chefe de missão*; Nicolau Franco, o embaixador de Espanha, era entre os seus homólogos o que tinha a maior agenda comemorativa: em Fevereiro, o Dia dos Reis de Espanha²²¹, em Março, o Dia da Vitória, em Julho, a Festa Nacional, em Outubro, o Dia dos Caídos (na guerra civil) e a Festa da Raça, e finalmente em Novembro, o Aniversário da morte de José António Primo de Rivera. Quase todas estas comemorações incluíam missa em S. Roque, por vezes seguida de sessão solene e quase sempre de recepção (um *Jerez de honra*, um *garden-party*, um *chá*, ou um jantar de *prato único*), no Palácio de Palhavã, no Salão Nobre da Casa de Espanha ou no Centro Espanhol. Por seu lado, os norte-americanos celebravam, em 30 de Maio, o *Memorial Day*, e, a 4 de Julho, o Dia da Independência. Do primeiro, que homenageava não só mortos da Guerra da Secessão, mas todos os que nos campos de batalha haviam dado a vida pelos E.U.A., apenas há notícia de salvas dos navios de guerra americanos, “a que se associaram navios portugueses” (1940) e da deposição de flores por Baruch nas campas de aviadores americanos, no cemitério da igreja de S. Jorge dos Ingleses (1945). Quanto às comemorações do *4 July*, há notícias relativas aos anos de 1941, 1943, 1944 e 1945, dando conta de que o *chefe de missão* recebera, na residência, não só a colónia do seu país, como individualidades portuguesas. Outra representação diplomática, que celebrava a festa nacional em Julho, era a francesa, evocando, a 14, a Tomada da Bastilha. Porém, em 1940, com a França derrotada e ocupada, a Legação celebrou o *14 de Julho*, como *dia de luto nacional* em “sóbria, mas comovente cerimónia”²²². Nos dois anos seguintes, o *chefe de missão* mandava celebrar missa evocativa na igreja de São Luís dos Franceses e depois recebia a colónia na legação. As

²²¹ O *Dia dos Reis de Espanha*, a 28 de Fevereiro, foi instituído apenas em 1943, assinalando o dia em que, dois anos antes, morrera Afonso XIII.

²²² Na véspera, o ministro da França, Amé Leroy, resignara. Coube, então, ao encarregado de negócios, Penafieu, receber e dirigir palavras à colónia, sublinhando que “as causas do desastre que atingiu a França pertenciam a todos (...) e todos se deviam reunir à volta da figura do Marechal Pétain.” (*Diário de Lisboa*, 14.07.1940).

comemorações de 1945, já sob o signo da Libertação, contrastaram festiva e politicamente com as precedentes²²³. O Dia de Ano Novo era ocasião tradicional para o ministro da França receber os seus compatriotas, no Palácio Abrantes e, o mês de Maio, que desde 1912, contava, a 11, com a Festa Nacional de Joana d'Arc, passou também a contemplar o Dia Onomástico do Marechal Pétain, que, todavia, em Lisboa, só foi celebrado em 1941. A Legação de Itália, era a aparentemente a que maior número de festividades assinalava: o Dia de Ano Novo, a *Befana Fascista*, a 6 de Janeiro, a Fundação de Roma, em 26 de Abril, o Dia dos Italianos no Mundo, nos últimos dias de Maio, a *Marcha sobre Roma*, a 29 de Outubro e o Aniversário do Rei, a 11 de Novembro. A realidade era, todavia, um pouco diferente. Com efeito, enquanto se celebrou a *Befana Fascista* (1939-1943), coincidente com o tradicional Dia de Reis e dirigida às crianças da comunidade italiana, sempre sob a presidência do *chefe de missão*, não havia recepção de Ano Novo. O ministro de Itália marcava também presença nas comemorações da *Marcha sobre Roma*, que decorriam na Casa de Itália, embora delas não haja notícia senão relativa aos anos de 1939, 1940 e 1942. E no mesmo espaço, há registo de ter assistido, em (apenas) 1942, à celebração do aniversário da *Fundação de Roma*. Entre 1939 e 1942, Mameli, Bova Scoppa e Fransoni presidiram às comemorações da *Giornata degli italiani nel mondo*, na Casa de Itália ou no Instituto de Cultura Italiana, e às do Aniversário do Rei, com *Te Deum* na igreja de Nossa Senhora do Loreto (ou dos Italianos), seguido de recepção no Palácio Pombeiro. Estas últimas reuniam não só os membros da colónia, como os *chefes de missão* dos países amigos e altas individualidades portuguesas.

Não se obteve registo de possível comemoração nacional levada a cabo pela Legação do Japão. Quanto à Embaixada do Reino Unido, surpreendentemente, em todos os anos da guerra, não há registo de festejos do Aniversário do Rei, mesmo quando, em 2 de Junho de 1943, se noticia que: “O Império britânico comemora, hoje, o aniversário de Jorge VI e a Festa Nacional”. Em contrapartida, nesse mesmo ano, a 30 de Agosto, *Sir Ronald Campbell* assistia na igreja anglicana de São Jorge, em Lisboa, a um ofício de “Intercepção e Dedicção para comemorar o quinto ano da guerra”, intenções que presidiriam também a celebração na igreja de S. Paulo no Estoril.

O núncio apostólico, aparentemente, não dava recepções, muito embora, em cada 12 de Março, dia do Aniversário da Coroação de Pio XII, pudesse estar preparado para acolher quem fosse deixar cartões de visita à representação. Não se viu notícia de comemorações suecas. Já relativamente à Suíça, é notória, também aqui, a imaginação do ministro Henri Martin, que

²²³ Durante a recepção no Palácio Abrantes, o ministro da França, Jean du Sault, Libertação lembrou aos presentes: “Sabem tão bem como eu, que os Aliados nem sempre estão de acordo sobre todos os pontos. Como poderia ser de outra maneira, quando é certo que interesses essenciais e muitas vezes contraditórios estão em jogo. A França (...) tem que realizar um esforço enorme para restabelecer a situação que outrora foi sua.” (*Diário de Lisboa*, 14.07.1945).

assinala a Festa Nacional, de 1 de Agosto, ora com um jantar seguido de baile, no *Palm Beach*, em Cascais (1941), uma festa”a bordo do vapor *Chasseral* (1943), ou com jantar de confraternização no Avenida Palace (1945), em Lisboa. Quanto à Turquia só se viu um registo de recepção (1942), comemorativa do Aniversário da República (29 de Outubro).

Os *chefes de missão* dos países ocupados também tinham iniciativa neste domínio. Assim, há notícia de que o ministro belga presidiu, em cada 15 de Novembro, à comemoração do Aniversário Onomástico do Rei e que, em 10 de Maio 1943 e de 1944, assinalou o aniversário da invasão alemã. Por seu lado, o chefe de missão grego comemorou em 1941 (28 de Outubro) o 1.º aniversário da entrada em guerra com a Itália e, pelo menos, em 1942 e 1945, celebrou o Dia da Independência. Quanto à Jugoslávia, verifica-se que pelo menos nos anos de 1943 e 1944, o *chefe de missão* recebeu a respectiva colónia, para festejar o aniversário do rei Pedro (6 de Setembro). No que respeita à Noruega, o único registo encontrado foi o de uma recepção dada pelo ministro Jakhelln, em 17 de Junho de 1940, comemorativa do Dia Nacional. Em 30 de Julho do mesmo ano, o *chefe de missão* dos Países Baixos, assinalando o 60.º aniversário da rainha Guilhermina, mandou celebrar missa na igreja católica dos Navegantes e serviço religioso na igreja protestante britânica. Não se conhece outro acto comemorativo da legação holandesa, a não ser, o que, pelo mesmo motivo, ocorreu em 1944. Finalmente, a legação da Polónia sempre comemorou a sua Festa Nacional (3 de Maio), com missa mandada celebrar ora na igreja de São Luís, ora na dos Mártires ora na de São Pedro de Alcântara, seguida de recepção. Também a infausta data da invasão do país (1 de Setembro) foi assinalada, de modo idêntico, nos anos de 1943 e 1944.

3. As Condecorações

As ordens honoríficas - históricas sucessoras das velhas ordens religioso-militares, com códigos e rituais próprios e, frequentemente, com *numerus clausus* – cuja atribuição, na ordem interna dos Estados, significa público reconhecimento de mérito efectivo ou presumido, constituem, na ordem externa, instrumento diplomático de captação de simpatias ou de reforço de entendimentos.

Hierarquizadas pela lei, no seio de cada Estado, e pelo prestígio internacional, na relação entre Estados, são, as mais das vezes, portadoras de inegável valor simbólico. Daí que aceitá-las ou rejeitá-las tenha significado não negligenciável. Quando, em finais do século XIX, o rei D. Carlos, reagindo ao *Ultimato*, devolveu as suas condecorações inglesas, emprestou ao gesto um significado evidentemente político.

E, em sentido contrário, o mesmo se diga da expulsão das ordens. Quando em Agosto de 1940, o Reino Unido irradiou Vítor Manuel III e Mussolini das suas ordens, ou quando em Dezembro

de 1941, procedeu de igual modo relativamente a Hiro-Hito, significou na sua atitude a condenação da invasão italiana do sudeste da França e do ataque japonês a Pearl Harbour. Idêntico valor político teve a expulsão e reintegração de Leopoldo III da Bélgica, na Legião de Honra.

3.1. Os chefes de missão condecorados por Portugal²²⁴

No período em análise, não é grande a lista conhecida de *chefes de missão* agraciados pelo Governo português.

Consultando o *Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas*²²⁵, não se vê qualquer registo relativo a von Hoyningen-Huene e a von Halem, os dois ministros alemães. Se, quanto ao segundo, o facto é simplesmente explicável pela exiguidade de tempo que lhe foi dado para a chefia de missão (cerca de um mês em 1945), relativamente ao primeiro, trata-se de uma inexplicável falha, já que Huene, havendo desempenhado as suas funções durante dez anos (1934-1944) foi agraciado com a Ordem Militar de Cristo, conforme consta da imprensa²²⁶. Exclui-se a hipótese de premeditada omissão ditada por inconfessadas razões, porque no mesmo anuário são referidos os agraciamentos, a von Faupel, e a Albert Speer, ambos (1942), claramente comprometidos com o regime político alemão.

A Faupel, declaradamente nacional-socialista, director do Instituto Ibero-americano de Berlim²²⁷ e ex-embaixador da Alemanha junto do Governo de Franco (Burgos), foi conferida, em 1941, a grã-cruz da Ordem da Instrução Pública. O mesmo grau da mesma Ordem foi atribuído, no ano seguinte, a Speer, o *arquitecto do Reich*, Inspector-Geral do Urbanismo de Berlim, que com Otto Renner, também ele arquitecto e, na mesma ocasião, agraciado com o grau de oficial da Ordem Militar de Cristo, haviam apresentado em Lisboa a exposição itinerante *Moderna Architectura Alemã (Neue Deutsche Baukunst)*.

Quanto ao Brasil, apenas se regista o agraciamento do embaixador Artur Guimarães de Araújo Jorge (1936-1943), com a grã-cruz da Ordem de Cristo. Não consta, pois, que Neves da Fontoura, que lhe sucedeu (1943-1945) tenha recebido condecoração portuguesa. Não deixa de ser curioso que, dadas as excelentes e sempre auspiciosas relações com o Brasil, nem Getúlio

²²⁴ As informações aqui reunidas, assentaram essencialmente na consulta do *Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas* e do *Diário de Lisboa*.

²²⁵ *Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas* (1969, 1971, 1973), Lisboa Chancelaria das Ordens, Presidência da República.

²²⁶ “O Sr. Ministro da Alemanha envergava o uniforme dos diplomatas alemães, sobre o qual ostentava a banda da Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.” (*Diário de Lisboa*, 09.05.1939, p. 4; Foto de Hoyningen-Huene, no Palácio de Belém (1940), ostentando a placa da OMC no uniforme (ANEXO J).

²²⁷ Criado em 1930, com fins de cooperação cultural com os países de língua portuguesa e espanhola, constituiu um importante instrumento de propaganda do III Reich.

Vargas, o Presidente da República, nem o seu ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha (1938-1944) tenham sido alvo de condecoração.

Dos chefes de missão chineses, Chinglun Frank W. Lee (1934-1943) e Chang Chien (1943-1945), só há registo relativamente ao segundo, que, todavia, só recebeu a grã-cruz da Ordem de Cristo, dois anos após o conflito.

Nicolau Franco, recebeu a grã-cruz da Ordem de Cristo, em 30 de Junho de 1939, no mesmo dia em que a seu irmão Francisco, o chefe do Estado espanhol, era oferecido o grande colar da mesma Ordem, a mais alta condecoração portuguesa. Esta distinção revestia-se de duplo significado, pois, não só privilegiava o *Caudillo*, como primeiro agraciado neste novo grau, criado naquele ano, como selava honorificamente a criação do Pacto Ibérico. A edificação deste fora também o motivo que levava à atribuição da Ordem Militar de Cristo, no grau de grã-cruz, correspondente à categoria de embaixador, a D. Nicolau Franco.

Também no agraciamento dos ministros de *Asuntos Exteriores*, Beigbeder (1937) e Serrano Suñer (1940) poderá descortinar-se a intenção de aproximar e reforçar uma laboriosamente criada cumplicidade peninsular. Causa, todavia, estranheza, que tendo o general conde Jordana sido não só um dos mais activos defensores daquela - antes e depois da guerra civil -, como ministro dos *Exteriores*, por mais de uma vez, não haja sido contemplado com uma ordem honorífica portuguesa. É, porém, muito provável que a sua inesperada morte, em 1944, em pleno no exercício do cargo tenha inviabilizado tal procedimento.

Quanto aos *chefes de missão* franceses, verifica-se que apenas dois - os representantes do regime de Vichy -, não foram agraciados. Com efeito, de acordo com o citado Anuário, só François Charles Gentil (1940-1942) e Georges Monier (1943-1944), colaborador pessoal de Laval, não receberam condecoração. Por seu lado, tanto Amé Leroy (1935-1940) como Jean du Sault (1945) receberam a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo, o primeiro, em 1938, em pleno exercício do seu cargo, e o segundo, em 1951, seis anos após deixar Lisboa. Quanto a Armand du Chayla (1944-1945), embora não haja notícia de que tenha sido agraciado como ministro, há registo de que, em 1940, logo após deixar as funções de 1.º secretário da Legação, recebeu a Comenda da Ordem de Cristo.

O ministro Kikuji Yonesawa (1939-1941) recebeu, em 1940, a grã-cruz da Ordem de Cristo, tendo sido o único dos três chefes de missão japoneses a ser condecorado.

No que respeita aos *chefes de missão* norte-americanos, não há qualquer registo, tal como os não há relativamente aos britânicos, aos italianos, aos suecos, aos suíços e aos turcos. E o mesmo se diga quanto ao núncio apostólico, Monsenhor Pietro Ciriaci (1939-1945).

Em conformidade com a política portuguesa de continuar a reconhecer as representações diplomáticas dos países sob ocupação, agraciamentos houve que incidiram sobre *chefes de missão* de alguns deles.

Assim, em Agosto de 1940, isto é, cerca de quatro meses após a invasão alemã do Noruega, Johan Fredrik Winter Jakhelln, seu ministro em Lisboa (1936-1945), foi condecorado com o grau de grã-cruz da Ordem Militar de Cristo. Também Johann Gottlieb Sillem, ministro da Holanda (1939-1941), recebeu a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo e o barão van Pallandt, seu compatriota, conselheiro de legação (1940-1943), com funções de encarregado de negócios interino, nos dois últimos anos, foi condecorado com o grau de grande-oficial da mesma Ordem. Por seu lado, o conde Joseph Potocki, conselheiro da Legação da Polónia, entre 1943 e 1944, recebeu, neste último ano, o grau de grande-oficial da Ordem Militar de Cristo. Por estranho que pareça, nenhum dos seus *chefes*, Karol Dubicz-Penther (1937-1943) e Gustaw Potworowski (1943-1945) aparece referenciado como alvo de condecoração. Será que, de facto, nenhum deles foi agraciado? Ou será que a ausência de menção se deve pura e simplesmente a falha nas fontes documentais ou na elaboração do citado Anuário? Recordar-se que, já atrás, no caso do ministro Huene, se detectou uma infeliz omissão. Ora, junta-se, a esta, a que respeita ao belga conde Baudouin de Lichtervelde, *chefe de missão* em Lisboa durante vinte e dois anos (1920-1942), cujo *souvenir pieux*, em 1960, inscrevia, entre as condecorações que recebera, a *Grand Croix de l'Ordre du Christ Portugais*²²⁸.

Se naquele registo oficial português, o ministro da Bélgica foi ignorado, tal não ocorreu, porém, com sua mulher, que figura, como agraciada com a grã-cruz da Ordem da Benemerência, em 1934. Quanto a André Motte, que viria a suceder a Lichtervelde, recebeu a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo, já em 1946.

É claro que a política de agradecimentos não se circunscrevia aos chefes de missão, estendendo-se a outro pessoal diplomático e a personalidades civis e militares dos países representados. Assim, em 1942, o Adido Naval italiano, contra-almirante Umberto Monico, o Adido Militar alemão, coronel Barão von Esebeck, e o major do estado-maior, Achim von Arnin, foram agraciados, respectivamente, com os graus de grã-cruz, de grande-oficial e de comendador da Ordem Militar de Avis e, no ano seguinte, o Adido Naval alemão, capitão-de-mar-e-guerra Eberhard Heinichen, e o director do Instituto de Cultura Italiana, Gino Saviotti, receberam, ambos, o grau de grande-oficial da mesma Ordem. Já em 1945, os brasileiros coronel José Carlos de Serra e Vasconcelos, Adido Militar, e Carlos de Ouro Preto, 2.º Secretário, foram agraciados, respectivamente com o grau de grande-oficial da Ordem de Aviz e com o grau de Oficial da Ordem de Cristo. Desta mesma Ordem e, pela mesma “ordem”, foram atribuídos aos polacos Mankowski, 1.º Secretário, e Loret, Adido, e ao holandês van Kockengen, Adido, os graus de comendador, de cavaleiro e de oficial.

²²⁸ Ver reprodução do *souvenir pieux*, ou pajela mortuária, no ANEXO L.

3.2. Portugueses agraciados pelos chefes de missão²²⁹

As razões atrás aduzidas, visando conquistar simpatias ou alianças, explicam também o esforço dos *chefes de missão* em proporem aos respectivos governos agradecimentos para os nacionais dos países em que estavam acreditados.

Compreende-se, assim, que em Junho de 1939, pouco antes de estalar a Guerra, Amé Leroy, ministro da França, agraciasse Manuel Ortigão Burnay, colaborador do *Diário de Lisboa*, com a Cruz da Legião de Honra, “por serviços prestados à França” e que no mês seguinte, o ministro Huene, entregasse a Félix Correia, um jornalista germanófilo, as insígnias da Cruz de Mérito da Ordem da Águia Alemã e, mais tarde, condecorasse Eduardo de Miranda, chefe de redacção de Lisboa da DNB, a agência noticiosa alemã. A batalha da informação e da propaganda assim o exigia. Também o Governo espanhol, pela mão de Nicolau Franco, agraciaria Augusto de Castro, em 1943, quando o jurista, político e diplomata era então, pela segunda vez, director do *Diário de Notícias*.

Para além da Imprensa, sector de importância fundamental para influência da opinião pública, outros sectores eram alvo deste tipo de atenções. Assim, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Bova Scoppa, agraciava, em Agosto de 1940, com a grã-cruz da Coroa de Itália, o conde de Tovar, então director-geral das Questões Económicas e futuro ministro de Portugal em Berlim. Na mesma ocasião, condecorava com outros graus da mesma Ordem, Paula Brito e Sainte Marie de Morais, também do M.N.E., e Luís Supico Pinto e Calado Pessoa, do Banco de Portugal.

No meio da Cultura, ainda em Agosto de 1939, Nicolau Franco agraciava José de Esaguy, na dupla qualidade de escritor e de Adido da Legação portuguesa em Tânger, com a grã-cruz da Ordem Imperial de Mehdavia. Por seu lado, o ministro da Alemanha, desempenhando idêntico papel, embora como mero intermediário, entregava em Fevereiro de 1941, a Providência e Costa, director do Instituto Alemão de Coimbra e professor da Universidade, o diploma de Doutor *honoris causa* da Faculdade de Filosofia da Universidade de Hamburgo e, na mesma ocasião, a medalha do Instituto Ibérico-Americano de Mérito, Amizade e Ciência a Luís Cabral de Moncada, professor da mesma universidade. Em finais desse ano, Frasoni, novo ministro de Itália, agraciava com as insígnias da Ordem da Coroa de Itália, Joaquim Leitão, académico, “extensa obra literária sobre temas italianos, como o estudo de Dante, de Leopardi, de Carlos Alberto e de inúmeras figuras da Renascença”²³⁰. Também o Brasil, pela mão de João Neves da Fontoura, premiava expoentes da Cultura portuguesa, atribuindo a grã-cruz do Cruzeiro do Sul à

²²⁹ As informações aqui reunidas, assentaram essencialmente na consulta do *Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas* e do *Diário de Lisboa*.

²³⁰ *Diário de Lisboa*, 11.12.1941.

Academia das Ciências e a João de Barros, respectivamente em Dezembro de 1943 e Julho de 1944.

4. As Relações Funcionais

4.1. Os Horários de Funcionamento

Os horários de funcionamento das chancelarias de embaixadas e legações, atrás referidos a propósito dos *ocupados*, constitui evidentemente um indicador, da maior ou menor importância dada a Portugal pelos *chefes de missão* acreditados em Lisboa.

Embora não se conheçam registos respeitantes às missões da França e do Reino Unido, há elementos suficientes relativamente à representação dos outros principais beligerantes e à dos neutros europeus.

Ronald Weber, em *Passagem por Lisboa*²³¹, citando relatos de uma agente do OSS, que chegara a Lisboa, no início de Junho de 1944, dá-nos uma visão infelizmente muito afastada da realidade: “Quanto ao trabalho oficial da maioria das representações em Lisboa, Mannes contava que era realizado numa fina fatia de tempo. Em geral, os diplomatas não trabalhavam antes das onze da manhã, ou entre a uma e as quatro da tarde, nem depois das seis. Os britânicos, um pouco mais industriais, começavam o dia de trabalho às dez. Os americanos, perante a desaprovação diplomática geral, mantinham um dificilmente imaginável horário das nove às seis, com duas horas para o almoço”.

Ora, excepção feita para os elementos que nos faculta sobre o horário de funcionamento das Embaixadas dos Estados Unidos e do Reino Unido – todavia, sem fonte conhecida e não confirmáveis através da consulta dos “Cadernos do Corpo Diplomático”, editados pelo M.N.E., ou das listas telefónicas da *Anglo-Portuguese Telephone*, verifica-se que a citada descrição de Marya Mannes, no tocante à “maioria das representações”, não passava de pura ficção.

Consultando, porém, aquelas fontes, observa-se que, entre 1939 e 1945, a missão diplomática com menos tempo de *portas abertas* era a da Alemanha: apenas com duas horas. Porém, pelo menos a partir de 1942, esse curto período de atendimento público era compensado com telefónicos *serviço de dia* e *serviço de noite*. Registe-se, como nota curiosa, a imutabilidade dos horários das missões alemã²³² e italiana, a primeira, com duas horas (11h00-13h00) e, a segunda, com três horas e meia (09h30-13h00).

²³¹ Weber, Ronald (2012), *Passagem para Lisboa – A vida boémia e clandestina dos refugiados da Europa nazi*, Lisboa, Clube do Autor, p. 177.

²³² Na Legação da Alemanha o horário era, aliás, o mesmo desde 1931 (!)

QUADRO IX - HORÁRIOS DE EXPEDIENTE²³³
(Alemanha, Brasil, China, Espanha, E.U.A., França, Irlanda, Itália, Japão,
Reino Unido, Santa Sé. Suécia, Suíça e Turquia)

1939-1940

	ALE	BRA	CHI	ESP	EUA	FRA	IRL	ITA	JAP	RUN	SSE	SUE	SUÍ	TUR
09.00	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	x	-
09.30	-	-	-	-	-		-	x	-		-	-	x	-
10.00	-	-	x	-	x		-	x	x		-	x	x	-
10.30	-	-	x	x	x		-	x	x		-	x	x	-
11.00	x	-	x	x	x		-	x	x		-	x	x	-
11.30	x	-	x	x	x		-	x	x		-	x	x	-
12.00	x	-	x	x	x		-	x	x		-	x	x	-
12.30	x	-	x	x	x		-	x	x		-	x	x	-
13.00	x	-	x	x	x		-	x	x		x	x	-	-
13.30	-	-	x	x	-		-	-	-		x	-	-	-
14.00	-	x	x	-	-		-	-	-		x	-	-	-
14.30	-	x	x	-	-		-	-	-		x	-	-	-
15.00	-	x	x	-	x		-	-	x		x	-	-	-
15.30	-	x	-	-	x		-	-	x		x	-	-	-
16.00	-	x	-	-	x		-	-	x		x	-	-	-
16.30	-	x	-	-	x		-	-	x		x	-	-	-
17.00	-	x	-	x	x		-	-	x		x	-	-	-
17.30	-	x	-	x	-		-	-	-		-	-	-	-
18.00	-	x	-	x	-		-	-	-		-	-	-	-
18.30	-	x	-	-	-		-	-	-		-	-	-	-
19.00	-	x	-	-	-		-	-	-		-	-	-	-

1944-1945

	ALE	BRA	CHI	ESP	EUA	FRA	IRL	ITA	JAP	RUN	SSE	SUE	SUÍ	TUR
09.30	-	-	-	-			-	x	-		-	-	x	-
10.00	-	-	x	-			x	x	x		-	x	x	x
10.30	-	-	x	x			x	x	x		-	x	x	x
11.00	x	-	x	x			x	x	x		-	x	x	x
11.30	x	-	x	x			x	x	x		-	x	x	x
12.00	x	-	x	x			x	x	x		-	x	x	x
12.30	x	-	x	x			x	x	x		-	x	x	x
13.00	x	-	x	x			x	x	x		x	-	-	x
13.30	-	-	x	x			-	-	-		x	-	-	-
14.00	-	x	x	-			-	-	-		x	-	-	-
14.30	-	x	x	-			-	-	-		x	-	-	-
15.00	-	x	x	-			-	-	x		x	-	-	x
15.30	-	x	-	-			-	-	x		x	-	-	x
16.00	-	x	-	-			-	-	x		x	-	-	x
16.30	-	x	-	-			-	-	x		x	-	-	x
17.00	-	x	-	-			-	-	x		x	-	-	x
17.30	-	x	-	-			-	-	x		-	-	-	x
18.00	-	x	-	-			-	-	x		-	-	-	x
18.30	-	x	-	-			-	-	-		-	-	-	-
19.00	-	x	-	-			-	-	-		-	-	-	-

²³³ Os dois precedentes quadros foram elaborados com base na consulta dos *Cadernos do Corpo Diplomático* (1939-1945), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, e da *Lista Telefónica Alfabética – Lisboa e Arredores*, n.º 63 (1939), n.º 64 (1940), n.º 65 (1942), n.º 66 (1943), n.º 67 (1944), n.º 68 (1945), The Anglo-Portuguese Telephone Company Limited, publicações indicadas na Bibliografia constante deste trabalho.

Em contrapartida, a representação nacional com horário de funcionamento mais lato - embora tal só passasse a ocorrer nos anos de 1942 e 1943 ²³⁴-, era a do Japão, o outro componente do *Eixo*, com um horário total de seis horas e meia.

Na maior parte dos casos, imperava o horário matutino (Alemanha, Guatemala, Hungria, Irlanda, Itália, Jugoslávia, Noruega, Roménia, Suécia, Suíça, Venezuela), noutros o vespertino (Brasil, Santa Sé), noutros a experiência cumulativa de horários matutinos e vespertinos (Colômbia, Espanha, E.U.A., Japão, Países Baixos e a Polónia, Turquia), outros, ainda, o horário contínuo (China).

4.2. Os Serviços de Informação e Propaganda e os Institutos Culturais

Os serviços de informação e de propaganda de cada um dos contendores produzem e exportam, a partir das suas centrais nacionais, revistas, opúsculos e livros, com edições em várias línguas, nomeadamente em português, onde, não raro, incluem artigos e fotografias associados aos países a que se dirigem. Complementar do trabalho daquelas centrais é a subsidiação de publicações e de jornalistas por parte das legações e embaixadas, tarefa que, por regra, cabe directamente ao adido de Imprensa ou ao adido cultural, ajindo, não só como *antena* dos interesses e da permeabilidade da sociedade portuguesa, mas também como informador, aliciador e orientador de profissionais da Imprensa local. Neste domínio, o papel dos *chefes de missão*, reduz-se praticamente a tentar passar uma imagem de simpatia e ocasionalmente a atribuir prémios. Também não está, naturalmente, sob a sua alçada a emissão diária de programas radiofónicos, em língua portuguesa, ou a produção de filmes, mas poderá intermediar a publicitação dos respectivos horários de difusão em todos os jornais e o arrendamento de espaços para projecção.

Algo de semelhante ocorre com os institutos de Língua e Cultura ²³⁵, vinculados e orientados directamente pelos respectivos ministérios dos Negócios Estrangeiros, com o propósito oficial de contribuírem para a aproximação entre povos. Promovendo, de forma sistemática, cursos de língua, intercâmbios académicos e conferências, reservam para o *chefe de missão* a tarefa de convidar ou de pelo menos acolher eminentes palestrantes, versando sobre os mais variados domínios.

Mas se aos *chefes de missão* não lhes é dado definir as políticas culturais, nem por isso o seu papel é negligenciável.

²³⁴ Poderá haver relação com o facto de a invasão japonesa de Timor ter ocorrido em 20 de Fevereiro de 1942.

²³⁵ ANEXO M.

Quando, em Novembro de 1938, isto é, menos de um ano antes da deflagração da guerra, o *British Council* - Instituto Britânico abriu as suas portas em Lisboa (Palácio do Menino de Ouro), Carneiro Pacheco, então ministro da Educação Nacional, não deixaria de agradecer a Sir Walford Selby, o *chefe de missão* britânico, “o zelo que empregou na sua efectivação”²³⁶. Também, quando em Março de 1939, o ministro Mameli ofereceu, em nome do seu governo, os “36 grossos e valiosos volumes da *Enciclopedia Italiana*”, ricamente encadernados e ilustrados a cores²³⁷, ou quando, em Março de 1943, o ministro Huene ofereceu um busto de Guttenberg ao Grémio dos Industriais Gráficos²³⁸, mais não faziam do que prosseguir uma mesma actividade funcionalmente conexa com a da propaganda.

4.3. Os Serviços de Espionagem

Também, por maioria de razão, os serviços de espionagem, não obstante o facto de frequentemente contarem com agentes seus entre o pessoal diplomático, dependiam directamente das respectivas centrais nacionais de *inteligência*, agindo, com total independência dos *chefes de missão*, que, não raro ignoravam o objecto das suas missões.

Cabe ao *chefe de missão* assegurar um relacionamento formal com os decisores do país em que está acreditado e, se possível influenciá-los; cabe-lhe fazer uso conveniente das informações que lhe chegam directa ou indirectamente, legal ou ilegalmente, mas não lhe cabe dirigir operações secretas, em violação das leis do país que o acolhe.

É habitual ver-se associada a memória do *vespeiro* de espíões que, naquele período, encheu Lisboa e arredores, com a que respeita às missões diplomáticas, mas não se vê que a pretendida associação tenha ido para além de circunstanciais apoios. Acresce que uma das razões – se não a maior – para a presença de um grande número de espíões naquela época, era a gigantesca plêiade de personalidades que, com mais ou menos demora, transitava pela capital portuguesa.

Mas a espionagem, secreta por definição, não esgota, todavia, o âmbito da actividade secreta. Desta cabe fazer alusão a dois casos que assumiram relevância histórica: a frustrada tentativa alemã de rapto dos Duques de Windsor (1940), instalados em casa de Ricardo Espírito Santo, no Estoril, e o também frustrado plano inglês *Shell*, consubstanciando destruições logísticas para a eventualidade de uma invasão germânica de Portugal, quando simultaneamente estavam a decorrer conversações entre governos português e britânico com o mesmo objectivo. Em ambas as situações – secretas, mas não necessária ou exclusivamente de espionagem -, houve conhecimento prévio dos *chefes de missão*. No primeiro caso, o próprio chefe da operação, o SS

²³⁶ Discurso proferido em 23 de Novembro de 1938, no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa (Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado*, Lisboa, 1940, p. 330).

²³⁷ *Diário de Lisboa*, 20.03.1939, p. 5.

²³⁸ *Diário de Lisboa*, 22.03.1943, p. 7.

Walter Schellenberg, confidenciou ao ministro Hoyningen-Huene, que não acreditava no seu sucesso²³⁹; no segundo caso, o embaixador Campbell confiou a Salazar que tinha conhecimento da rede *Shell*, mas que já “dissera para Londres dever a mesma ser desmantelada”²⁴⁰.

²³⁹ “O embaixador, von Huene, fora informado da minha visita e recebeu-me cordialmente. Um tanto surpreendido com a autoridade de que eu fora investido, afirmou-me repetidas vezes estar inteiramente à minha disposição. Pu-lo ao corrente da missão, acrescentando que, com toda a honestidade, chegara à conclusão de que não poderia ser levada a bom termo. Entretanto, tinha de tentar fazer pelo melhor, porque quando o Fuhrer tomava uma decisão desse tipo, não havia discussão possível (...). O embaixador admitiu ter ouvido dizer que o duque não estava satisfeito com a situação que lhe fora criada, mas que os boatos exageravam muito (...). Quando o embaixador von Huene se sentiu mais confiante disse-me que se sentira tranquilizado ao compreender que a minha missão não consistia em tornar tensas as relações entre Portugal e a Alemanha (...). Entretanto o tempo passava e aproximava-se a data de partida do duque de Lisboa. Sir Walter Monckton, manifestamente funcionário dos serviços secretos britânicos, chegou de Londres para se assegurar de que o duque partiria na data marcada. (...) No dia da partida do duque estava no salão da torre da embaixada alemã, observando a cena com o meu binóculo. O barco parecia tão próximo que tinha a sensação de que lhe poderia tocar. O duque e a duquesa subiram a bordo à hora marcada e vi também Monckton.” (Schellenberg, Walter (s/d), *Confissão do Silêncio*, Lisboa, Ulisseia, pp. 115-120.

²⁴⁰ 4 de Março de 1942 – Reunião de Salazar com Campbell: “Depois, Salazar alude a um aspecto do plano de evacuação: o das destruições a fazer no continente, no caso de invasão por forças hostis. Ora a polícia portuguesa, diz Salazar a Campbell, descobrira uma organização secreta, dirigida e financiada por ingleses, que se propunha também fazer aquelas destruições, mas em bases mais extensas do que as do plano oficial. “Era inútil sublinhar que o governo português não estava disposto a trabalhar em tais termos; era preciso que o governo inglês acabasse por escolher ente o governo português e a actividade secreta conduzida por ingleses conchavados com alguns portugueses.” E acentua o chefe do governo: “no caso de o governo inglês preferir a actividade dos seus organismos secretos, o governo português recusa-se a mais negociações do género com o governo britânico; e este apenas contará com as suas forças ocultas, é evidente, só enquanto a polícia não conseguir desmanchar as suas maquinações.” Campbell reconhece a existência da organização secreta; mas afirma que já dissera para Londres dever a mesma ser desmantelada. Salazar não comenta.” (Franco Nogueira (1978), *Salazar - As Grandes Crises (1936-1945)*, Coimbra, Atlântida Editora, p. 378).

CONCLUSÃO

São essencialmente cinco as conclusões deste trabalho:

- 1) A escolha dos *chefes de missão* enviados para Lisboa esteve condicionada pela estratégia de neutralidade portuguesa e reflectiu, um muito diferente investimento diplomático por parte dos principais contendores.
- 2) A questão ideológica sempre esteve presente no processo de acreditação dos *chefes de missão*.
- 3) Os *chefes de missão*, cujos governos se exilaram em Londres, continuaram a ser reconhecidos por Lisboa, na plenitude das suas prerrogativas.
- 4) O relacionamento dos *chefes de missão* com o ministro português dos Estrangeiros, foi, em regra, cordial, construtivo e *colaborante*.
- 5) Os *chefes de missão* eram, na sua maioria, diplomatas de carreira, oriundos de meios conservadores, características que facilitaram o seu relacionamento com a sociedade portuguesa da época, que, entre si, disputaram com múltiplas iniciativas.

A primeira conclusão é a de que os distintos alinhamentos estratégicos das neutralidades portuguesa e espanhola, com traços por vezes antitéticos, condicionaram, nas diferentes chancelarias, a escolha (ou a manutenção) dos seus *chefes de missão*, podendo explicar o diferente grau de investimento diplomático que fizeram, no que respeita à experiência ou à filiação ideológica dos seus enviados, em cada uma das capitais peninsulares.

Tal permite compreender por que razão o Reich e a Itália fascista, em contraste com a sua orientação relativamente a Madrid, não nomearam para Lisboa *chefes de missão* especialmente afectos aos respectivos partidos de regime. Portugal era, em seu entender, um *mar inglês* e esta situação parecia-lhes inelutável. Assim se explica que a *Wilhelmstrasse* tenha mantido em Lisboa, por dez anos (1934-1944), o barão Oswald von Hoyningen-Huene, um *chefe de missão*, de reconhecida preparação jurídica, mas cujo perfil não contava nem com relevante experiência diplomática nem com militância nacional-socialista. Também os *chefes de missão* enviados pelo *Palazzo Chigi* para a capital portuguesa, não se podiam gabar de folha de serviços partidária.

Por seu lado, o *Foreign Office*, fazendo leitura idêntica da situação, nela assentava, consequente, pragmática e sistematicamente decisões opostas. Tal explica que, ao contrário do Eixo, tenha nomeado para Lisboa um diplomata de *primeiríssima*, Sir Ronald Campbell, que com Salazar e Sir Samuel Hoare, embaixador em Madrid seria co-protagonista de uma estratégia triangular *Londres-Lisboa-Madrid*, de preservação da neutralidade peninsular, com epicentro nas *Necessidades*. E desse alinhamento da neutralidade portuguesa beneficiaram, sobretudo a partir de 1943, os *chefes de missão* dos E.U.A..

A segunda conclusão é a de que a questão ideológica sempre esteve presente no processo de acreditação. As *Necessidades* não davam o seu *agrément* a propostos chefes de missão, cujo perfil lhes não inspirasse confiança política. O caso de Hoppenot, um diplomata francês, cuja acreditação foi rejeitada por alegado *esquerdismo*, ou o de von Bibra, um diplomata alemão, nacional-socialista, habituado a associar a actividade diplomática à partidária, terão constituído excepção neste específico campo das relações entre as chancelarias, mas significaram a aplicação de um critério ideológico e político.

A terceira conclusão é a de que, ao contrário do que ocorria em Madrid, os *chefes de missão*, cujos governos se exilaram em Londres, continuaram a ser reconhecidos por Lisboa, na plenitude das suas prerrogativas. Cabe ainda nesta conclusão, o registo de que, no alinhamento da neutralidade portuguesa, as *Necessidades*, ao contrário do *Palacio de Santa Cruz*, continuaram a reconhecer o *chefe de missão* representante do governo de Chang Kai-Chek.

A quarta conclusão é a de que as relações entre os *chefes de missão* e Salazar, se pautaram não só pela cordialidade, como por um carácter *colaborante*. Este não foi apanágio nem da política externa portuguesa nem do então ministro dos Negócios Estrangeiros, mas também dos *chefes de missão* nela envolvidos, com particular destaque para os embaixadores britânicos Selby e Campbell e para o enviado norte-americano Kennan, episodicamente *chefe da missão* dos E.U.A., com determinantes compreensão da política portuguesa e conseqüente influência junto dos respectivos governos. E, por estranho que pareça, o próprio ministro alemão, Hoyningen-Huene, foi, *colaborante*, no seu relacionamento com o ministro português dos Estrangeiros.

A quinta conclusão é a de que, em geral, os *chefes de missão*, procuraram cativar os diferentes segmentos da sociedade portuguesa, fazendo uso não só de identificações sociais, como dos instrumentos vários de influência, com particular destaque para as recepções mundanas e caritativas, as iniciativas culturais e os agradecimentos.

Uma última e supranumerária conclusão é a de que os *chefes de missão* em apreço, especialmente o alemão Hoyningen-Huene, os britânicos Selby e Campbell, o espanhol Franco e o norte-americano Kennan, desempenharam em Lisboa, um papel extremamente importante, como inteligentes e moderados interlocutores, que neste trabalho não se pôde senão perspectivar.

Ao contrário de uma ideia feita, o papel do diplomata não se esgota com o deflagrar da guerra. Não raro, graças a busca incessante e profissional de contactos e argumentos, a ele se deve o encurtar de uma tragédia ou a diminuição dos seus nefastos efeitos. Os exemplos atrás dados são reveladores de que não é negligenciável, mas pelo contrário, precioso o trabalho desenvolvido pelos *chefes de missão* e demais diplomatas seus colaboradores, em tempo de guerra.

FONTES

Arquivos:

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE) (Lisboa, Portugal):

- Telegramas Recebidos (1940) Legação de Portugal em Paris, Maço 200;
- Protocolo, 3.º piso, armário 2, Maço 1081;
- GSG, Maço 6, Pasta 8.

Arquivo do Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación de España

Fontes orais

Testemunho dado ao autor por Hildegard Wolf, ex-mulher de Hubert von Breisky (Secretário/Adido Cultural, 1940-1944; Conselheiro da Legação da Alemanha, 1944-1945), em 2001.

Fontes impressas:

Alfieri, Dino (1949), *Hitler e Mussolini – Frente a Frente*, São Paulo, Difusão do Livro.
Anuário das Ordens Honoríficas Portuguesas (1969, 1971, 1973), Lisboa Chancelaria das Ordens, Presidência da República.

Anuário Diplomático e Consular Português (1939 a 1944), (s/d), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros

Arcos, J. Paço d' (1977), *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*, Guimarães, Guimarães & C.ª Editoras.

Areilza, José Maria de (1947), *Embajadores sobre España*, Madrid, Instituto de Estudios Politicos.

Bova Scoppa (1949), *Colloqui com due dittatori*, Roma, Ruffolo Editore.

Brazão, Eduardo (1976), *Memorial de Dom Quixote*, Coimbra, Coimbra Editora.

Bulletin de la Société Française de Bienfaisance en Portugal – Années 1939-1945 (1946), Lisboa, S.F.B.P.

Cadernos do Corpo Diplomático (1939-1945), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Caetano, Marcello (1985), *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo.

Carneiro Pacheco (1940), *Portugal Renovado*, Lisboa.

Churchill, Winston (1948), *Mémoires sur la Deuxième Guerre Mondiale*, Vols. I, II, III, Paris, Plon.

Ciano, Galeazzo (1947), *Ciano's Diary 1939-1945*, London/Toronto, William Heineman Ltd.

Dez Anos de Política Externa (1936-1947), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Eliade, Mircea (2008), *Diário Português (1941-1945)*, Lisboa, Guerra & Paz.

Embaixada do Brasil em Lisboa (2010), *Embaixadores e Ministros Plenipotenciários do Brasil em Portugal*, Lisboa, E.B.L.

Faria, António de (2001), *Textos organizados por António José Telo*, Lisboa, Cosmos.

Gaulle, Charles de (1944), *Discours de Guerre – (Juin 1940 – Décembre 1942)*, Paris, Egloff.

Gaulle, Charles de (1945), *Discours de Guerre – (Janvier 1943 – Mai 1944)*, Paris, Egloff.

Gaulle, Charles de (1945), *Discours de Guerre – (Mai 1944 – Septembre 1945)*, Paris, Egloff.

Gaulle, Charles de (1973), *Mémoires de Guerre – L'unité (1942-1944)*, Paris, Le Livre de Poche Historique.

Gaulle, Charles de (1999), *Mémoires de Guerre – L'appel (1940-1942)*, Paris, Pocket.

Gaulle, Charles de (1999), *Mémoires de Guerre – Le Salut (1944-1946)*, Paris, Plon.

Gehlen, Reinhard (s/d), *O Serviço Secreto*, Lisboa, Livros do Brasil.

Goebbels, Joseph (2005), *Journal (1943-1945)*, Paris, Tallandier.

Goebbels, Joseph (2007), *Journal (1933-1939)*, Paris, Tallandier.

Gunther, John (1941), *O Drama da Europa*, Porto Alegre, Livraria do Globo.
 Gunther, John (1944), *O Drama da Ásia*, Porto Alegre, Livraria do Globo.
 Hayes, Carlton (1946), *Wartime Mission in Spain (1942-1945)*, New York, The Macmillan Company.
 Hitler, Adolf (1988), *Hitler's Table Talk – 1941-1944*, London, Phoenix Press.
 Hoare, Sir Samuel (1946), *Ambassadeur en Mission Spéciale*, Paris, Vent du Large.
 Kennan, George F. (1967), *Memoirs (1925-1950)*, Boston, Atlantic Monthly Press Book.
 Laval, Pierre (1947), *Laval Parle – Notes et Mémoires*, Genève, Les Éditions du Cheval Ailé.
 Leahy, William D. (1949), *J'étais là*, Paris, Plon.
 Lupi, Luís C. (1972), *Memórias – Diário de um inconformista (1938 a 1943)*, II Volume, Lisboa.
 Lyra, Heitor (1972), *Minha Vida Diplomática (Coisas Vistas e Ouvidas) – 1916-1925 Secretaria de Estado e Embaixada em Londres*, Lisboa-Porto, Centro do Livro Brasileiro.
 Lyra, Heitor (1981), *Minha Vida Diplomática*, Col. Temas Brasileiros, Vol. 17, Tomo II, Brasília, Universidade de Brasília.
Lista del Cuerpo Diplomático (1939 e 1943), Madrid, Ministerio de Relaciones Exteriores.
Lista Telefónica Alfabética – Lisboa e Arredores, n.º 63 (1939), n.º 64 (1940), n.º 65 (1942), n.º 66 (1943), n.º 67 (1944), n.º 68 (1945), The Anglo-Portuguese Telephone Company Limited.
 Nicolson, Harold (1971), *Journal des Années Tragiques (1936-1942)*, Paris, Grasset.
 Oliveira Salazar, António de (1951), *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora.
 Pétain (1942), *Les Paroles et les Écrits du Maréchal Pétain (16 juin 1940 – 1er janvier 1942)*, (s/l), Éditions de la Légion.
 Rosas, Fernando, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira (1996), *Armando Monteiro e Oliveira Salazar - Correspondência Política (1926-1955)*, Lisboa, Estampa.
 Schellenberg, Walter (s/d), *Confissão do Silêncio*, Lisboa, Ulisseia.
 Speer, Albert (1971), *Au Coeur du Troisième Reich*, Paris, Fayard.
 Theotónio Pereira, Pedro (1972), *Memórias - I*, Lisboa, Verbo.
 Theotónio Pereira, Pedro (1987), *Correspondência para Salazar*, Vol. I (1931-1939), Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista /Presidência do Conselho de Ministros.
 Willkie, Wendell (1944), *Um Mundo Novo*, Lisboa, Editorial Século.

Jornais:

(nacionais)

- *A Noite* (Lisboa, 1940).
- *A Voz* (Lisboa, 1939-1945).
- *Diário da Manhã* (Lisboa, 01.06.1949).
- *Diário de Lisboa* (Lisboa, 1939-1945).
- *Diário de Notícias* (Lisboa, 1939-1945).
- *Diário Popular* (Lisboa, 1942-1945).
- *Novidades* (Lisboa, 1939-1945)
- *O Figueirense* (Figueira da Foz, 1940).
- *O Século* (Lisboa, 1939-1945).
- *República* (Lisboa, 1939-1945).

(estrangeiros)

- *ABC* (Madrid, 1936-1945).
- *ABC* (Sevilla, 1936-1939).
- *Boletín Oficial del Estado* (Espanha).
- *Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia*.
- *La Vanguardia* (Barcelona, 1939-1945).
- *The Illustrated London News* (Londres, 1940).

Revistas:

(nacionais)

- *A Esfera*.
- *Mundo Gráfico* (1940-1945).
- *Panorama*.
- *Revista Municipal* (Lisboa, 1940-1941)
- *Século Ilustrado* (Lisboa, ...)
- *Vida Mundial* (Lisboa, ...)

(estrangeiras)

- *Blanco y Negro* (Madrid).
- *Em Guarda*.
- *Guerra Ilustrada*.
- *Signal/Sinal* (1940-1945).
- *Victory*.

BIBLIOGRAFIA

- ABC (1985), *Vida de Franco* Madrid, ABC.
- Aires de Oliveira, Pedro (2006), “O Corpo Diplomático e o Regime Autoritário”, in *Análise Social*, Vol. XLI (178), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Almeida, Fabrice d’ (2006), *La Vie Mondaine sous le Nazisme*, Paris, Perrin.
- Amouroux, Henry (1982), *La Vie des Français sous l’Occupation*, Paris, France Loisirs.
- Andrew, Christopher (2010), *The Defence of the Realm – The Authorized History of MI5*, London, Penguin Books.
- Aron, Raymond (1983), *O Espectador Comprometido*, Lisboa, Moraes.
- Azéma, Jean Pierre e Olivier Wierviorka (2004), *Vichy (1940-1944)*, Paris, Perrin.
- Barradas de Oliveira (1978), “O Príncipe Encarcerado – Apontamentos para um perfil psicológico de Salazar”, in *Quem Era Salazar?*, Lisboa, Resistência.
- Barreiros, José António (1995) *A Lusitânia dos Espiões e outras histórias do Serviço Secreto*, Lisboa, Hugin Editores.
- Barreiros, José António (2012), *Traição a Salazar*, Lisboa, Oficina do Livro.
- Bauer, Eddy (1967), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1939)*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Bauer (1967), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1940)*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Bauer (1967), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1941)*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Bauer (1967), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1942)*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Bauer (1968), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1943)*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Bauer (1969), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1944)*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Bauer (1970), *História Polémica da Segunda Guerra Mundial (1945)*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Beevor, Antony (2012), *La Segunda Guerra Mundial*, Barcelona, Pasado & Presente.
- Benassar, Bartolomé (2002), *Franco*, Paris, Perrin.
- Bernard, H., G.A. Chevallaz, R. Gheysens e J. de Launay (s/d), *Os Arquivos da Segunda Guerra Mundial*, Venda Nova, Livraria Bertrand.
- Bloch, Michael (2003), *Ribbentrop*, London, Abacus.
- Brissaud, André (1972), *Histoire du Service Secret Nazi*, Paris, Plon.
- Brissaud, André (1976), *Mussolini – Le Fascisme*, Paris, Robert Langeac/Cercle Européen du Livre.
- Calder, Angus (1972), *L’Angleterre en Guerre (1939-1945)*, Paris, Ed. Gallimard.
- Calvet de Magalhães (2005), *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Castaño, David (2006), *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943-1949*, Lisboa, Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático.
- Castro Brandão, Fernando de (2008), *Estado Novo – Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Coincet, Jean-Paul (2001), *Paris 40-44*, Paris, Perrin.
- Conte, Arthur (1964), Yalta, *A partilha do Mundo*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Costa Pinto, António (2011), “Prefácio” in Michael Mann *Fascistas*, Lisboa, Edições70.
- Courcy, Anne de (2005), *1939 The Last Season*, London, Phoenix.
- Deacon, Richard (1980), *A History of British Secret Service*, London, Grafton Books.
- Ferro, Marc (1987), *Pétain*, Fayard.
- Fest, Joachim C. (2012), *Les Maîtres du III Reich*, Paris, Librairie Générale Française.
- Franco Nogueira (1977), *Salazar - Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Vol. II, Coimbra, Atlântida Editora.
- Idem (1978), *Salazar - As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Coimbra, Atlântida Editora.
- Freire Antunes, José (1993), *Salazar e Caetano (1932-1968)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Futscher Pereira, Bernardo (2012), *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Afragide, Dom Quixote;

Gilbert, Martin (2009), *A Segunda Guerra Mundial*, Afragide, D. Quixote.

Gosset, Pierre e Renée Gosset (s/d), *Hitler*, Lisboa, Aster.

Grassi Orsini, Fabio, *La Diplomazia Italiana dagli “Anni del Concenso” al Crollo del Regime*, Annali dell'Istituto Veneto per la Storia della Resistenza, 1992/1995 - Volume: 13/16.

Ivo Cruz, Ana Isabel, Conceição Coelho e Maria de Lima Mayer (2006), *Um Tesouro na Cidade*, Lisboa, Fundação Medeiros e Almeida.

Latreille, André (s/d), *História da II Guerra Mundial*, Lisboa, Aster.

Launay, Jacques de (1966), *Histoire de la Diplomatie Secrète de 1914 a 1945*, Verviers, Ed. Gérard et C°/Bruxelles, Ed. Brepols, Marabout Université.

Launay, Jacques de (s/d), *As Grandes Controvérsias da História Contemporânea (1914-1945)*, Lisboa, Livraria Bertrand.

Launay, Jacques de (s.d.), *Segredos Diplomáticos 1939-1945*, Lisboa, Livraria Bertrand.

Lochery, Neill (2012), *Lisboa – A Guerra nas Sombras da Cidade da Luz*, Lisboa, Editorial Presença.

Magalhães Ramalho, Margarida (2012), *Lisboa uma Cidade em Tempo de Guerra*, Lisboa, INCM.

Maia Cerqueira, Fernando e Carlos Blanco (1999), *Macau Um Legado*, Lisboa, Cículo dos Leitores.

Martínez Riaza, Ascensión e Alfredo Moreno Cebrían (2007), “Al Servicio de la República: La Acción Exterior de España en el Perú - 1931-1936”, *Revista de Indias*, , vol. LXVII, núm. 241.

Martins Janeira, Armando (1955) *Portugal e o Japão – Subsídios para a História Diplomática*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

Michel, Henri (1981), *Paris Allemand*, Paris, Albin Michel.

Miquel, Pierre (1986), *La Seconde Guerre Mondiale*, Paris, Fayard.

Neuman, Iver B. (2012), *At Home wiyh the Diplomats – Inside a European Foreign Ministry*, New York, Cornell University Press.

Nunes, Leopoldo (1942), *Carmona*, Lisboa.

Parker, R. A. C. (2006), *História da Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Ed. 70.

Payne, Stanley G. (2008), *Franco y Hitler*, La Esfera de los Libros.

Pinto Janeiro, Helena (1998), *Salazar e Pétain - Relações Luso-Francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*, Lisboa, Ed. Cosmos.

Preston, Paul (1994), *Franco una biografia*, Barcelona, Grijalbo Mondadori.

Preston, Paul (1996), *The Republic Besieged: Civil War in Spain 1936-1939*, Edimburgh, Edinburgh University Press.

Rémy, Pierre-Jean (2007), *Diplomates en Guerre*, Paris, Editions Jean-Claude Lattès.

Ribeiro de Meneses, Filipe (2010), *Salazar*, Afragide, Dom Quixote.

Rodrigues, Luís Nuno, “O Governo Inglês pediu, o Português concedeu”, in *Os Anos de Salazar – 1943-1945*, n.º 6, Barcelona, Centro Editor PDA.

Rosas, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, *História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa.

Roussel, Éric (2004), *De Gaulle*, Vol. I (1890-1945), Lisboa, Verbo.

Sáenz-Francés, Emilio (2009), *Entre la Antorcha y la Esvática – Franco en la encrucijada de la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Editorial Actas.

Schoenbaum, David (1979), *La Révolution Brune*, Paris, Éditions Robert Laffont.

Schwarz, Reinhard (2006), *Os Alemães em Portugal (1933-1945)*, Porto, Antília.

Sperco, Willy (1954), “Le destin tragique de Ciano”, in *Historia*, n.º 88.

Tassani, Giovanni (2002), *Madrid 43: tre Colloqui col Caudillo*, in *Nuova Storia Contemporanea*, Anno VI, Numero 1, Gennaio-Febrario.

Telo, António (1987), *Portugal na Segunda Guerra*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

Viñas, Ángel (2010), *Al servicio de la República – Diplomáticos y la Guerra Civil*, Madrid, Marcial Pons, Ediciones de Historia.

Weber, Ronald (2012), *Passagem para Lisboa – A vida boémia e clandestina dos refugiados da Europa nazi*, Lisboa, Clube do Autor.

Werth, Alexander (1964), *Russia at War (1941-1945)*, London, Barrie and Rockliff.
West, Nigel (1987), *MI5 – Operações dos Serviços de Segurança Britânicos entre 1909 e 1945*, Mem Martins, Publicações Europa América.
Wikipedia.